

Ana Paula Feldens Gerhardt

TEIA:
CENTRO DE CULTURA, EDUCAÇÃO, ECONOMIA CRIATIVA E
EMPODERAMENTO

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I, do curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade do Vale do Taquari - Univates, como parte da exigência para obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof. Dra. Jamile Weizenmann

RESUMO

No Brasil, uma mulher é morta a cada 2 horas. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) o Brasil possui a quinta maior taxa de feminicídio no mundo, com uma média de 4,8 assassinatos para cada 100 mil mulheres. O presente trabalho tem como objetivo enfrentar estes dados e desmistificar a mulher frágil da sociedade, empoderando e dando voz a elas e aos grupos convergentes do movimento feminista atual. O Centro Teia surge como um espaço atuante por meio da cultura, educação e economia criativa como estratégia de empoderamento dos grupos envolvidos no movimento em situação de vulnerabilidade social dentro da cidade de Lajeado, tornando-se um centro de referência sobre o assunto na região. O espaço buscar criar uma rede de apoio e proteção a mulheres da região, incentivando o empreendedorismo em busca da independência financeira, além de ser um espaço de propagação e valorização da sua história e cultura.

Palavras-chave: Movimento Feminista; Empoderamento Feminino; Economia Criativa; Centro de Cultura; Visibilidade feminina e LGBTI+

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

OMS - Organização Mundial da Saúde.

LGBTI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, Intersexuais.

ONU - Organização das Nações Unidas.

ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

DEAM – Delegacia de Polícia Especializada no Atendimento à Mulher.

MMFDH – Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros.

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

CRAM – Centro de Referência e Atendimento à Mulher.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Número de casos tentados na microrregião Lajeado-Estrela	16
Figura 2. Número de casos consumados na microrregião Lajeado-Estrela.....	16
Figura 3- Linha do tempo referente a Leis em prol da mulher	28
Figura 4- Logotipo do projeto Élas Social.....	35
Figura 5- Logotipo Coletivo Juntas.....	36
Figura 6. Logotipo MoveMães.....	36
Figura 7- Logotipo Coletivo A.Woman Art.....	37
Figura 8- Frente do folder de divulgação do Projeto de Extensão.....	38
Figura 9- Verso do folder de divulgação do Projeto de Extensão.....	39
Figura 10. Diagrama explicativo da relação base do funcionamento público e privado	46
Figura 11- Exemplo de reuso adaptativo - Teatro Erotídes de Campos	49
Figura 12- Gráfico 1	50
Figura 13- Gráfico 2.....	50
Figura 14- Gráfico 3.....	51
Figura 15- Gráfico 4.....	51
Figura 16- Gráfico 5.....	52
Figura 17- Gráfico 6.....	52
Figura 18- Gráfico 7.....	53
Figura 19. Diagrama de localização do terreno.....	56
Figura 20. Fluxograma do programa de necessidades	64
Figura 21. Mapa de acessos e equipamentos do entorno.....	65

Figura 22. Trajetória solar e Ruídos.....	66
Figura 23. Usos do entorno.....	67
Figura 24. Alturas do entorno.....	68
Figura 25. Representação da área alagável	69
Figura 26. Apresentação dos lotes.....	70
Figura 27. Edificações a manter e demolir	71
Figura 28. Intenção de projeto	72
Figura 29. Incidência solar na fachada nordeste.....	73
Figura 30. Incidência solar na fachada noroeste.....	73
Figura 31. Incidência solar na fachada sudeste	74
Figura 32. Incidência solar na fachada sudoeste	74
Figura 33. Incidência solar na fachada lés-sudeste	75
Figura 34. Implantação	76
Figura 35. Vista da Rua Silva Jardim	77
Figura 36. Vista da Avenida Benjamin Constant	77
Figura 37. Vista da edificação existente a ser retirada na Av. Benjamin Constant	78
Figura 38. Vista da R. Silva Jardim	78
Figura 39. Vista da união dos pavilhões com elementos de fachada	79
Figura 40. Vista da edificação a ser retirada	79
Figura 41. Vista interna atual da pré existência.....	80
Figura 42. Vista interna atual da pré existência.....	80
Figura 43. Vista interna atual da pré existência.....	81
Figura 44. Vista do ambiente com mezanino	81
Figura 45. Vista do mezanino existente	82
Figura 46. Mapa de zoneamento PDDI Lajeado	86
Figura 47. Corte representativo das faixas de uso da calçada	98
Figura 48. Áreas de transferência e manobra para uso da bacia sanitária.....	100
Figura 49. Diagrama de relações do terreno	106
Figura 50. Croqui de implantação do Conjunto	110
Figura 51. Fachada voltada para a Rua São João	111
Figura 52. Praça voltada para o Vale Anhangabaú.....	112
Figura 53. Acesso pela Rua Conselheiro Crispiniano	112
Figura 54. Vista Interna do miolo de quadra	113
Figura 55. Conjunto KKKK.....	114

Figura 56. Vista da implantação do conjunto	115
Figura 57. Vista dos caminhos demarcados	116
Figura 58. Prédio do Engenho com anexo	116
Figura 59. Intervenções internas.....	117
Figura 60. Retirada do reboco para retomar a estrutura original	118
Figura 61. Antigo pavilhão	118
Figura 62. Planta baixa do pavilhão com intervenções	119
Figura 63. Espaço individuais da biblioteca	120
Figura 64. Ateliês com blocos aparentes	120
Figura 65. Uso do espaço aberto antes da intervenção	121
Figura 66. Uso do espaço aberto após intervenção	121
Figura 67. Rua interna após intervenção	122
Figura 68. Interno do pavilhão	122
Figura 69. Teatro Erotídes de Campos	123
Figura 70. Croqui interno do teatro	124
Figura 71. Croqui da relação entre palco e praça	124
Figura 72. Planta baixa teatro	125
Figura 73. Palco dupla face aberto para a praça.....	126
Figura 74. Foyer do teatro	127
Figura 75. Entrada do teatro	127
Figura 76. Restaurante do complexo	128
Figura 77. Agricultura como meio de subsistência da comunidade.....	129
Figura 78. Fazenda demonstrativa da comunidade	130
Figura 79. Mulheres da comunidade africana	130
Figura 80. Espaço cívico.....	131
Figura 81. Interno do espaço de troca	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Programa de necessidades Setor de Saúde e Apoio	57
Tabela 2. Programa de necessidades Setor Cultural e Educacional	58
Tabela 3. Programa de necessidades Setor de Economia Criativa.....	59
Tabela 4. Programa de necessidades Setor Especial.....	61
Tabela 5. Programa de necessidades Setor de Espaço Aberto	61
Tabela 6. Programa de necessidades Setor Administrativo	62
Tabela 7. Áreas totais por setor	63
Tabela 8. Conceitos Carta de Burra.....	83
Tabela 9. Conceitos Carta de Veneza	84
Tabela 10. Índices condicionantes do Plano Diretor	86
Tabela 11. Classificação das edificações quanto a altura	92
Tabela 12. Classificação das edificações e áreas de risco quanto à carga de incêndio	92
Tabela 13. Classificação das edificações e áreas de risco quanto à carga de incêndio	92
Tabela 14. Exigências para edificações com área menor ou igual a 750 m ² e altura inferior ou igual a 12,00 metros	93
Tabela 15. Edificações do grupo D com área superior a 750 m ² ou altura superior a 12,00 metros	94
Tabela 16. Edificações do grupo E com área superior a 750 m ² ou altura superior a 12,00 metros	95
Tabela 17. Edificações do grupo F com área superior a 750 m ² ou altura superior a 12,00 metros	96
Tabela 18. Número mínimo de sanitários acessíveis	99
Tabela 19. Dados para o dimensionamento das saídas.....	101

Tabela 20. Distâncias máximas a serem percorridas	102
Tabela 21. Classificação das edificações quanto a altura	103
Tabela 22. Número de saídas e tipos de escadas	103

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 O FEMINISMO E SEUS MOVIMENTOS CONVERGENTES	22
2.1 O feminismo e a luta do movimento no âmbito nacional.....	22
2.2 Meios legais de enfrentamento da violência	24
2.3 Visibilidade a população LGBTI+.....	28
2.4 Entidades atuantes pelo mundo	31
2.4.1 Fundo Malala	31
2.4.2 <i>Women for Women International</i>	32
2.4.3 Movimento <i>He for She</i>	32
2.4.4 Arquitetas Invisíveis	33
2.5 Entidades atuantes no âmbito regional.....	33
2.5.1 Projeto Élas Social.....	34
2.5.2 Coletivo Juntas	35
2.5.3 Grupo MoveMães	36
2.5.4 <i>A. Woman Art</i>	37
2.5.5 Maria da Penha: Enfrentamento à violência contra a Mulher e apoio às famílias. 37	
2.5.6 CRAM.....	39
2.6 A Economia Criativa, Cultura e Educação como estratégia de empoderamento	39
2.7 Objetivo do Desenvolvimento Sustentável.....	42
3 VIABILIDADE.....	45
3.1 Parceria público – privada	45
3.1.1 Consulado da Mulher Consul.....	46
3.1.2 Programa Mulheres Inovadoras	47

3.1.3 Programa Sebrae para Mulheres de Negócio	47
3.2 Reuso Adaptativo e Requalificação Urbana	47
3.3 Análise da situação atual.....	49
4 LUGAR	55
4.1 Programa de Necessidades	56
4.2 Análise do Lugar	64
4.2.1 Levantamento das edificações.....	75
4.3 Condicionantes Legais	84
4.3.1 Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado	85
4.3.2 Código de Edificações	88
4.3.3 Código de Incêndio	91
4.3.4 ABNT NBR 9050 – Norma de Acessibilidade.....	97
4.3.5 ABNT NBR 9077 – Norma de Saídas de Emergência.....	100
4.4 Diretrizes	105
5 ANÁLISE DE REFERENCIAIS	109
5.1 Praça das Artes.....	109
5.2 Conjunto KKKK	114
5.3 Sesc Pompéia São Paulo.....	117
5.4 Teatro Erotídes de Campos.....	123
5.5 Centro de Oportunidade para Mulheres	128
6 A REFLEXÃO CONTINUA.....	133
REFERÊNCIAS	134

TEIA:

Centro de Cultura, Educação, Economia Criativa e Empoderamento

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, uma mulher é morta a cada 2 horas. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) o Brasil possui a quinta maior taxa de feminicídio no mundo, com uma média de 4,8 assassinatos para cada 100 mil mulheres. Segundo dados do Atlas da Violência de 2019¹, o número de mortes violentas intencionais no âmbito doméstico aumentou 17% em cinco anos, registrando o maior número desde 2007, sendo 4963 casos ao todo, cerca de 13 assassinatos por dia.

Já no Rio Grande do Sul, a proporção de casos de feminicídio cresce 10 vezes mais que a média nacional, sendo, em 2019, 100 casos consumados² e 359 de casos tentados³, a maior marca já registrada, segundo dados do Atlas do Feminicídio⁴ no Rio Grande do Sul. As idealizadoras do Atlas do Feminicídio apontam que a taxa de proporção de casos, consumados ou tentados, são maiores nas cidades do interior do Estado, isso se dá pelo fato de que nas regiões metropolitanas existe uma maior e mais eficiente rede de proteção do que em cidades menores. Atualmente, no Estado, existem apenas 18 unidades de Delegacia de Polícia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), sendo todas em cidades com mais de 60mil habitantes.

Os mapas abaixo apresentam os casos, tentados e consumados, na microrregião de Lajeado – Estrela entre os anos de 2014 e 2018. Os números podem até ser considerados baixos, porém ainda são vidas perdidas para a violência doméstica e de gênero em uma escala muito próxima. O ícone em roxo

¹ Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784>. Acesso em 05 de mar. 2020.

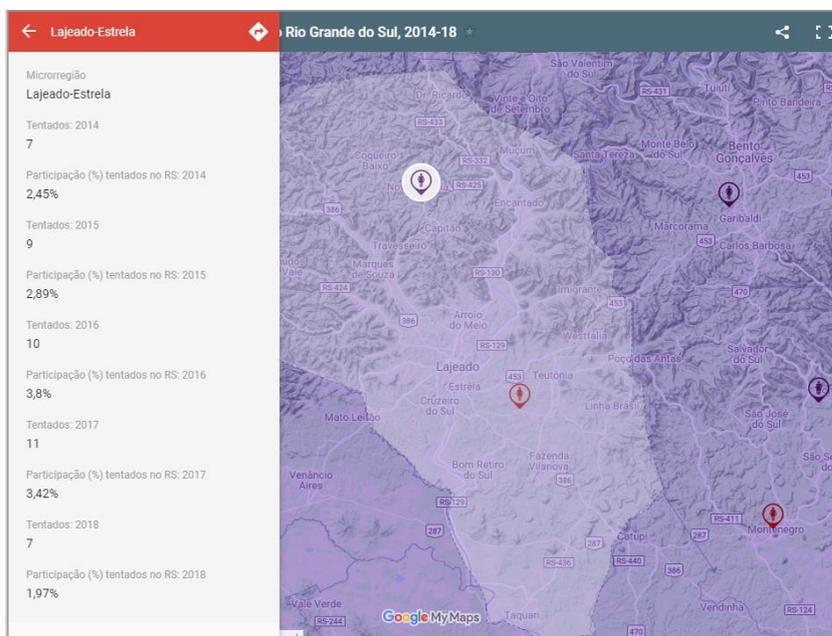
² Quando acontece a violência e resulta em morte.

³ Quando a violência ocorre, mas não resulta na morte da vítima.

⁴ Disponível em <<https://atlasdosfemicidios.com/femini2019.html>>. Acesso em 05 de mar. 2020.

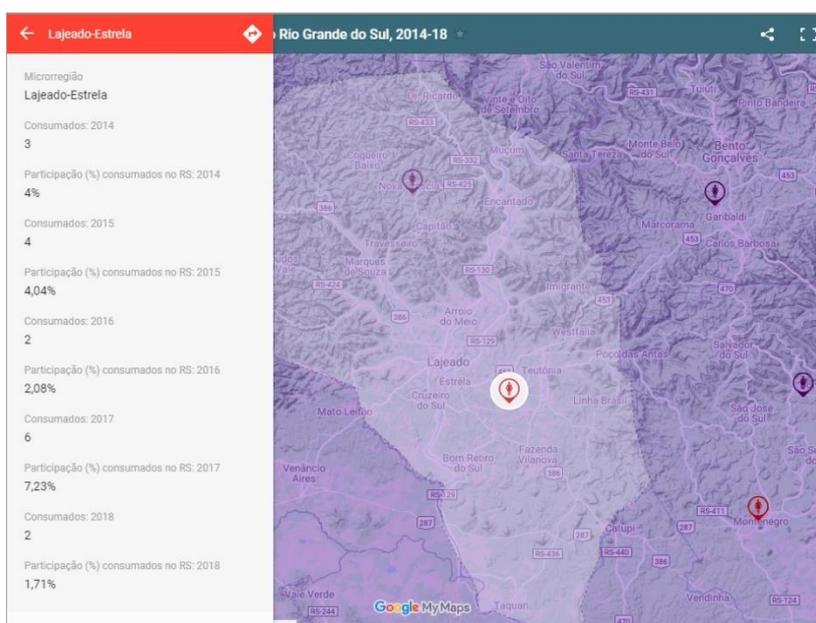
representa o número de casos tentados, e o ícone em vermelho representa os casos consumados.

Figura 1. Número de casos tentados na microrregião Lajeado-Estrela



Fonte: Atlas do Femicídio RS 2020 modificado pela autora

Figura 2. Número de casos consumados na microrregião Lajeado-Estrela



Fonte: Atlas do Femicídio RS 2020 modificado pela autora

Outra problemática é em relação a violência contra a população LGBTI+ que tem se agravado nos últimos anos no país, mas ainda possui pouca visibilidade pelo fato de que não existem dados concretos em relação a isso. A dificuldade de numerar casos e a população em si se dá pelo fato de que ainda existe muito preconceito sobre, e pela falta de políticas públicas direcionadas a eles. Atualmente não existe uma classificação dessa população no IBGE e nas Delegacias de Polícia, assim como não existe uma lei para classificar o óbito da população LGBTI+ pelo motivo de gênero. Apesar da falta de estatísticas reais, o Atlas da Violência analisou dados por meio do Disque100⁵, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMDFH) e registros do Ministério da Saúde no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

Segundo o Atlas da Violência de 2019, houve um forte crescimento no número de denúncias de homicídios contra a população LGBTI, com um aumento de 5 casos em 2011 para 193 casos em 2017. E em 2018, houve um aumento de 127%. Este aumento pode ser explicado pela maior presença de grupos militantes ativos afins de visibilizar e difundir a necessidade de denúncias de violência. Um agravante encontrado a partir dos dados do Sinan é que em 70% dos casos ocorridos em 2015 os autores eram do sexo masculino, e que a maioria dos casos vitimam homo ou bissexuais do sexo feminino. Apesar da falta de quantidade e qualidade nos dados a respeito do assunto, as evidências apontam um aumento de casos de violência contra a população LGBTI+.

Diante destes dados, e considerando que em Lajeado a população feminina é maior, num total de 51,4% (IBGE 2010) do total, encontra-se a necessidade da criação de um espaço dedicado ao apoio e de referência voltado às mulheres, e todos aqueles que se identificam com o gênero feminino. Portanto a proposta da TEIA – Centro de Cultura, Educação, Economia Criativa e Empoderamento, vem ao encontro ao trabalho de empoderamento dessa população no Vale do Taquari e região, através da educação e cultura, valorizando e resgatando seu papel de importância na história, do apoio ao enfrentamento à violência doméstica e retomada da autoestima, mostrando todos seus direitos perante a lei, e na busca de

⁵ É um canal que recebe, analisa e encaminha denúncias de violação dos direitos humanos relacionados a diversos público, entre eles, a comunidade LGBTI+

independência financeira através de incentivos a economia criativa e a pequenos empreendedores.

A luta por igualdade ganha um novo significado quando se entende que todos indivíduos são iguais nas suas particularidades, e torna-se fundamental a existência de um espaço para que possam ser debatidas em seu todo. No livro “Feminismo em Comum”, Tiburi disserta sobre o “lugar da fala” como um espaço de luta essencial para ser expresso o direito de existir que, naturalmente ao gerar oposição, torna-se um lugar destinado ao diálogo não apenas vinculado a uma classe historicamente reprimida, mas a todos - às mulheres, aos transsexuais, aos homossexuais - havendo a necessidade de solidariedade entre os discursos. Além disso, Márcia afirma sobre a urgência do “lugar da escuta” e sua experimentação no processo político a todos os sujeitos que possuem o privilégio da fala, antes dominada apenas por autoritários, definindo a injustiça originária do patriarcado que não permitiu a participação das mulheres e seus espaços no processo histórico da sociedade.

Dessa forma, entende-se como a fusão dos lugares de fala e escuta, a criação de um espaço legítimo para o diálogo para a luta e inserção sociopolítica. Portanto o Centro surge desta necessidade como um espaço dedicado às mulheres e comunidade LGBTI+ para difundir seus ideais, cultura e seus anseios a serem alcançados. Porém, apesar de ser dedicado a estes grupos, o espaço contará com parte do programa de necessidades dedicado a sustentabilidade financeira do local, atendendo a comunidade em geral, com o objetivo de envolver e integrar os diferentes públicos, em prol da conquista do respeito e enfrentamento das barreiras do preconceito.

Dividido em dois eixos principais, público e privado, o Espaço será um complexo arquitetônico para tratar das questões e problemáticas dos públicos através do empreendedorismo social e de investimentos que gerem impacto social. O alinhamento dos principais eixos propicia a criação de diversas ramificações de atividades oferecidas à comunidade.

A organização do projeto está dividida em cinco capítulos. Inicialmente se introduz a temática de forma ampla, e no segundo deles se apresenta a problemática no contexto nacional. Nele será apresentado a história do movimento

feminista no país de forma cronológica e suas conquistas perante a Constituição do país. Neste momento também será apresentado o movimento LBGTI+, de grande importância e pouca visibilidade no país que fará parte do público alvo do espaço. Para pontuar e valorizar a luta dos movimentos, em seguida serão apresentados entidades e projetos atuantes no tema no âmbito mundial, e em escala menor, no âmbito regional. Estes projetos citados exemplificam como o poder público e privado podem atuar nos eixos norteadores do projeto, e assim, ajudar a combater a desigualdade de gênero.

Ao longo no capítulo três será explicada a viabilidade de inserção do Centro Teia na cidade, serão apresentados exemplos de parcerias público – privadas já existentes no país, e de conceitos de arquitetura para serem aplicados neste espaço. Também será apresentado um levantamento de dados realizado de forma online para justificar o público existente na cidade com suas respectivas análises. Este capítulo tem como objetivo apresentar as alternativas mostrando ser possível a execução do projeto.

Após a apresentação da temática e explicação da viabilidade do projeto, iniciam-se as análises pertinentes a escolha do lugar de inserção do Centro. Inicia-se com a apresentação do programa de necessidades proposto para o local que se relaciona com os principais eixos de atuação como estratégia para desenvolver o empoderamento dos frequentadores do espaço. Este programa de necessidades tem como objetivo além de promover atividades socioculturais a população, promover também a sustentabilidade financeira do espaço. O capítulo segue com a apresentação e estudo do entorno do local escolhido, de uma escala macro para micro, assim como a justificativa de manter o patrimônio construído existente e as normativas pertinentes a esta intervenção. O capítulo quatro busca justificar e direcionar as intenções projetuais, além de classificar o Centro nas normativas federais e municipais pertinentes.

Uma vez que escolhido e justificado o local, e a problemática apresentada, se inicia uma busca afim de aumentar o repertório arquitetônico e analisar as técnicas e soluções já aplicadas em projetos semelhantes em relação a intervenções em edificações construídas. Serão analisados 4 projetos semelhantes na técnica de

intervenção e diretrizes projetuais, e 1 projeto pertinente ao tema de empoderamento feminino.

Por fim, se pretende continuar o processo de reflexão referente a visibilidade da mulher e da população LGBTI+ perante a sociedade atual, para que este seja o início de uma discussão longa e necessária em busca de melhores condições e apoio a estes grupos na região. Se pretende com este trabalho valorizar o trabalho já existente na região, e incentivar novas parcerias e conexões para que esta rede de apoio se torne cada vez mais resistente e presente.

2 O FEMINISMO E SEUS MOVIMENTOS CONVERGENTES

O presente capítulo apresenta desde a história de forma cronológica dos movimentos, com suas principais lutas, até as conquistas atuais por meios legais, seguindo para as principais medidas que entidades, nacionais e internacionais, vêm aplicando em busca da equidade de gênero e enfrentamento da violência.

Apresentar as lutas e as difíceis conquistas ao longo da história dos movimentos mostra o quanto essas pessoas têm que se afirmar perante a sociedade, enfrentar um sistema patriarcal enraizado na nossa cultura e lutar diariamente pelo direito de viver livremente.

2.1 O feminismo e a luta do movimento no âmbito nacional

Ao longo da história existiram diferentes tipos e correntes de feminismo no país, porém segundo Carla Cristina Garcia em seu livro *Breve História do Feminismo* (2018) todos possuem umnexo em comum, “lutar pelo reconhecimento de direitos e oportunidades para as mulheres e, com isso, pela igualdade de todos os seres humanos” (GARCIA 2018, texto digital). O movimento feminista tem a característica de ser um movimento social emancipatório e que, atualmente, possui diversas correntes abrangendo diferentes grupos.

A luta pela equidade entre minorias e direitos das mulheres anda em paralelo desde seu início. As pautas da luta também sofreram mudanças ao longo dos períodos, com objetivos adaptados de acordo com a época. Segundo a análise feita por Salvatti (2018) em ONG Politize⁶, no Brasil Colônia (1500-1822) pouco foi conquistado, a cultura estabelecida de repressão às minorias, o sistema patriarcal e cultura escravocrata era o que doutrinava, deixando marcas e consequências na sociedade atual. A figura objetivada da mulher a tornava propriedade de seus pais, maridos, patrões ou qualquer outra figura masculina presente no ambiente. Neste período começaram a surgir pequenas carências de representatividade, como o

⁶ FAHS, Ana C. Salvatti. Movimento Feminista: história no Brasil. Politize, 2018. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/movimento-feminista/>>. Acesso em: 24 de mar. 2020.

início pela luta ao direito à vida política, educação, direito ao divórcio e acesso livre ao mercado de trabalho.

Já durante o Brasil Império (1822-1889) o direito a educação passou a ser reconhecido à mulher, mesmo que este direito nunca foi negado oficialmente, mas diante a situação em que as mulheres viviam este acesso era proporcionado apenas a algumas, normalmente às mulheres brancas da burguesia. Segundo Fahs, esta conquista é marcada através de Nísia Floresta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, considerada a primeira feminista do país, ativista fundadora da primeira escola para meninas no Brasil e figura importante na busca da emancipação feminina. Em relação ao acesso à vida política, onde Nísia atuou fortemente, também não existia uma proibição de fato à interação feminina, até porque não eram nem reconhecidas como possuidoras de direitos pelos constituintes, até o século XX mulheres eram dependentes legalmente de seus pais ou maridos, mas várias tentativas de alistamento eleitoral não obtiveram sucesso. Nísia demonstra sua inquietação quando diz que:

Por que [os homens] se interessam em nos separar das ciências a que temos tanto direito como eles, senão pelo temor de que partilhemos com eles, ou mesmo os excedamos na administração dos cargos públicos, que quase sempre tão vergonhosamente desempenham? (FLORESTA, 1832, texto digital)

No âmbito do mercado de trabalho, a autora pontua que algumas mudanças começaram a aparecer após as greves de 1907, chamada de Greve das Costureiras, e de 1917, com influência dos imigrantes, que reivindicavam melhores condições de trabalho nas fábricas, a maioria têxtil, em que predominava a mão de obra feminina. Observa-se que a presença da mulher no mercado de trabalho era somente em ramos considerados delicados e femininos. Entre as reivindicações estavam a regularização do trabalho feminino, fim da jornada noturna para mulheres e a regularização da jornada de 8 horas de trabalho por dia. Neste mesmo ano foi aprovada a aceitação de mulheres no serviço público.

Em 1922 as discussões acerca da luta das mulheres se voltam para a política novamente, é fundado então a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino cujo principal objetivo é o direito do voto e livre acesso das mulheres ao campo de trabalho. Sendo a grande conquista deste período, em 1928, quando é permitido então o primeiro voto feminino, no mesmo ano em que a primeira prefeita mulher é

eleita, no Rio Grande do Norte. Apesar de ser considerada uma importante conquista, ambos os eventos foram anulados, mas abriram as discussões. Somente no governo de Getúlio Vargas, no ano de 1934, é garantido no Código Eleitoral Brasileiro o sufrágio feminino, a conquista feminina ao direito de voto, e assegurado na Constituição de 1946, e um ano após o decreto foi eleita a primeira deputada mulher.

Dessa forma, após a análise cronológica do movimento no país, percebe-se que política e a luta feminina caminham juntas, e que uma interfere na outra e mostra-se de extrema importância essa conexão. As conquistas vêm a passos lentos, sofrendo mudanças, incentivos ou repressões conforme o cenário político do país. Nota-se que a política precisa da presença feminina para sofrer alterações, assim como a luta feminina tem na política um espaço para expor e validar as conquistas. Durante os períodos ditatoriais do país, a batalha feminina perdeu muita força e espaço, mas ainda sim teve marcos importantes como a Fundação das Mulheres do Brasil, a aprovação da lei do divórcio e a criação do Movimento Feminino pela Anistia no ano de 1975, sendo este considerado como o Ano Internacional da Mulher. Logo após, nos anos 80 foi criado Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que passou a ser a Secretaria de Estados dos Direitos da Mulher e ter status ministerial.

Por fim, destaca-se que o movimento feminista no país, atualmente, segue com pautas que buscam o melhoramento das condições de vida das mulheres. Dentre os tópicos pertinentes se encontram o acesso a métodos contraceptivos para todas, acesso à saúde preventiva, equiparação salarial, direito legal ao aborto, proteção contra a violência doméstica e outros temas relevantes à condição de ser mulher no país. Apesar da trajetória, o caminho ainda é longo e precisa ser mais representativo.

2.2 Meios legais de enfrentamento da violência

A igualdade de gênero é assegurada na Constituição Brasileira de 1988, especificamente no Artigo 5º que é o responsável por assegurar uma vida livre, digna e igualitária a todos cidadãos do país. O primeiro Inciso do Artigo diz que

“Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988). Isto é, homens e mulheres devem ter acesso as mesmas oportunidades e responsabilidades. Segundo a Constituição, igualdade de gênero não ignora que existem diferenças entre os gêneros, mas quer dizer que um indivíduo não possa ser reconhecido como uma pessoa com menos direitos ou mais obrigações por consequência de seu gênero.

Apesar de estar assegurado na Constituição Federal, a mulher precisa receber o apoio e proteção perante a lei devido as circunstâncias. A primeira iniciativa de proteção à mulher por meios legais surgiu apenas em 2006 com a criação da Lei da Maria da Penha⁷, de número 11.340/06, que sancionou mecanismos para coibir a violência doméstica contra mulheres. Foi a primeira vez que se definiu a violência contra mulher como sendo um crime formalmente, e este deve ser julgado nos Juizados Especializados de Violência Doméstica contra a Mulher, que foi criado junto com esta legislação, ou nas cidades que ainda não o possuem, devem ser julgados nas Varas Criminais. As disposições preliminares da lei dizem que:

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

⁷ BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 09 abr. 2020.

§ 2º Cabe à família, à sociedade e ao poder público criar as condições necessárias para o efetivo exercício dos direitos enunciados no caput.

Art. 4º Na interpretação desta Lei, serão considerados os fins sociais a que ela se destina e, especialmente, as condições peculiares das mulheres em situação de violência doméstica e familiar. (BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Brasília, DF).

Lembra-se que Maria da Penha Maia Fernandes é uma mulher que sofreu violência doméstica por 23 anos do marido, e as agressões somaram-se a duas tentativas de assassinatos pela parte do cônjuge, uma delas deixando-a paraplégica. Maria da Penha lutou pela condenação do marido por anos, recorrendo até as entidades internacionais já que o Brasil não possuía legislação em prol da proteção da mulher. Desde então seu nome é referência quando se fala em enfrentamento à violência.

Já em 2015 o Código Penal Brasileiro passou a incluir mais uma modalidade de homicídio qualificado, conhecida como a Lei do Feminicídio, lei de número 13.104/15, que introduziu um qualificador na categoria de crimes hediondos e alterou o artigo 121 do Código. A Lei classifica o crime como feminicídio quando:

VI – Contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:

VII – Contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição. (BRASIL. Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015. Brasília, DF).

Para melhor entendimento foi criada uma nota explicativa do termo “razões da condição do sexo feminino” que esclarece que o crime ocorre em duas hipóteses, sendo elas, a violência doméstica e familiar, e o menosprezo ou discriminação à condição de mulher. A Lei também possui agravantes de pena, que aumentam em até 1/3, se o crime for praticado:

“I - Durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;

II - Contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;

III - Na presença de descendente ou de ascendente da vítima.”. (BRASIL. Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015. Brasília, DF.)

Ainda assim, Constituição Federal apresenta outras duas leis, não direcionadas especificamente às mulheres, mas que auxiliam no enfrentamento dos diversos tipos de violência. A primeira delas é a Lei Carolina Dieckmann⁸, de número 12.737/12, que promoveu alterações no código penal brasileiro que define crimes cibernéticos. Esta Lei dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei no 2.848/40, e auxilia em casos quando a vítima é exposta na internet sem autorização. Já a segunda lei é conhecida como a Lei Joanna Maranhão⁹, de número 12.650/12, que sancionou a alteração de prazos de prescrição de crimes de abusos sexuais contra crianças e adolescentes. Esta lei altera o prazo de denúncia para 20 anos e define que crimes desta natureza só terão o tempo contado para a prescrição após a vítima completar 18 anos.

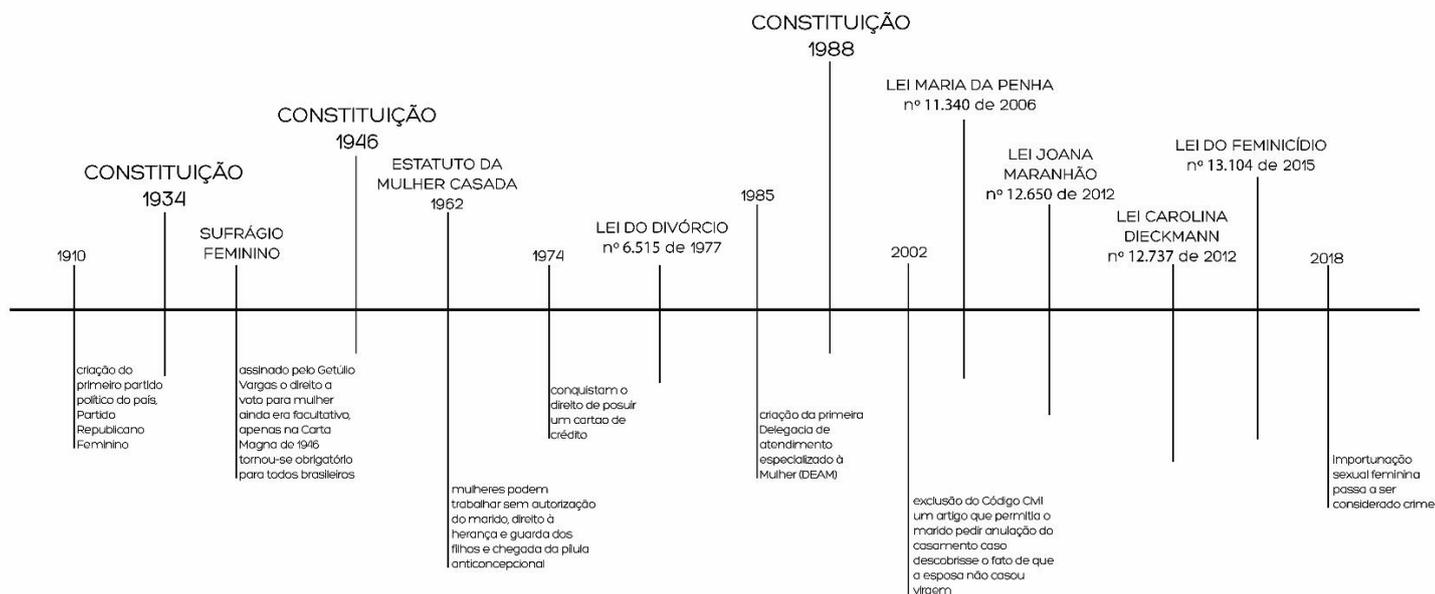
Deste modo, mesmo que o Princípio da Igualdade esteja previsto na Constituição, sabe-se que a realidade é outra, e, portanto, cabe ao Estado promover políticas públicas para combater as desigualdades, levando em consideração as especificidades dos diferentes grupos de mulheres. A luta pela igualdade de gênero é uma questão de direitos humanos, e os crimes cometidos hoje contra as mulheres e a comunidade LGBTI+ são um dos pilares dos problemas sociais atualmente.

A imagem abaixo apresenta de forma cronológica as principais, e mais marcantes, conquistas do movimento feminista perante a Constituição Brasileira, desde direitos básicos a mudanças de extrema importância em relação a segurança e enfrentamento a violência.

⁸ Esta lei surgiu após a atriz ter fotos íntimas roubadas de seu computador pessoal e divulgadas na internet sem autorização.

⁹ Nadadora que trouxe à tona casos de abusos 12 anos após o ocorrido

Figura 3- Linha do tempo referente a Leis em prol da mulher



Fonte: do Autor

2.3 Visibilidade a população LGBTI+

O movimento LGBTI+ no Brasil ainda pode ser considerado recente no país, com apenas 40 anos de história, o movimento enfrenta a busca por direitos perante a Constituição e o combate de preconceito da sociedade.

No ano de 2008, em Brasília, foi realizada a Conferência Nacional GLBT¹⁰ com o tema “Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais” por meio de reuniões estaduais e regionais. Esta conferência teve a participação de cerca de 10 mil pessoas e resultou em 510 propostas, que foram analisadas e complementadas, e em junho do mesmo ano, o então Presidente da República Luiz Inácio Lula da

¹⁰ Gays, lésbicas, bissexuais e transexuais. Variação da sigla que representa a comunidade.

Silva, ministros e representantes do movimento participaram da solenidade de abertura da conferência. Segundo Facchini e França (2009) o Brasil é o primeiro país a promover uma atividade desta natureza, que naquele ano comemorava os 30 anos do movimento no país, e selou o compromisso do Estado com os direitos de LGBT.

O movimento, na época chamado de “movimento homossexual” (FACCHINI, FRANÇA, 2009, pg. 56) teve início no Brasil no final dos anos 1970, inspirado em episódios já presentes na América do Norte e Europa, em uma época que o país passava por uma reabertura democrática, com a ditadura perdendo força. Ainda nessa época surge algumas movimentações como o Jornal Lampião da Esquina que circulava falando de “coisas de bicha” desafiando a censura e questionando a heteronormatividade compulsória¹¹ (CANABARRO, 2013, pg. 2).

Porém, na década de 80, quando o movimento estava ganhando força no país, surge a epidemia de AIDS, e imediatamente é associada à cultura homossexual, fazendo com que o movimento sofra represálias e preconceito, sendo chamada de “Peste Gay” ou “Câncer Gay”. Segundo Canabarro (2013), é neste momento que o movimento deu um passo importante, firmando uma parceria com o Estado nas áreas da saúde para trabalharem em conjunto contra a epidemia. A parceria com o governo passa a ser uma questão de saúde pública, e as ONGs seguem lutando para que as questões de gênero não sejam consideradas patologias, sendo assim, em 1985 o Conselho Federal de Medicina retirou homossexualidade da classificação de doenças, e apenas em 1990 a OMS retira de seus catálogos médicos o homossexualismo, passando-se a denominar homossexualidade, como condição de ser e orientação individual do desejo. (CANABARRO, 2013, pg. 3).

Durante as décadas seguintes surgem diversos grupos por todo o país, cada um com suas pautas e objetivos específicos, mas todos buscam mais direitos. Um dos primeiros grupos a surgir é o Grupo Gay da Bahia sendo pioneiro em pesquisas e estudos sobre o tema, e segue atuante até os dias atuais. Segundo Canabarro, o Grupo Gay da Bahia junto com outros grupos com visibilidade inicia a discussão

¹¹ Termo surgido dentro da Teria Queer que tenta explicar como a heterossexualidade está inserida nas normas sociais em todos os níveis e como isso estabelece as relações de discurso, recurso e reflexão social.

para incluir na Constituição a proibição da discriminação por orientação afetivo sexual no texto constitucional, porém não obtiveram sucesso, os termos “orientação sexual” e “identidade de gênero” não entraram no texto final. Apenas em 1996, no Plano Nacional de Direitos Humanos os homossexuais são citados em um documento oficial do governo.

Em relação aos direitos constitucionais, pode-se dizer que o Estado Brasileiro se caracteriza pelo conservadorismo. Segundo Carrara (2010), apesar de tanta discussão e repercussão, poucas leis importantes relativas ao reconhecimento de direitos da população LGBT foram aprovadas. Para tentar maior representatividade, em 2003 foi criada a Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT na Câmara dos Deputados. De acordo com a Aliança LGBT e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) são dezenas de projetos de lei aguardando votação no Congresso Nacional, sendo os principais, a busca pela a criminalização da LGBTfobia¹², tendo este projeto de lei já aprovado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a aprovação do casamento homoafetivo, apesar de que exista uma resolução emitida pelo Conselho Nacional de Justiça que obriga os cartórios a realizarem estas uniões, entre outras medidas para promover a igualdade. Segundo Fernandes (2018), mais alguns destes projetos de lei que aguardam votação são:

1. Criminalização da LGBTfobia – existem hoje quatro projetos de lei sobre o tema em tramitação. Atualmente o Código Penal pune o ato de injuriar alguém com ofensas à dignidade ou decoro da vítima.
2. Nome social e identidade de gênero – o texto busca facilitar a mudança de nome e gênero sem a necessidade de recorrer à Justiça.
3. Casamento homoafetivo – apesar de estar garantido por uma resolução do Conselho Nacional de Justiça, este direito ainda não está assegurado em lei e pode ser contestado por juízes.
4. Doação de sangue de pessoas LGBT – no âmbito da saúde, o texto busca eliminar as limitações para a doação. Hoje, homens que tenham mantido relações sexuais com outros homens em 12 meses não

¹² Termo para designar violência contra pessoas LGBT

podem doar. Este texto também propõe o fim de tratamentos de reversão, chamados de “cura gay”.

5. Legalização da prostituição – o projeto busca combater a exploração sexual e promover direitos trabalhistas para estes profissionais. (FERNANDES, 2018, texto digital)

Embora alguns avanços foram conquistados, poucos deles foram por meio do legislativo, a maioria são por meio do judiciário em esfera estadual com parceria das ONGs e grupos ativistas. Os movimentos seguem em crescente atuação e visibilidade, como exemplo o maior evento do movimento que acontece todos os anos, a Parada Livre de São Paulo já reuniu mais de 3 milhões de pessoas, consolidando-se como uma das maiores do mundo no gênero.

Apesar da constante atuação dos grupos e dos passos lentos das conquistas que marcam o movimento, os dados de violência contra a comunidade são alarmantes e cada vez maiores, e deixam nítida a necessidade de continuar essa luta para dar visibilidade e apoio a causa.

2.4 Entidades atuantes pelo mundo

Conforme apresentado nos capítulos anteriores a presença dos grupos de ativistas é fundamental para ouvir as demandas das minorias e atuar na linha de frente para diminuir a desigualdade de gênero. Estas entidades trabalham duramente para dar voz, protagonismo e proporcionar direitos básicos.

2.4.1 Fundo Malala

Organização criada em 2013 que recebe o nome da ativista paquistanesa Malala Yousafzai¹³ que busca maior acesso, qualidade e segurança de entidades de ensino para meninas (ONU, 2014). O programa iniciou com um acordo da

¹³ Malala Yousafzai foi vítima de um atentado quando voltava para casa depois da escola por membros do Talibã. Malala já era conhecida por defender o direito de meninas de estudar, o que era proibido em sua província por conta do governo, e após o atentado recebeu exílio na Inglaterra. Ficou conhecida mundialmente quando discursou em 2013 na Assembleia de Jovens das Nações Unidas em Nova Iorque, e em 2014 recebeu o Prêmio Nobel da Paz. Disponível em <<https://www.malala.org/>>. Acesso em: 12 de abr. 2020.

Unesco e do Governo do Paquistão e inicialmente atuava somente no país, fazendo com que meninas das áreas mais remotas tivessem acesso à educação. Irina Bokova, diretora geral da Unesco em 2012, afirmou que “a educação de meninas é uma questão de direitos humanos e uma estratégia para paz e desenvolvimento”. O fundo atua em parcerias com empresas privadas, financiamentos públicos e fundações humanitárias por meio de doações

Atualmente o programa atua também em outros países além do Paquistão como Afeganistão, Índia, Nigéria, Região da Síria e, inclusive, no Brasil. No Brasil, o Fundo Malala integrou 3 ativistas brasileiros à Rede Gulmakai¹⁴, sendo eles em Pernambuco, Bahia e São Paulo.

2.4.2 Women for Women International

É uma organização humanitária sem fins lucrativos que fornece apoio prático e moral a mulheres sobreviventes de guerra para reconstruírem suas vidas. Desde 1993 a organização já ajudou mais de 500.000 mulheres marginalizadas em países afetados pelas guerras e conflitos civis. A entidade atua em 8 países em que os dados mostram que a maioria das mulheres não possuem educação formal ou somente os anos primários e são casadas, os países são Afeganistão, República Democrática do Congo, Iraque, Nigéria, Ruanda, Sudão do Sul, Bósnia e Herzegovina e Kosovo.

2.4.3 Movimento He for She

Programa criado pela ONU Mulheres, a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, como um esforço global que busca incentivar e engajar homens e meninos a se identificar com as questões de igualdade de gênero, reconhecendo que não é um problema só das mulheres, mas uma questão de direitos humanos que afeta a todos nós. Para efetivar a compreensão de que a igualdade de gênero liberta não somente as mulheres e minorias, mas também os homens dos papéis sociais e estereótipos impostos (ONU Mulheres Brasil).

¹⁴ Iniciativa dentro do Fundo Malala que patrocina ativistas que promovem a educação a meninas.

Na Copa do Mundo de 2014 o projeto mostrou-se presente com registros fotográficos da torcida masculina para expressar a adesão à mensagem *#HeForShe* de modo a divulgar imagens de cuidado e igualdade entre homens e mulheres, incentivando novas relações de gênero sem atitudes e comportamentos machistas.

2.4.4 Arquitetas Invisíveis

Coletivo que nasceu dentro da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Brasília, em 2013, inicialmente com conversas para discutir a questão de gênero dentro da Universidade. O Coletivo teve início oficialmente em 8 de março de 2014, dia Internacional da Mulher, como uma ação que busca a igualdade de gênero dentro do âmbito da arquitetura e urbanismo, por meio de reconhecimento e divulgação da vida e obra de arquitetas desprestigiadas pela história. (ARQUITETAS INVISÍVEIS, 2015).

Durante palestra no 21º Congresso Brasileiro de Arquitetura em 2019, ocorrido em Porto Alegre, Luiza Dias Coelho, uma das fundadoras do coletivo, apresentou dados de que 63% dos arquitetos são mulheres, e no âmbito da universidade, 67% dos estudantes de arquitetura são mulheres. Apesar desses dados, poucas são as arquitetas reconhecidas pelo seu trabalho, sendo que somente em 2020 um escritório de mulheres, *Grafton Architects*, recebeu o Prêmio Pritzker, o maior reconhecimento na arquitetura.

Em paralelo ao Arquitetas Invisíveis surge o Arquitetas Negras, coletivo com os mesmos objetivos, mas que busca reconhecer e divulgar a vida e obra de arquitetas negras ao longo da história.

2.5 Entidades atuantes no âmbito regional

Entrando numa escala regional, diversos projetos na cidade estão ganhando espaço e visibilidade, promovendo a discussão e buscando melhor qualidade de vida para mulheres da cidade de Lajeado. Os projetos variam no âmbito legal do direito à empoderamento financeiro com mulheres de bairros em vulnerabilidade. A proposta é de que esses projetos locais utilizem do espaço da Teia para trabalhar, divulgar suas ideias e desenvolver novos projetos.

2.5.1 Projeto Élas Social

É um projeto que atua desde setembro de 2019 que visa à geração de renda para mulheres em situação de vulnerabilidade do bairro Santo Antônio de Lajeado, hoje são beneficiadas 15 mulheres e suas famílias. Segundo Carine Bagestan, assistente social e uma das coordenadoras do projeto, o Élas é um negócio social “que valoriza a sustentabilidade e o valor social gerado através do trabalho, visando empoderamento feminino e independência financeira”. O projeto atua por meio de produtos artesanais para moda e casa utilizando materiais descartados pela indústria calçadista, estofaria e confecção.

As artesãs do projeto são mulheres residentes em comunidades com propensão ao risco social decorrente de violência doméstica, tráfico de drogas e preconceito racial, gênero e econômica-cultural. Segundo Bagestan¹⁵ a maioria destas mulheres têm baixa escolaridade, são mãe solo e moradoras de comunidades carentes e violentas.

Este ano o projeto recebeu um terreno provisório cedido pela Prefeitura de Lajeado, de modo informal, para utilizar como sede da empresa, já que até o momento, os encontros acontecem em locais emprestados do bairro, mas não de maneira fixa. Porém como o espaço foi cedido de maneira provisória o grupo segue buscando uma sede fixa para realizar o trabalho.

¹⁵ Entrevista realizada com Carine Bagestan de forma digital

Figura 4- Logotipo do projeto Élas Social



Fonte: disponibilizado pela coordenação do projeto

2.5.2 Coletivo Juntas

Um grupo de mulheres da cidade de Lajeado que se uniram com o objetivo de criar uma rede, somando forças e alcançando todas as mulheres da região. O grupo funciona por meio das redes sociais divulgando oportunidades de empregos, recomendações de livros e filmes, divulgando informações relevantes para mulheres e promovendo eventos periódicos, como o “*A. Woman Ocupa*”¹⁶, e eventos pequenos com roda de conversa, cinema ao ar livre e trocas de artesãs.

¹⁶ Evento promovido em parceria com o Coletivo Juntas e o A Woman Art, grupos de mulheres da cidade de Lajeado, ocorrido na Orla do Rio Taquari de Lajeado em 2020 em que promovia o trabalho de mulheres da cidade, com feira de produtos, de alimentos e roda de conversa.

Figura 5- Logotipo Coletivo Juntas



Fonte: disponibilizado pela coordenação do projeto

2.5.3 Grupo MoveMães

Projeto social voluntário sem fins lucrativos de Lajeado atuante nas comunidades de maior vulnerabilidade social da cidade tem como público alvo gestantes e genitoras com filhos de 0 a 12 anos incompletos que residem nestas regiões. O grupo é responsável por arrecadar e distribuir doações do meio infantil, como fraldas, leites e fórmulas, roupas, produtos de higiene e demais produtos relacionados.

Figura 6. Logotipo MoveMães



Fonte: redes sociais do projeto

2.5.4 A.Woman Art

Este projeto iniciou por uma vontade da fundadora em desenvolver suas habilidades com mídias sociais, e para isso, resolveu unir essa vontade com o anseio de divulgar o trabalho de mulheres do Vale do Taquari. Atualmente o perfil divulga projetos, trabalhos e outros perfis de mulheres.

Figura 7- Logotipo Coletivo A.Woman Art



Fonte: disponibilizado pela coordenação do projeto

2.5.5 Maria da Penha: Enfrentamento à violência contra a Mulher e apoio às famílias.

Projeto de extensão universitária da Univates é coordenado pela professora do curso de direito Elisabete Muller que também já atuou como delegada na área. Após uma conversa com Elisabete¹⁷, ela diz que o projeto busca romper o chamado “ciclo da violência”, por meio de informações e apoio às vítimas.

O projeto de extensão atua como parte da “Rede de Enfrentamento à violência contra a Mulher” e busca acolher e orientar as vítimas de violência antes das audiências no Fórum de Lajeado. Os atendimentos são feitos por acadêmicos dos cursos de Direito e Psicologia e são previamente capacitados, sob supervisão de profissionais.

¹⁷ Entrevista realizada na UNIVATES no dia 04 de março de 2020

Figura 8- Frente do folder de divulgação do Projeto de Extensão

ROMPA O CICLO DA VIOLÊNCIA!

A mulher que vive o ciclo da violência sofre com a agressividade do(a) parceiro(a), que, em geral, inicia com ofensas verbais, controle e críticas. Depois, começam as agressões físicas e, por fim, vem a fase da calma, em que o(a) agressor(a) pede desculpas e promete que aquilo não irá se repetir. Passada essa fase da "lua de mel", ele(a) volta a ficar violento(a).

Procure a Rede!
Busque apoio para sair deste ciclo!

A QUEM RECORRER? DISQUE DENÚNCIA-180

Polícia Civil: 197
Brigada Militar: 190
DEAM: 3714-3309
CRAM: 3982-1092
Sajur/Univates: 3714-7038
Juizado de Violência Doméstica: 3710-1500
Promotoria de Justiça: 3714-2729
Defensoria Pública: 3748-3107
CREAS: 3982-1240
CAPS AD: 3982-1416
CAPS Adulto: 3982-1124
Serviços de Saúde: 3982-1109
Casa de Passagem do Vale:
 casadepassagemvaledotaquari@gmail.com
Outras Entidades da Rede:
 redeenfrentamentoaviolencia@gmail.com

REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
Lajeado/RS

projeto
Maria da Penha:
Enfrentamento à violência
contra a Mulher e apoio
às famílias

CHEGA DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER!

**DENUNCIE
PEÇA AJUDA
INFORME-SE**

Fonte: disponibilizado pela coordenação do projeto

Figura 9- Verso do folder de divulgação do Projeto de Extensão

O artigo 5º da LEI 11.340/06 (LEI MARIA DA PENHA) define o que é Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher:

Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

De acordo com o Art. 7º da LEI MARIA DA PENHA, são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - **Violência física.** Exemplos: dar socos, chutar, bater, empurrar, beliscar, puxar cabelo, morder, cortar, queimar.

II - **Violência psicológica.** Exemplos: ameaçar de bater e matar, ridicularizar, proibir o uso de determinadas roupas, isolar e impedir contato com amigos e familiares, chantagear pelos mais diversos motivos, humilhar, vigiar, controlar, impedir de trabalhar e/ou de estudar, não deixar usar telefone/redes sociais.

III - **Violência sexual.** Exemplos: obrigar a ter relação sexual ou a praticar atos sexuais que não lhe agradam, forçar gravidez, forçar aborto, realizar toque e carícias sem consentimento, criticar desempenho sexual.

IV - **Violência patrimonial.** Exemplos: Quebrar, destruir objetos pessoais ou domésticos, ou até a própria casa, reter ou subtrair bens, valores, documentos, instrumentos de trabalho.

V - **Violência moral.** Exemplos: Calúnia, difamação, injúria: dizer que a mulher praticou crime que não cometeu, chamar de vagabunda, prostituta, vadia, burra.

OBS: As violências moral e psicológica também são praticadas por contatos telefônicos (ligações, SMS), WhatsApp, através da internet (e-mails, redes sociais).



O que fazer se a violência estiver acontecendo?
Peça ajuda e ligue para o 190.

E se a violência já aconteceu?
Vá à Delegacia da Mulher, onde houver, ou a qualquer Delegacia de Polícia mais próxima para fazer o Boletim de Ocorrência e solicitar as medidas protetivas de urgência.

Se você está com medo e corre risco se voltar para sua residência?
Peça para a Polícia Civil encaminhá-la para a Casa de Passagem do Vale. Se o seu município for conveniado, você poderá ficar abrigada na Entidade; inclusive, pode levar os filhos junto.

Se tiver dúvida se está vivendo num relacionamento abusivo e se está sendo vítima de violência?
Procure algum Órgão da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher para lhe orientar.

NÃO SE CALE! DENUNCIE!



EXTENSÃO
UNIVATES

projeto
Maria da Penha:
Enfrentamento à violência
contra a Mulher e apoio
às famílias

Fonte: disponibilizado pela coordenação do projeto

2.5.6 CRAM

O Centro de Referência e Atendimento à Mulher (CRAM) foi criado em junho de 2016 e reúne os dados de atendimento no município. Neste espaço as mulheres vítimas de violência são acolhidas e encaminhadas para atendimento especializado, que contém psicóloga, assistente social e advogada, sendo essas todas mulheres. O centro atua para favorecer o acesso das mulheres em situação vulnerável a serviços como saúde, justiça, educação, geração de renda e segurança.

2.6 A Economia Criativa, Cultura e Educação como estratégia de empoderamento

Ao analisar os projetos e entidades que são atuantes no mundo e na região, é possível observar que todos buscam o empoderamento do grupo agindo por meio de

um ou mais eixos, sendo eles a economia criativa, cultura ou educação. Os projetos buscam através de atividades, ou de divulgações, promover um aprendizado que resulte no empoderamento, não de imediato, mas de uma maneira que seja uma construção diária de pequenas atitudes empoderadoras para esses grupos resultando uma maior visibilidade a eles.

O significado literal segundo o dicionário Aurélio define empoderamento como “ação de se tornar poderoso, de passar a possuir poder, autoridade, domínio sobre; exemplo: processo de empoderamento das classes desfavorecidas”. É natural associar o termo com o movimento feminista e LGBTI+, o processo de ocupar um espaço de visibilidade e conquistas de direitos perante a sociedade é um exercício de buscar domínio sobre si e sua cultura, empoderar-se sobre sua história e valor e buscar a consciência coletiva. De forma objetiva, o empoderamento contribui para que as classes menos favorecidas tenham direito de participar ativamente dos debates relevantes atualmente.

Nesse sentido, um dos meios atuais para trabalhar o empoderamento nas minorias é por meio do empoderamento econômico, buscando a independência financeira e a qualificação para mais bem resultados no mercado de trabalho. Se nota que os grupos que trabalham estas questões seguem o eixo da economia criativa e do empreendedorismo.

Segundo o SEBRAE¹⁸ a economia criativa é o conjunto de negócios baseados no capital intelectual e cultural e na criatividade que gera valor econômico. A indústria criativa estimula a geração de renda e criação de empregos, enquanto promove o desenvolvimento humano. Segundo estudos de 2019 do SEBRAE o Brasil tem a 7^o maior proporção de mulheres entre os Empreendedores Iniciais¹⁹, e na média nacional, as mulheres correspondem a 34% dos Donos de Negócios e ainda em comparação aos homens, são 16% maior em relação a nível de escolaridade, mas apesar de todos os dados apresentados, segundo o estudo, as mulheres recebem 22% a menos que homens. A análise apresenta que as mulheres

¹⁸ Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/segmentos/economia_criativa/como-o-sebrae-atua-no-segmento-de-economia-criativa,47e0523726a3c510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 19 de abr. de 2020.

¹⁹ Os empreendedores iniciais são aqueles indivíduos que estão à frente de empreendimentos com menos de 42 meses de existência

estão à frente de negócios menores, com menor investimento e possuem menos acesso à linha de créditos mais vantajosas, e ainda, pagam taxas de juros maiores, mesmo que a taxa de inadimplência entre as mulheres seja menor. Portanto, propõe-se dentro da Teia se utilizar da economia criativa e empreendedorismo para incentivar e investir em negócios em busca da independência financeira das comunidades em foco para construir seu empoderamento dentro de seu cotidiano.

Em relação ao uso da cultura e educação para promover o empoderamento, a UNESCO (2020)²⁰ afirma que:

É somente por meio da educação que as pessoas de todas as idades podem adquirir os conhecimentos e habilidades para se adaptarem às mudanças que estão impactando todas as nossas sociedades, sejam elas demográficas, climáticas ou tecnológicas (UNESCO, 2020).

Ainda segundo a estratégia da UNESCO para igualdade de gênero, deve-se empoderar meninas e mulheres por meio da educação para uma vida e futuro melhores. A organização acrescenta que a educação tem papel transformador na vida de meninas, sendo capaz de diminuir taxas de mortalidade materna, casamentos precoces e pobreza. A partir desse entendimento a Teia propõe-se a oferecer a educação complementar, com temas relacionados a saúde da mulher e do LGBTI+, conhecimento do corpo e educação sexual. O uso da educação é com o objetivo de promover o autoconhecimento como mecanismo de defesa para o enfrentamento da violência.

Dessa forma, a combinação de ações nestes eixos busca estimular a autoestima do indivíduo de forma que se sinta capaz de decidir sobre sua vida, e propõe-se com a Teia ser este espaço de encontro para o desenvolvimento e empoderamento e assim, tornar-se o espaço de fala das classes.

²⁰ Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372464>> Acesso em: 20 de abr. de 2020.

2.7 Objetivo do Desenvolvimento Sustentável

Com dados alarmantes, o tema de enfrentamento da violência e busca de equidade entre os gêneros tem se tornado cada vez mais presente nas principais conferências mundiais, com nomes importantes atuando na linha de frente como a jovem paquistanesa Malala Yousafzai, ativista de 22 anos, a pessoa mais jovem a receber um Prêmio Nobel da Paz em reconhecimento a sua luta pelo direito à educação de meninas.

Em 2012 na cidade do Rio de Janeiro durante a Conferência das Nações Unidas foram definidos os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que visam produzir objetivos para suprir os desafios ambientais, políticos e econômicos mais alarmantes da atualidade. O conjunto de medidas estabelecidas é um esforço global e universalmente acordado para combater a extrema pobreza e fome, prevenir doenças mortais e expandir a educação primária, entre outras prioridades. Esta nova agenda de Desenvolvimento Sustentável se baseia nos Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Com isso, identifica-se uma aproximação ao objetivo número 5, ODS 5 – Igualdade de Gênero, que busca “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (ONU, 2015) O objetivo tem como metas:

5.1. Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.

5.2. Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.

5.3. Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas.

5.4. Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais.

5.5. Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

5.6. Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.

5.a. Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.

5.b. Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres.

5.c. Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis. (ODS 5, ONU 2015.)

Portanto, a partir do projeto Teia se articulará uma combinação de ações entre município e iniciativa privada busca-se atingir as metas do Objetivo 5. Ações dos gestores públicos e de investidores de impacto social²¹ ao propiciar o cumprimento das metas permite o encaixe do Centro na Agenda de 2030²², enfatizando a importância social, econômica e política do espaço inserido na cidade e região.

²¹ Ligados ao empreendedorismo social “que é caracterizado pela criação de produtos e serviços que tem o foco principal na resolução, ou minimização, de problemas em áreas como educação, violência, saúde, alimentação, meio ambiente etc. Mais do que obter o simples lucro, o objetivo destas empresas é gerar transformação nas comunidades em que estão inseridas. O faturamento adquirido é investido em ações que possam aumentar o impacto e promover o bem-estar do público.” BUENO, 2017. Disponível em <<https://blog.sebrae-sc.com.br/empreendedorismo-social/>>. Acesso em: 11 de abr. 2020.

²² Agenda de 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. É onde foram definidos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

3 VIABILIDADE

Após todos os dados apresentados, e considerando a problemática pertinente, os números instigam a busca por tentar proporcionar um espaço de qualidade em que estes grupos se sintam pertencentes e reconhecidos em seu lugar de fala e visibilidade, “Investir em mulheres é a coisa mais inteligente a se fazer. E mais importante, é a coisa certa a fazer” (ONG Women for Women).

Tendo em vista o exposto, o objetivo passa ser a viabilidade do equipamento inserido na cidade. O projeto funcionará com parcerias público – privada para financiar o espaço e promover atividades para a sociedade, e, por meio de equipamentos somente privados afins de gerar fluxo financeiro para o Centro. Os investimentos públicos serão destinados às atividades que visam a educação, cultura e apoio a vítimas, enquanto os programas privados serão em foco do desenvolvimento econômico e incentivo ao empreendedorismo.

3.1 Parceria público – privada

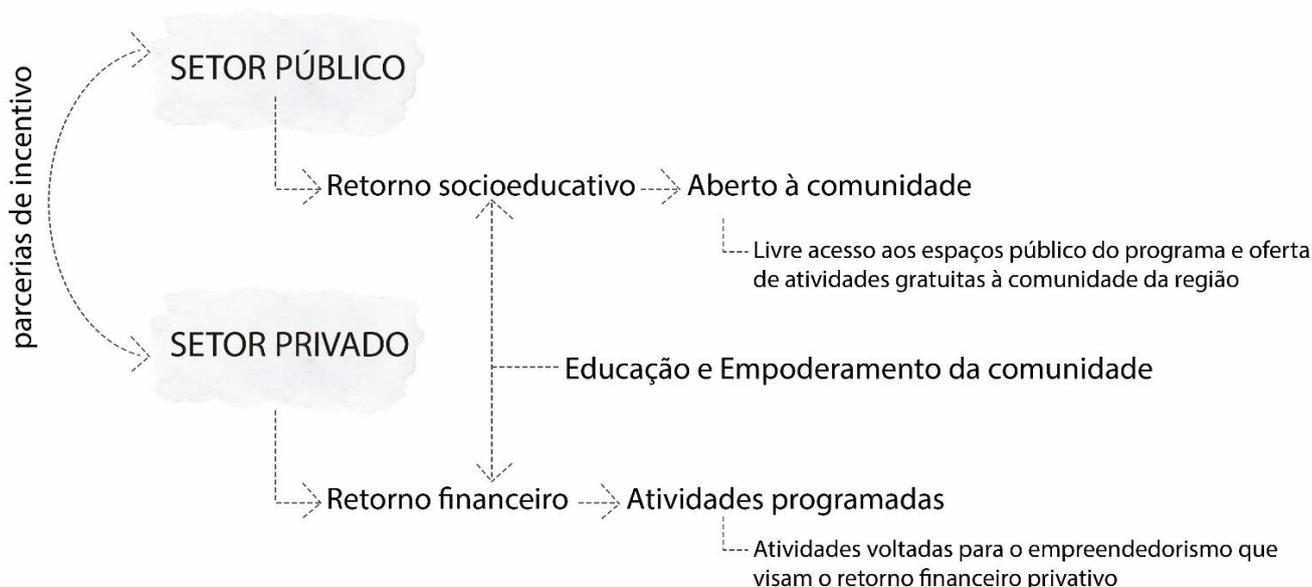
As parcerias Público – Privada estão definidas na Lei 11.079/2004²³ que institui as normas gerais deste programa, e diz que estas parcerias são contratos administrativos de concessões, sendo na modalidade patrocinada ou administrativa. Nagamine (2019), resume que estas parcerias são contratos firmados entre os setores em que mediante pagamento do setor público, a empresa privada presta serviços àquele. A diferença das modalidades é que na parceria público privada administrativa, o valor pago à empresa privada é unicamente do setor público, enquanto na modalidade público privada patrocinada, este pagamento vem parte de recursos do governo, e parte dos usuários do espaço. Para a Teia propõe-se utilizar dos dois métodos de parcerias, tanto a modalidade administrativa quanto a patrocinada.

O diagrama abaixo explica as relações bases entre os dois eixos, com retornos diferentes, mas que buscam o mesmo objetivo. Através de parcerias de incentivo os setores proporcionam atividades com focos diferentes. O setor público

²³ BRASIL. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm>. Acesso em: 20 abr. 2020.

destina atividades que visam o retorno socioeducativo, sendo elas gratuitas ou não. Já o setor privado visa o retorno financeiro privado do indivíduo, com consultorias gratuitas ou oficinas pagas.

Figura 10. Diagrama explicativo da relação base do funcionamento público e privado



Fonte: do Autor

Abaixo serão citados exemplos de projetos de ações privadas como proposta de aplicação no espaço público do Centro Teia, mediante adaptações quando necessário.

3.1.1 Consulado da Mulher Consul

O Instituto Consulado da Mulher²⁴ é uma ação social da empresa Consul que desde 2002 trabalha na transformação social por meio do incentivo ao empreendedorismo feminino. O programa funciona por meio de uma seleção de empreendedoras e então, fornece assessoria na gestão de micro negócios e capacitações para que se tornem mais eficientes quanto ao negócio. Este processo

²⁴ Disponível em: <<http://consuladodamulher.org.br/consuladodamulher/>>. Acesso em: 20 abr. de 2020.

de assessoria inclui desde a concepção do negócio a capacitações técnicas e processos administrativos, elaborações de planos de negócios, cursos técnicos em áreas específicas e doações de eletrodomésticos da marca.

3.1.2 Programa Mulheres Inovadoras

O Programa Mulheres Inovadoras²⁵ é uma atividade resultante do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Telecomunicações (MCTIC), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Prefeitura de São Paulo. Este projeto funciona com estímulos a *startups*²⁶ lideradas por mulheres por meio de capacitações e reconhecimento de empreendimentos, a fim de contribuir com a representatividade feminina no meio.

3.1.3 Programa Sebrae para Mulheres de Negócio

O Programa Sebrae para Mulheres de Negócio²⁷, exclusivo para mulheres, tem como objetivo apoiar e acelerar pequenas empresas lideradas por mulheres empreendedoras que buscam a independência. A ação acontece por meio de disponibilização de especialistas em gestão de pequenas empresas para treinar e capacitar as empreendedoras em termos de gestão, e fornece o acompanhamento e apoio na condução de seu negócio.

3.2 Reuso Adaptativo e Requalificação Urbana

Atualmente é possível observar inúmeras obras arquitetônicas que configuram o tecido urbano estão em desuso ou em estado de degradação. Estas edificações fazem parte da evolução urbana da cidade, porém acabam por perder valor, financeiro e arquitetônico, e influenciam no entorno de sua inserção.

Moreira (2019, texto digital) define reuso adaptativo como a reutilização de uma edificação preexistente para novos usos, a autora também salienta que mesmo

²⁵ Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/programas-e-linhas/mulheresinovadoras>>. Acesso em: 20 de abr. de 2020.

²⁶ Empresas que estão no início de suas atividades e buscam explorar atividades inovadoras no mercado.

²⁷ Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ms/chamada_projeto/programa-sebrae-para-mulheres-de-negocios.f4253b9108fb8610VgnVCM1000004c00210aRCRD> Acesso em: 20 de abr. de 2020.

não sendo uma concepção contemporânea, esta prática vem em crescente uso como estratégia para lidar com os espaços de forma econômica, sustentável, prática e eficiente. Alinhado ao conceito de reuso adaptativo se utiliza também da requalificação, ou reabilitação, urbana como método de intervenção em preexistências. Segundo Peixoto (2009, pg. 44) a requalificação urbana corresponde a uma estratégia de gestão urbana baseada em intervenções de diferente natureza orientadas para a conservação da identidade e das características do espaço.

A requalificação urbana visa a melhoria da qualidade do ambiente (Silva, 2011, texto digital) enquanto o reuso adaptativo busca reutilizar uma edificação existente para outro uso, portanto, a combinação dos conceitos aplicados procurar reparar e re-funcionalizar (Peixoto, 2009) de forma sustentável um patrimônio arquitetônico e urbano preservando sua identidade.

Sabe-se também, que a questão de moradia e parcelamento do solo é um dos grandes problemas das cidades urbanas atualmente, e que estas edificações em desusos estão localizadas no centro da cidade, em um local com alta densidade e infraestrutura básica pronta. Segundo Moreira, utilizar-se do reuso adaptativo evita gastos com demolições e novas construções, porém além de ser uma intervenção econômica, esta opção opta por preservar a memória do local, podendo continuá-la, mesmo que com outro uso.

Dessa forma, propõe-se utilizar do conceito de reuso adaptativo para propor uma requalificação do espaço com a aplicação no Centro Teia, utilizando-se de edificações degradadas ou abandonadas no centro histórico da cidade de Lajeado, como forma de retomar a história do local, propondo um novo uso e valorizando o antigo espaço. A Teia pretende demonstrar que não é preciso subtrair um espaço para começar algo novo, mas sim apropriar-se de algo consolidado e mostrar sua identidade através dele, assim como é a luta das minorias no país.

Abaixo a imagem do Teatro Erotídes de Campo, projeto do escritório Brasil Arquitetura, representa um exemplo dos conceitos aplicados. Inicialmente no local funcionava um depósito de tonéis e uma destilaria de álcool, e com a nova proposta, o antigo galpão, que é tombado pelo patrimônio, transformou-se em um teatro, e assim, requalificando seu entorno ao propor uma melhoria no espaço inserido.

Figura 11- Exemplo de reuso adaptativo - Teatro Erotídes de Campos



Fonte: ArchDaily Brasil

3.3 Análise da situação atual

A fim de verificar a viabilidade de público para a inserção do projeto na cidade, realizou-se um levantamento de dados de forma online, denominado “Espaço dedicado ao feminismo”, durante o período de 01 de março à 18 de abril de 2020, totalizando 161 respostas. Este levantamento de dados auxilia para o melhor entendimento da atual situação na cidade, mesmo que em uma parcela menor de pessoas, uma vez que a busca por dados é precária, e exige confidencialidade. A seguir serão apresentadas as perguntas com seus respectivos percentuais de resposta por meio de gráficos.

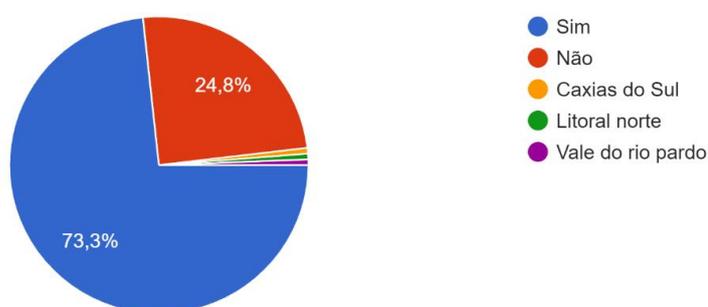
A pesquisa recebeu respostas majoritariamente de residentes do Vale do Taquari com idades entre 24 a 35 anos, e a partir do gráfico 3 se inicia uma perspectiva de quanto o tema é relevante para os moradores do Vale. O gráfico 3 se relaciona com as respostas do gráfico 5 e 6, pois a maioria das respostas diz que sabe pouco sobre o assunto, mas que acha necessária a criação de um espaço

voltado para o tema. Já o gráfico 4, apresenta dados pertinentes, uma vez que 50,3% das entrevistadas afirmam que já sofreram algum tipo de assédio na cidade, nota-se também que a segunda maior parcela do gráfico mostra que apesar de não terem sofrido assédio, a sensação de insegurança predomina nas respostas, reforçando a justificativa em promover a visibilidade dos grupos em busca de segurança aceitação perante a sociedade.

Figura 12- Gráfico 1

Você mora no Vale do Taquari?

161 respostas

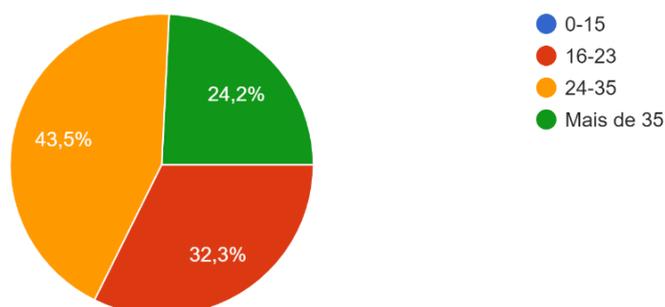


Fonte: do Autor

Figura 13- Gráfico 2

Qual sua idade?

161 respostas



Fonte: do Autor

Figura 14- Gráfico 3

O quanto você considera que conhece sobre o feminismo?

161 respostas

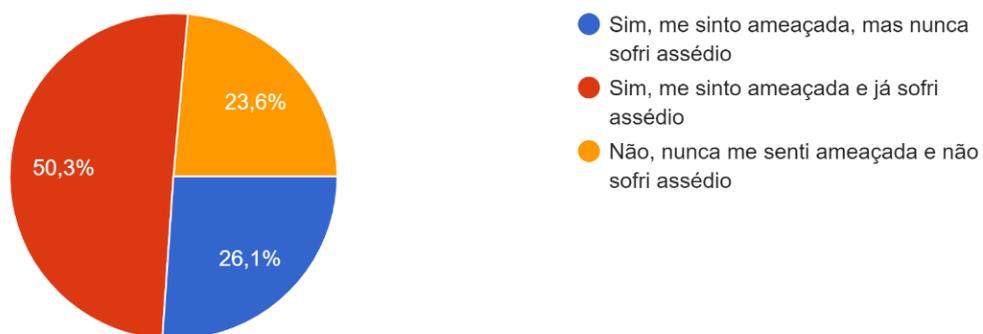


Fonte: do Autor

Figura 15- Gráfico 4

Você se sente ameaçada por ser mulher na sua cidade? Já sofreu algum tipo de assédio?

161 respostas



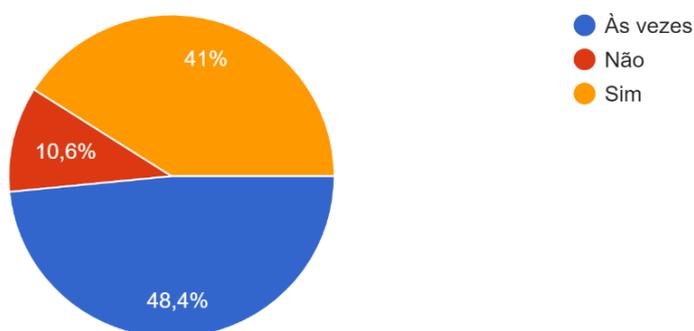
Fonte: do Autor

A partir do gráfico 5 as perguntas são direcionadas sobre a possibilidade em relação a existência do Centro Teia na cidade. O gráfico abaixo mostra que as pessoas ainda apresentam resistência em relação ao assunto, porém mostram-se interessadas em mudar isto.

Figura 16- Gráfico 5

Se na sua cidade existisse um espaço/evento dedicado ao empoderamento feminino, você frequentaria?

161 respostas

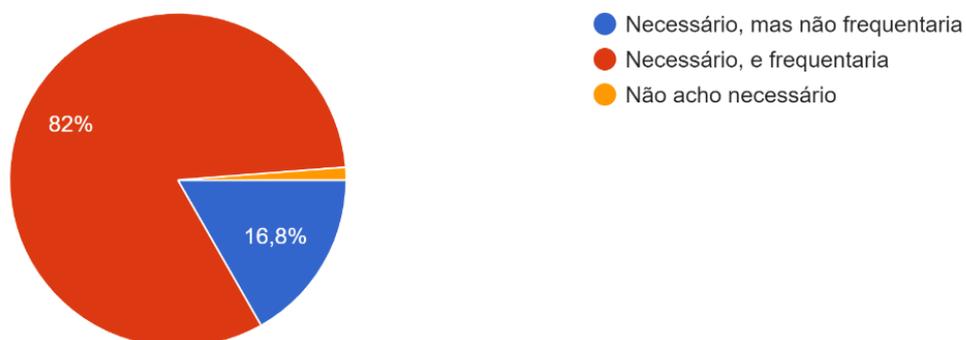


Fonte: do Autor

Figura 17- Gráfico 6

O quão importante você acha existir um espaço dedicado à assistência e ao empoderamento feminino?

161 respostas



Fonte: do Autor

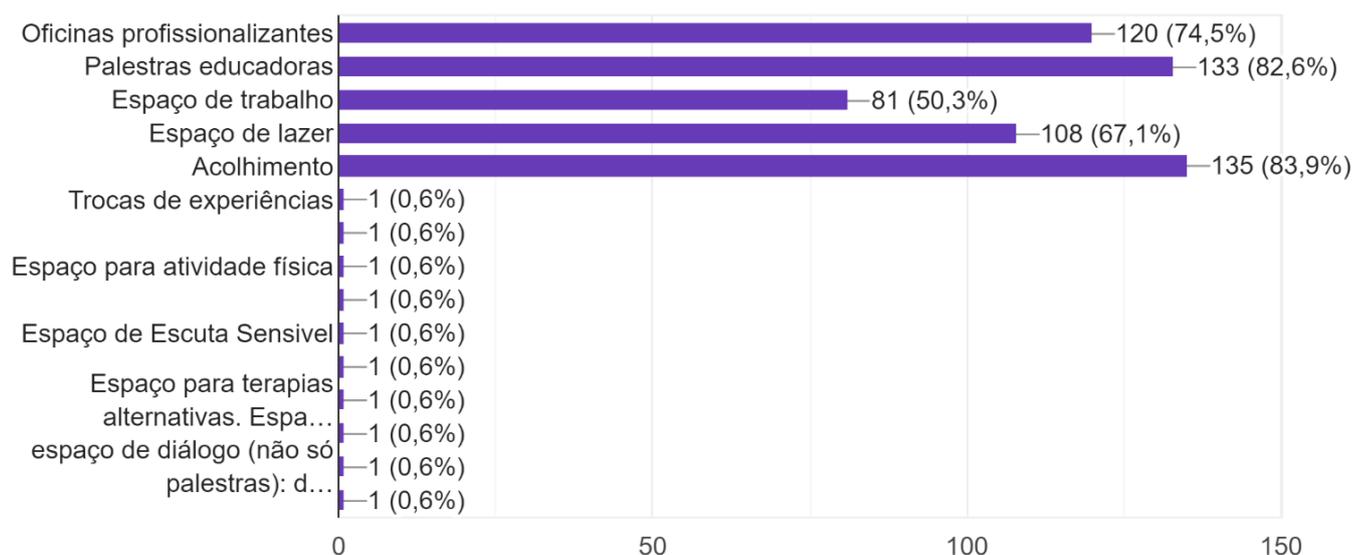
A última pergunta questiona sobre quais os tipos de atividades as pessoas julgam necessário acontecer no Centro, com opções pré-definidas e espaço disponível para sugestões.

As opções pré-definidas atendem os eixos escolhidos para o Espaço, sendo atividades relacionadas ao empreendedorismo, cultura, educação e apoio. E as opções sugeridas pelas respostas caracterizam-se por serem relacionadas a saúde, tanto física quanto mental, dos praticantes do Centro, e por sugerirem um espaço de trocas, tanto de conhecimento e experiências quanto a ajuda e apoio, além de auxiliarem na composição do programa de necessidades do espaço.

Figura 18- Gráfico 7

O que você considera importante acontecer nesse local? Quais tipos de atividades?

161 respostas



Fonte: do Autor

Nota-se que, e a proposta da Teia se torna viável por meio de uma combinação de ações entre diferentes setores a fim de melhorar a atual situação de causas pertinentes relacionadas a população das menores da cidade e região tornando-se um projeto de cunho social com geração de renda e desenvolvimento humano.



TEIA

IV

4 LUGAR

Para escolher o espaço em que o projeto será inserido foi considerado sua importância para a cidade em relação a evolução urbana, proximidade de espaços públicos em que seja possível uma relação de uso com o Centro, proximidade de equipamentos e infraestrutura básica já existente, portanto, definiu-se a área central próxima à Orla do Rio Taquari da cidade de Lajeado como ponto de inserção.

A região central da cidade, conhecida também como Centro Histórico, tem grande importância e valor evolutivo por ser ponto de partida para o crescimento da cidade, que se deu a partir das margens do Rio Taquari por conta das rotas de transporte fluvial. Atualmente sabe-se que essa região possui muitas edificações de valor histórico em desuso e em degradação promovendo uma sensação de insegurança que acaba por afastar a população de suas origens com a cidade.

Inserir o Centro Teia em um espaço degradado da cidade tem por objetivo retomar e valorizar a história da cidade, e ainda fazer referência com a luta do feminismo no dia a dia que é ocupar um espaço consolidado e mostrar-se importante para a sociedade. Algumas diretrizes que influenciam na escolha do terreno são:

- Proximidade a equipamentos públicos e urbanos afins de incentivar a população ao uso do lugar
- Fácil acesso a nível municipal e regional, com proximidade de vias de grande fluxo e acesso ao transporte público
- Proximidade do Rio Taquari afim de valorizar a região e fazer uso da orla para atividades relacionadas ao Centro
- Ocupar uma edificação com caráter histórico e com a possibilidade de requalificar seu entorno

Portanto, definiu-se a área de inserção um recorte no quarteirão formado pelas ruas Avenida Benjamin Constant, Rua Silva Jardim, Rua Osvaldo Aranha e Rua João Abbot no Bairro Centro de Lajeado/RS.

Figura 19. Diagrama de localização do terreno



Fonte: imagem do Google Maps adaptado pelo autor

4.1 Programa de Necessidades

Pensado de forma a atender as demandas socioeducativas da problemática atual, desenvolveu-se o programa de necessidades com base nos dados levantados e pensando em atividades a fim de desenvolver o empoderamento dos grupos.

As atividades foram setorizadas conforme seu foco de atuação, são 6 eixos em diferentes áreas que variam entre atividades proporcionadas pelo setor público e pelo setor privado, havendo também atividades que são proporcionadas por uma parceria entre os dois setores.

Abaixo serão apresentadas as tabelas de áreas agrupadas pelo seu eixo de atuação com especificação de quantidades, metragens e quando possível, número médio de usuários.

Tabela 1. Programa de necessidades Setor de Saúde e Apoio

Setor Saúde e Apoio

ATIVIDADE	QTDE	Nº DE PESSOAS	M²	M² TOTAL
1. Salas médicas <i>(mesas com cadeiras para atendimento, maca)</i>	2	3	30	60
2. Sala para atendimento jurídico e social <i>(mesa com cadeiras para atendimento)</i>	1	3	30	30
3. Sala para terapias alternativas – acupuntura <i>(mesa com cadeiras para atendimento, maca)</i>	1	2	20	20
4. Sala para terapias alternativas – yoga e meditação <i>(tapetes, pufes e armários para armazenamento)</i>	1	10	40	40
5. Sala para terapia de grupo <i>(poltronas e pufes)</i>	1	10	20	20
6. Sala de reuniões <i>(mesa com 7 cadeiras, armários para arquivos)</i>	2	7	20	40
7. Espaço de primeiro acolhimento <i>(vestiário, mesa com cadeira para atendimento, espaço de estar com poltronas e sofá)</i>	1	-	60	60
8. Banheiros	1	3	25	25
SUBTOTAL				295

Fonte: do autor

O setor de saúde e apoio busca atender as demandas do público de baixa renda que não possui acesso facilitado e de qualidade a estes atendimentos. O espaço promove o conhecimento sobre a saúde do corpo, prevenção de doenças e busca fornecer melhor qualidade de vida, cuidando da saúde física e mental dos grupos.

Propõe-se 3 salas médicas para diferentes especialidades sendo elas ginecologia, pediatria, clínica geral, psicologia, psiquiatria e odontologia, e estes atendimentos funcionarão mediante uma escala de trabalho e as consultas serão ofertadas semanalmente. Para auxiliar com questões de meios legais e sociais se

designou uma sala para advocacia e assistência social que também funcionarão mediante escala e compartilhamento.

Entende-se que após implementação e divulgação, o Centro se tornará a primeira referência para algumas mulheres e LGBTIs, portanto para receber pessoas em situações extremas de vulnerabilidade criou-se um espaço de primeiro acolhimento, com atendimento com profissionais especializado para depois realizar o correto direcionamento para os órgãos competentes.

Tabela 2. Programa de necessidades Setor Cultural e Educacional

Setor Cultural e Educacional

ATIVIDADE	QTDE	Nº DE PESSOAS	M²	M² TOTAL
1. Salas de informática <i>(mesas com computadores e cadeiras, armário para arquivos)</i>	1	15	20	20
2. Ateliês de artesanato <i>(mesas retangulares com cadeiras, pia, armários para arquivos)</i>	2	20	30	60
3. Brinquedoteca <i>(tapetes, pufes e armários)</i>	1	25	40	40
4. Sala multiuso <i>(mesas com cadeiras, armários para arquivos)</i>	3	25	40	120
5. Sala de música <i>(cadeiras, armários para partituras e equipamentos)</i>	1	30	60	60
6. Sala de dança, defesa pessoal, atividades físicas em grupo <i>(tapetes, armários para guardar equipamentos, espelho)</i>	1	30	60	60
7. Sala de teatro <i>(armários para guardar adereços, poltronas e pufes)</i>	1	30	60	60
8. Cozinha para cursos <i>(bancada com pia e fogão, geladeira, mesas móveis com cadeiras)</i>	1	40	30	30
9. Banheiros	2	6	25	50
SUBTOTAL				500

Fonte: do autor

Para o setor direcionado a cultura e educação ampliou-se o público alvo proporcionando atividades também para crianças, pois entende-se que muitas mulheres precisam deste apoio para poder participar das atividades, já que não tem com quem deixar seus filhos durante o período.

As atividades direcionadas para cultura buscam promover o lado artístico dos participantes como método de empoderamento pessoal, serão proporcionadas aulas do meio artístico regularmente de forma que se torne um momento de desenvolvimento de autoestima. As salas multiuso propostas buscam atender a demanda conforme o necessitado, serão 3 salas com divisórias leves para que possam ser unidas de acordo com a quantidade de pessoas da atividade proposta no momento, estas atividades podem ser desde conversas educadoras de determinado assunto para um grupo pequeno até cursos sobre a saúde da mulher para 60 pessoas.

Outro eixo que se busca atender neste setor é o desenvolvimento da renda financeira dos participantes, inicialmente com a ideia de renda extra até independência financeira como método de empoderamento, e para isso serão ofertadas aulas nos ateliês para artesanato e cursos culinários para grupos de até 30 pessoas.

Tabela 3. Programa de necessidades Setor de Economia Criativa

Setor Economia Criativa

ATIVIDADE	QTDE	Nº DE PESSOAS	M²	M² TOTAL
1. Coworking <i>(mesas para computadores, cadeiras, mesas de reuniões de 4 lugares, armários para arquivos)</i>	1	45	80	80
2. Ateliês de produção <i>(mesas com cadeiras, armários para arquivos)</i>	2	30	60	120
3. Espaço de exposição e venda <i>(bancadas de mostruário, bancada para caixa)</i>	1	-	30	30
4. Brechó <i>(mostruários, espelhos e provadores)</i>	1	-	30	30
5. Sala para ONGs, coletivos e entidades da região	4	3	20	80

<i>(mesas com cadeiras para atendimentos, mesas de reuniões de 4 lugares e armários para arquivos)</i>				
6. Sala de oficinas <i>(mesas com cadeiras, armários para arquivos)</i>	2	30	20	60
7. Sala de reuniões <i>(mesa com 7 cadeiras, armário para arquivos)</i>	2	7	20	40
9. Banheiros	2	6	25	50
SUBTOTAL				490

Fonte: do autor

O terceiro eixo de atuação do programa de necessidades do Centro é direcionado à economia criativa, sendo aqueles negócios com base cultural e na criatividade que gerem valor econômico com objetivo de desenvolver o empoderamento por meio do capital financeiro.

Serão proporcionados ateliês de produção para desenvolvimento de atividades de programas sociais já existentes na cidade como o Élas Social, conforme apresentado anteriormente, e, relacionando-se com estes produtos produzidos no Centro é designado um espaço para exposição e venda destes. Já o *coworking* e brechó serão espaços disponibilizados para uso mediante pagamento de taxa em que este lucro será revertido para o espaço da Teia. O espaço do brechó funcionará por meio de aluguel mensal para uma empresa privada do ramo para gerar uma renda e uso fixo, por se tratar de um espaço comercial. Já o *coworking*, funcionará por meio do aluguel individual, em que o indivíduo aluga por um determinado período, tentando suprir a demanda de pequenos negócios e profissionais autônomos.

Pensando em criar um espaço de troca e compartilhamento de ideais se destinou 4 salas para as ONGs e Coletivos atuantes na região conforme mencionados anteriormente. Estas salas têm por objetivo reunir estes projetos para que aconteçam trocas e assim unir forças para atuar nas questões da problemática atual. Dessa forma, também tendo o compartilhamento de experiências como meio de atuação se propõe 2 salas para oficinas com a possibilidade de união para promover diversas atividades em todos os eixos de atuação do Centro.

Tabela 4. Programa de necessidades Setor Especial

Setor Especial

ATIVIDADE	QTDE	Nº DE PESSOAS	M²	M² TOTAL
1. Bar/Café <i>(cozinha equipada com geladeira, fogão e pia, mesas móveis com cadeiras)</i>	1	-	80	80
2. Foyer e setor expositivo <i>(mostruários para exposição)</i>	1	-	30	30
3. Mini auditório <i>(cadeiras, palco elevado, camarim, sala de controle de câmera e som)</i>	1	120	200	200
4. Banheiros	2	6	25	50
SUBTOTAL				360

Fonte: do autor

Tendo em vista a visibilidade e proposta do Centro se buscou atividades que proporcionassem retorno financeiro próprio, mas que também promovesse a cultura e educação da comunidade e região acerca do tema.

Dessa forma é proposto um mini auditório para até 120 pessoas para que possam ocorrer palestras, apresentações e debates dos mais diversos temas dentro do feminismo, e para apoio deste espaço um foyer que receberá constantes exposições de artistas locais ou projetos que estejam acontecendo no momento na cidade, valorizando e reconhecendo a cultura regional. A proposta de um bar/café visa promover o fluxo de pessoas dentro do Centro, sendo aberto a comunidade para que possa ser o primeiro contato com o lugar e assim dar visibilidade. O espaço também será uma fonte de renda fixa em que este retorno financeiro será revertido para benefício da Teia.

Este setor especial atuará também como o meio mais facilitado de introdução e aproximação sobre o tema na comunidade, por serem atividades culturais já conhecidas e que podem envolver todas as faixas etárias. Este setor funcionará parcialmente independente do Centro, com atividades não necessariamente sobre o tema, mas que possibilite o primeiro contato do cidadão com a Teia.

Tabela 5. Programa de necessidades Setor de Espaço Aberto

Setor Espaço Aberto

ATIVIDADE	QTDE	Nº DE PESSOAS	M²	M² TOTAL
1. Feiras abertas <i>(bancas para exposição)</i>	1	-	180	180
2. Espaço de troca e compartilhamento de rodas de conversa <i>(poltronas e bancos)</i>	5	-	25	125
3. Oficinas ao ar livre <i>(bancos e mesas)</i>	2	-	50	100
4. Playground infantil <i>(brinquedos e percursos de forma orgânica)</i>	1	-	50	50
5. Horta comunitária	1	-	25	25
6. Cinema ao ar livre <i>(pufes e tapetes)</i>	1	-	65	65
7. Espaços de contemplação <i>(bancos)</i>	1	-	-	
8. Percursos arborizados	1	-	-	
9. Vagas de estacionamento	15	-	-	
SUBTOTAL				545*

* metragem parcial

Fonte: do autor

Em busca de oferecer um equipamento de qualidade para a cidade se propõe dentro do Centro Teia espaços permeáveis e de livre acesso à comunidade. Este setor está relacionado com os outros anteriormente apresentados, pois podem ser espaços de uso livre, as atividades dispostas nas salas podem ocorrer ocasionalmente no espaço aberto, como também pode ser um ponto de encontro e troca de indivíduos que não estão frequentando o Centro para uma atividade específica.

As atividades do programa de necessidades do espaço aberto serão definidas por meio de projeto paisagístico buscando a integração dos indivíduos e permeabilidade no terreno.

Tabela 6. Programa de necessidades Setor Administrativo

Setor Administrativo

ATIVIDADE	QTDE	Nº DE PESSOAS	M ²	M ² TOTAL
1. Recepção <i>(sofá e poltronas, bancada de atendimento)</i>	1	3	20	20
2. Secretaria <i>(mesa com cadeiras para atendimento)</i>	1	3	20	20
3. Almojarifado <i>(armários)</i>	1	-	10	10
4. Depósito <i>(armários)</i>	1	-	10	10
5. Copa <i>(frigobar, banca com pia, microondas, bancada com cadeiras)</i>	1	3	10	10
6. Banheiros	1	3	25	25
SUBTOTAL				95

Fonte: do autor

O último eixo do programa de necessidades é destinado a parte administrativa do Centro Teia. As atividades administrativas serão responsáveis pelas questões funcionais e legais do espaço, administrando as reservas e organização do calendário do lugar.

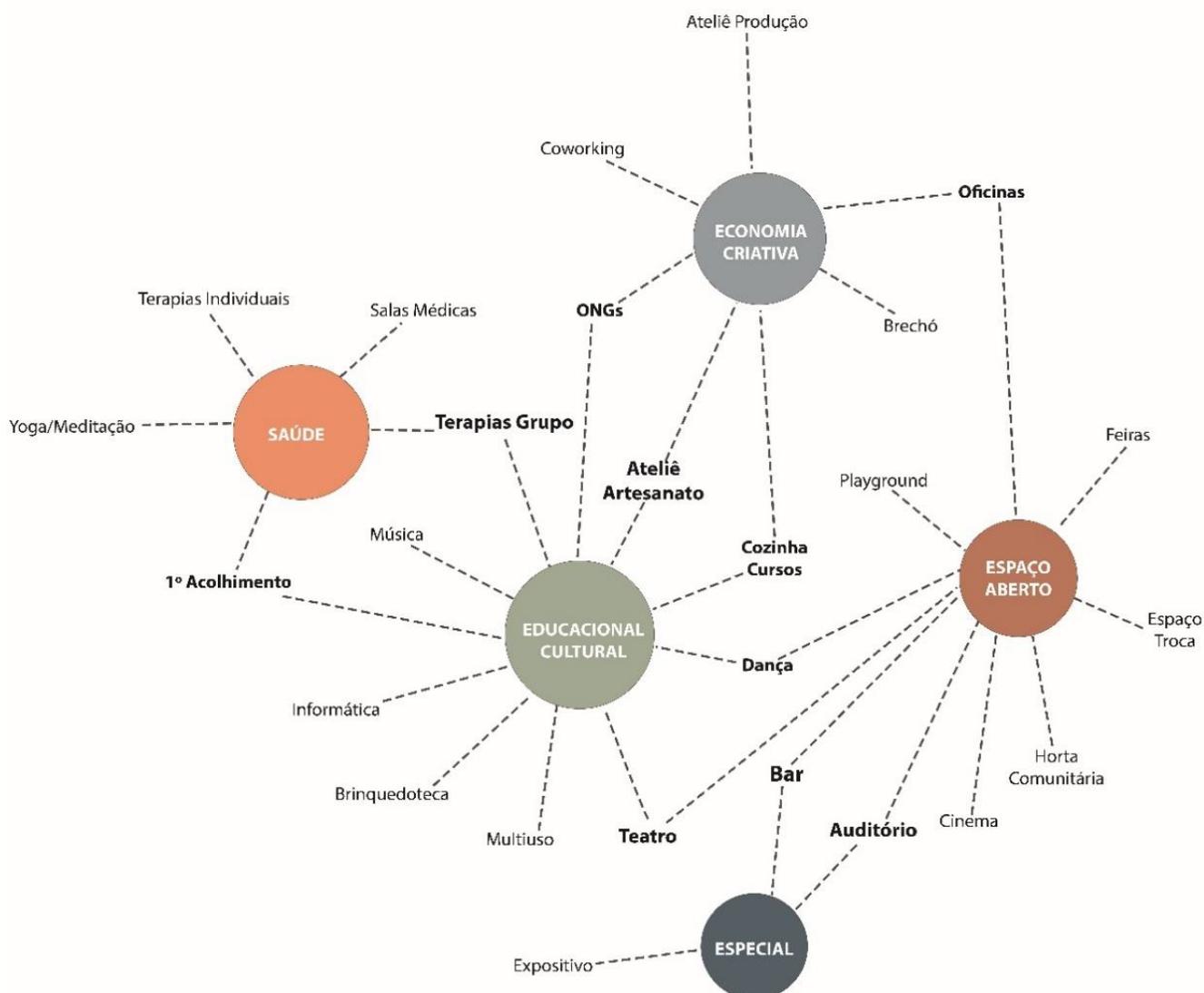
Tabela 7. Áreas totais por setor

Setor	Área Total (m ²)
Saúde e Apoio	295
Cultural e Educacional	500
Economia Criativa	490
Especial	360
Espaço Aberto	545
Administrativo	95
TOTAL	2.285

Fonte: do autor

A imagem abaixo representa o fluxograma do programa de necessidades, expondo suas atividades principais e suas relações entre setores.

Figura 20. Fluxograma do programa de necessidades

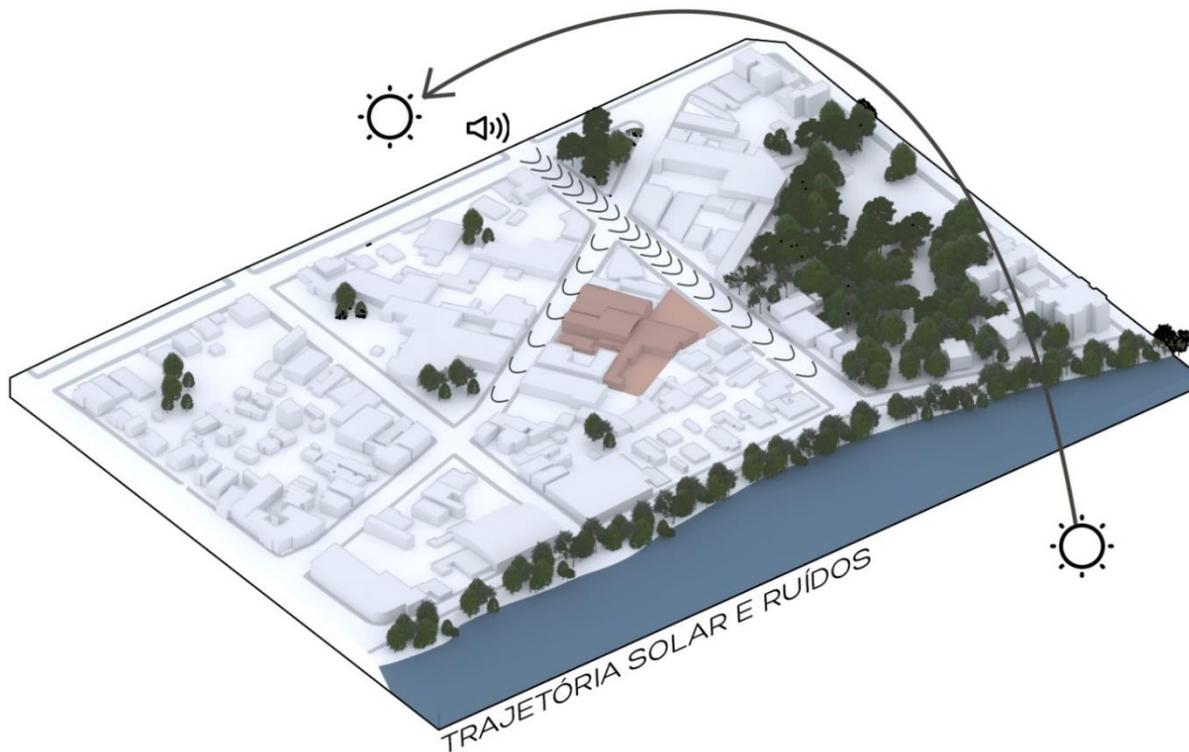


Fonte: do autor

4.2 Análise do Lugar

A escolha do terreno foi influenciada pela proximidade dos principais equipamentos que se relacionam com o Centro Teia e os acessos facilitados pelas vias arteriais e coletoras que conectam o quarteirão de inserção aos outros bairros da cidade, com paradas de ônibus próximas para promover o acesso por meio de transporte público.

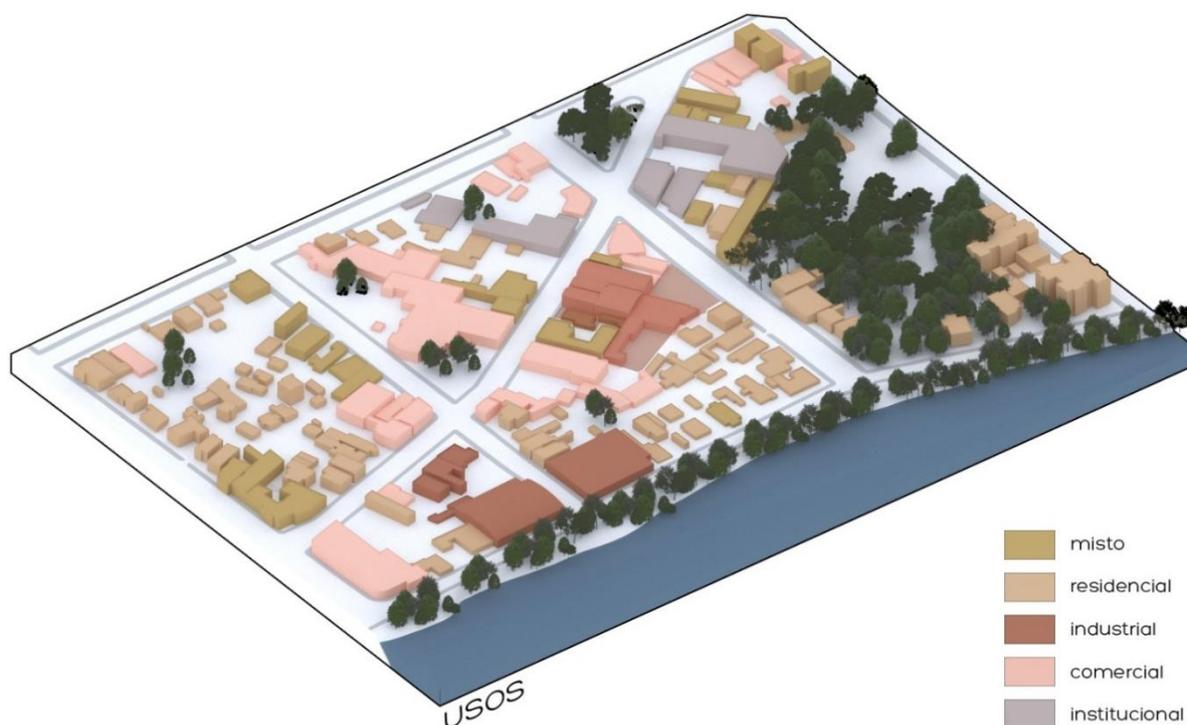
Figura 22. Trajetória solar e Ruídos



Fonte: do autor

Se inicia analisando os ruídos que interferem a edificação, sendo a Avenida Benjamin Constant a via com principal e maior fluxo e ruídos que se atenuam conforme aproxima-se a Orla do Rio Taquari. Em relação a trajetória solar percebe que os lotes recebem incidência solar em todas as orientações, esta análise se complementa com aplicação do terreno a carta solar de Lajeado que será apresentada ao longo desta análise.

Figura 23. Usos do entorno



Fonte: do autor

A região caracteriza-se pela diversidade de usos com predomínio do uso residencial na região mais próxima da orla e uso institucional conforme se aproxima da Rua Júlio de Castilhos, a principal rua comercial do centro. As edificações de uso comercial e misto estão distribuídas pelos quarteirões com tendência de afastamento da orla, enquanto o uso industrial está localizado próximo a orla por estar relacionado a evolução urbana e história da cidade.

Figura 24. Alturas do entorno



Fonte: do autor

Por se tratar do centro histórico da cidade a região se caracteriza por não possuir construções de grandes alturas, predominando as edificações de até 1 pavimento. As edificações com mais alturas são construções mais recentes e estão na Rua Júlio de Castilhos e seguem esta tendência conforme a especulação imobiliária, que se estende para os bairros ao norte e leste do centro.

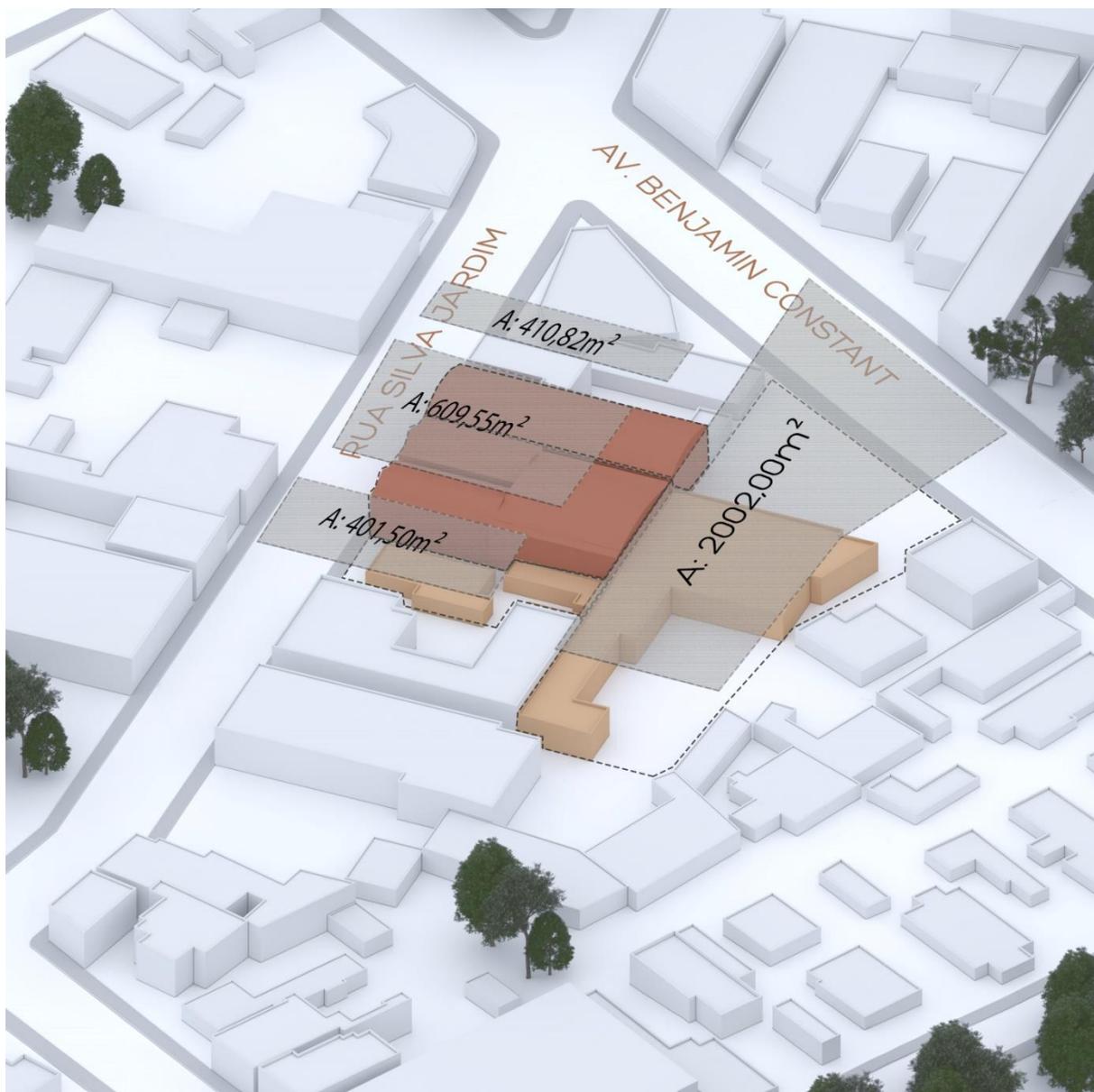
Figura 25. Representação da área alagável



Fonte: do autor

O quarteirão encontra-se na cota 25m, portanto uma região alagável da cidade, e apesar do Plano Diretor de Lajeado especificar que é permitir edificar a partir da cota 27m, justifica-se o uso dos lotes por ser um empreendimento de uso especial em pré existências em degradação. Segundo estudo de Moraes (2015) a taxa de retorno de cheias para a cota 25m, considerada uma cheia de magnitude média, é de 10 anos. Portanto, este torna-se um condicionante limitador projetual e para atender o Plano Diretor são definidas algumas diretrizes que serão apresentadas ao longo do capítulo.

Figura 26. Apresentação dos lotes



Fonte: do autor

Para a inserção do projeto na cidade foram escolhidos 4 lotes do quarteirão apresentado que somam $3.423,87m^2$ de terreno, todos possuem pré existências em estado de degradação e abandonadas.

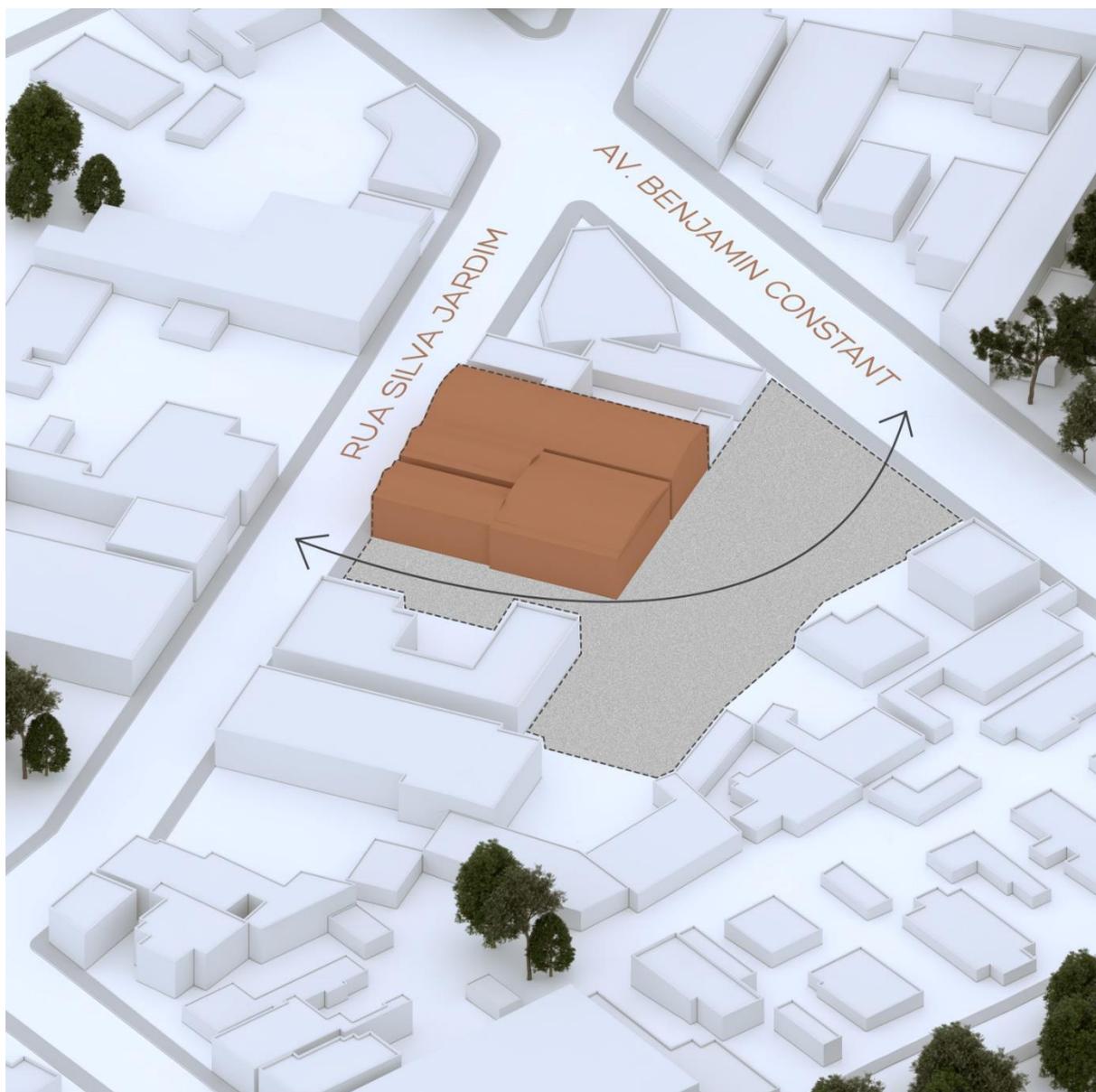
Figura 27. Edificações a manter e demolir



Fonte: do autor

Em relação as edificações existentes nos lotes, decidiu-se manter as edificações com caráter industrial e histórico e demolir complementares por não apresentarem condições de reuso ou valor de patrimônio. As edificações a manter somam 1109,84m² de área edificada.

Figura 28. Intenção de projeto

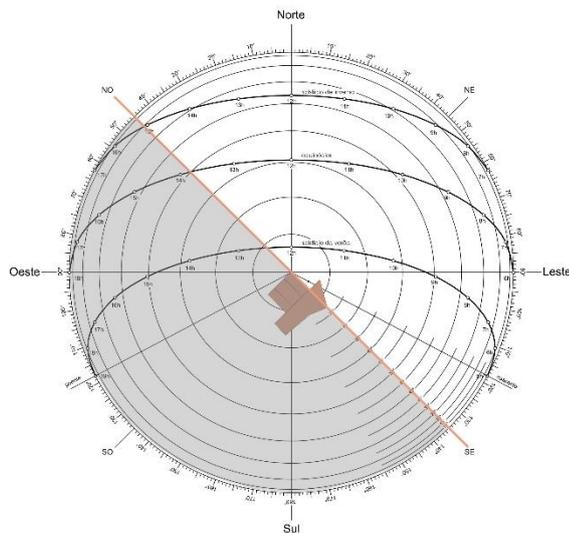


Fonte: do autor

Dessa forma, com a demolição das edificações cria-se uma conexão entre as ruas de acesso formando um meio de quadra que o projeto será inserido.

Abaixo serão apresentadas as análises de incidência solar nos lotes com aplicação na carta solar de Lajeado.

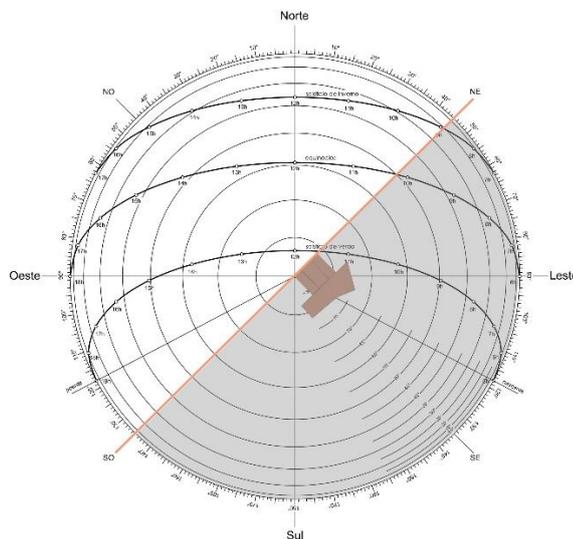
Figura 29. Incidência solar na fachada nordeste



Fonte: carta solar de Lajeado modificada pelo autor

Percebe-se predominância de incidência solar no horário da manhã, com mais intensidade no solstício de verão, e que no solstício de inverno o sol se estende de forma mais sútil até a metade da tarde.

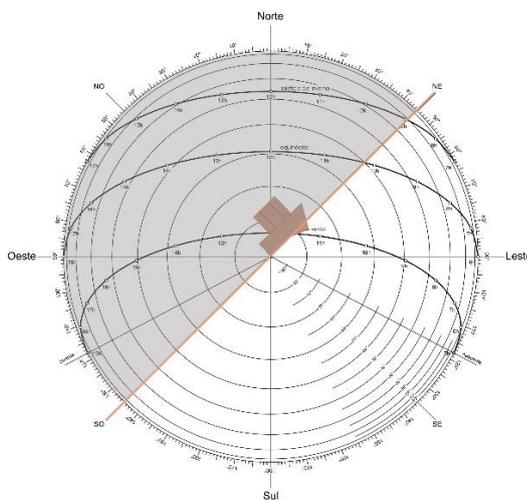
Figura 30. Incidência solar na fachada noroeste



Fonte: carta solar de Lajeado modificada pelo autor

Na fachada noroeste percebe-se o oposto da fachada nordeste, com predominância de incidência do sol da tarde no verão e no inverno a incidência inicia na metade da manhã e se estende até o final do dia.

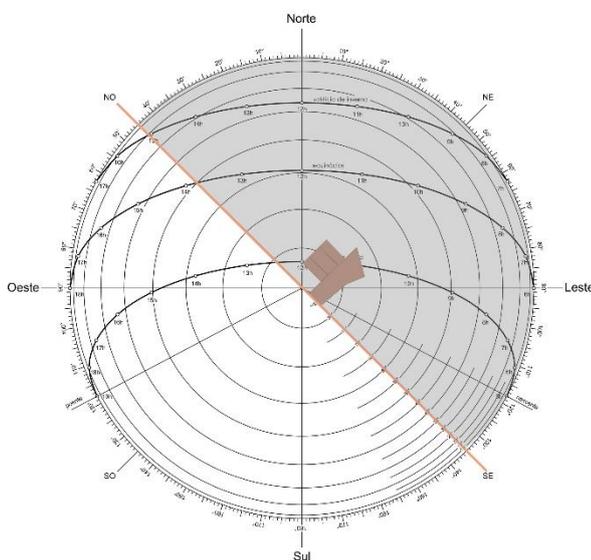
Figura 31. Incidência solar na fachada sudeste



Fonte: carta solar de Lajeado modificada pelo autor

Nota-se na fachada sudeste pouca incidência solar no inverno, porém no solstício de verão a incidência se estende por toda a manhã, com o nascer do sol a partir das 6h.

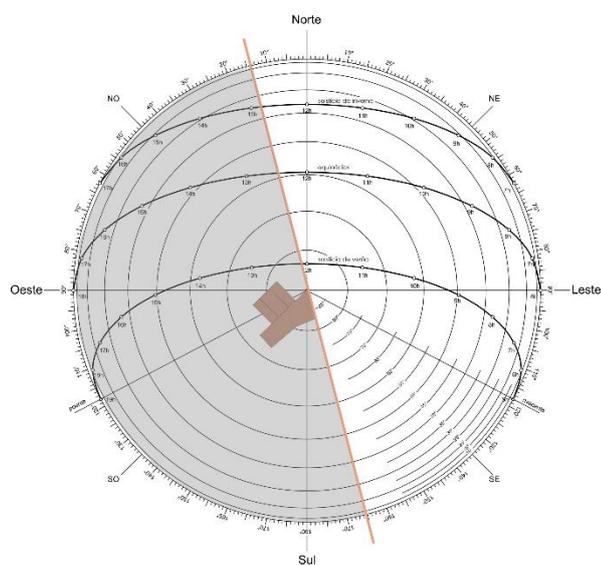
Figura 32. Incidência solar na fachada sudoeste



Fonte: carta solar de Lajeado modificada pelo autor

A fachada sudoeste é uma das mais críticas por receber a incidência mais forte no verão, sendo toda a tarde, e fraca no inverno, com incidência apenas no final do dia.

Figura 33. Incidência solar na fachada lés-sudeste



Fonte: carta solar de Lajeado modificada pelo autor

Os lotes ainda estão posicionados na orientação lés-sudeste que se assemelha com a orientação nordeste, mas que se diferencia por não receber incidência ao longo da tarde, tanto no solstício de verão quanto de inverno.

4.2.1 Levantamento das edificações

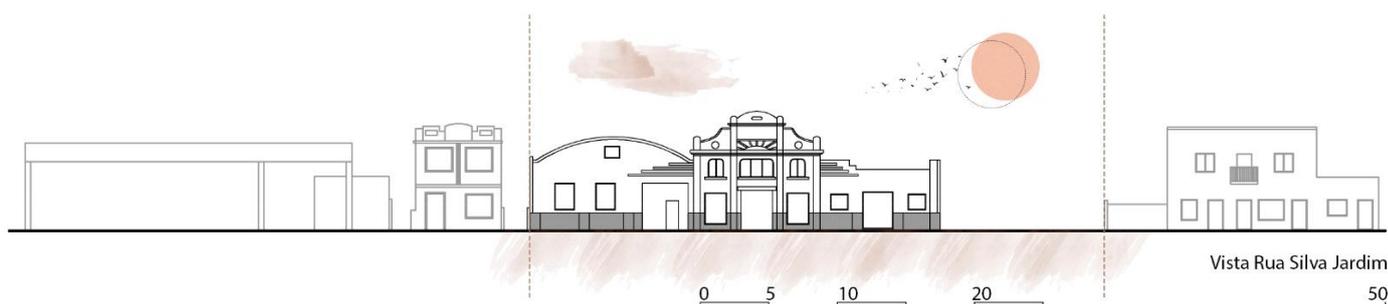
A partir da definição dos lotes e da utilização das pré existências realizou-se o levantamento das edificações junto a prefeitura e no local. A imagem abaixo representa a implantação dos pavilhões nos lotes, que possuem no total 1.020,34m² de área edificada no térreo e 89,50m² de mezanino.

Figura 34. Implantação



Fonte: do autor

Figura 35. Vista da Rua Silva Jardim

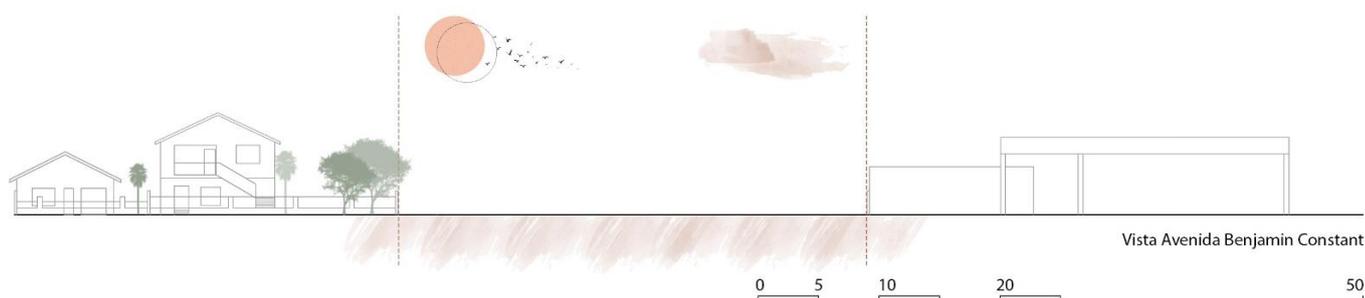


Fonte: do autor

Na vista da Rua Silva Jardim é possível perceber as edificações de caráter histórico, no estilo e linguagem *Art Déco* a serem requalificadas e preservadas, e o acesso criado com a demolição da edificação em situação de degradação após incêndio. Outro elemento perceptível é que não existem grandes alturas na fachada que possam a vir interferir nas diretrizes projetuais.

Nota-se dois tipos de construções nos pavilhões em diferentes datas, e uma união entre elas com detalhes de fachada.

Figura 36. Vista da Avenida Benjamin Constant



Fonte: do autor

Entretanto, na vista da Avenida Benjamin Constant não há edificações de caráter histórico e nem grandes alturas, assim como na Rua Silva Jardim.

Figura 37. Vista da edificação existente a ser retirada na Av. Benjamin Constant



Fonte: do autor

Figura 38. Vista da R. Silva Jardim



Fonte: do autor

Figura 39. Vista da união dos pavilhões com elementos de fachada



Fonte: do autor

Figura 40. Vista da edificação a ser retirada



Fonte: do autor

Figura 41. Vista interna atual da pré existência



Fonte: do autor

Figura 42. Vista interna atual da pré existência



Fonte: do autor

Figura 43. Vista interna atual da pré existência



Fonte: do autor

Figura 44. Vista do ambiente com mezanino



Fonte: do autor

Figura 45. Vista do mezanino existente



Fonte: do autor

As fotos internas dos pavilhões existentes, onde hoje é sede de uma companhia de sucata, mostram o estado de degradação em que se encontram, com grande parte de sua estrutura ainda original apresentando riscos para o local.

A escolha por manter este conjunto de edificações apresentadas apesar de seu estado de conservação atual se dá pela relevância histórica, por marcarem um momento protomoderno na região, e pelo caráter industrial que se busca no projeto.

Portanto, após apresentação do local de intervenção é importante citar as cartas patrimoniais pertinentes ao projeto tendo em vista o patrimônio construído como norteadores projetuais para a próxima etapa. A Carta de Veneza, de maio de 1964, de âmbito internacional e refere-se à conservação e restauração de monumentos e sítios (IPHAN, 1964), e a Carta de Burra, de novembro de 1980, e revisa as considerações sobre a salvaguarda dos patrimônios culturais (IPHAN, 1980). A tabela abaixo apresenta os principais conceitos definidos nestas Cartas.

Tabela 8. Conceitos Carta de Burra

ARTIGO	CONCEITO
Art. 3º - Conservação	A conservação se baseia no respeito à substância existente e não deve deturpar o testemunho nela presente
Art. 8º - Conservação	A conservação de um bem exige a manutenção de um entorno visual apropriado, no plano das formas, da escala, das cores, da textura, dos materiais etc. Não deverão ser permitidas qualquer nova construção, nem qualquer demolição ou modificação susceptíveis de causar prejuízo ao entorno. A introdução de elementos estranhos ao meio circundante, que prejudiquem a apreciação ou fruição do bem, deve ser proibida.
Art. 14º - Restauração	A restauração deve servir para mostrar novos aspectos em relação à significação cultural do bem. Ela se baseia no princípio do respeito ao conjunto de testemunhos disponíveis, sejam materiais, documentais ou outros, e deve parar onde começa a hipótese.
Art. 16º - Restauração	As contribuições de todas as épocas deverão ser respeitadas. Quando a substância do bem pertencer a várias épocas diferentes, o resgate de elementos datados de determinada época em detrimento dos de outra só se justifica se a significação cultural do que é retirado for de pouquíssima importância em relação ao elemento a ser valorizado.
Art. 22.1º - Obra nova	A obra nova, como por exemplo as adições ao sítio, pode ser aceitável quando ela não distorça ou obscureça o significado cultural do sítio, ou desvirtue a sua interpretação e apreciação.

Art. 22.2º - Obra Nova A obra nova deve ser imediatamente identificável como tal.

Fonte: Carta de Burra (IPHAN, 1980)

Tabela 9. Conceitos Carta de Veneza

ARTIGO	CONCEITO
Art. 3º - Finalidade	A conservação e a restauração dos monumentos visam salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico
Art. 4º - Conservação	A conservação dos monumentos, exige, antes de tudo, manutenção permanente.
Art. 5º - Conservação	A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é, portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar à disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes.

Fonte: Carta de Veneza (IPHAN, 1964)

Dessa forma, fica clara a intenção de projeto no construído de forma clara e afim de respeitar as características históricas originais e com adaptações de uso e acessibilidade, além de novas intervenções diferenciadas por meio de materialidades nova e contemporânea a fim de evitar o falso histórico.

4.3 Condicionantes Legais

Após análises e apresentação do lugar utiliza-se do Plano Diretor, Código de Edificações, Código de Incêndio e Normas Técnicas para regulamentação e diretrizes legais para o andamento do projeto. Estes instrumentos têm por função

limitar e regradar os projetos para que se tornem viáveis e acessíveis para inserção na cidade.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Lajeado, regido pela Lei Nº 7.650/06, e o Código de Edificações, regido pela Lei Nº 5.848/96, são normativas a nível municipal. Enquanto o Código de Incêndio, Lei Nº 14.376/13, é responsável a nível estadual por regulamentar as medidas de prevenção de sinistros.

Por último, a nível federal, estão as Normas Técnicas regidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Neste capítulo serão apresentadas a NBR 9050 de 2004, responsável pelas questões de acessibilidade das edificações, e a NBR 9077 de 2001 que regulamenta e dimensiona as saídas de emergências.

4.3.1 Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado

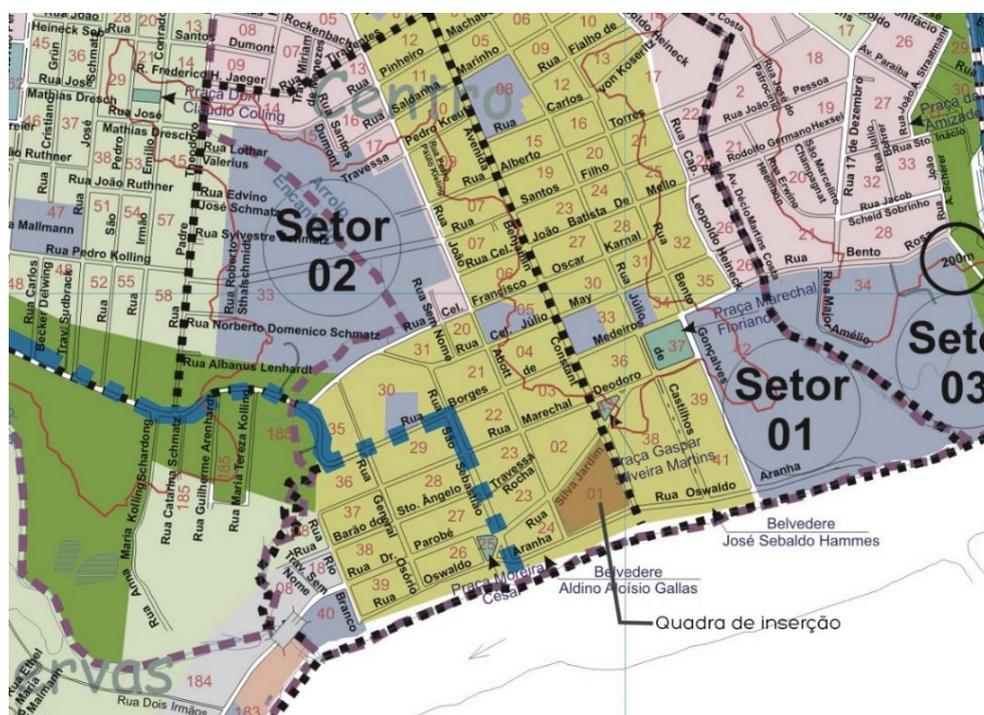
O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Lajeado, lei de 2006 com atualização em 2018, nas disposições preliminares tem por tais objetivos:

Art 2º -

- I - ordenação do crescimento urbano do Município, em seus aspectos físico, econômico, social e administrativo;
- II - pleno aproveitamento dos recursos administrativos, financeiros, naturais, culturais e comunitários do Município;
- III - atendimento das necessidades e carências básicas da população quanto às funções de habitação, trabalho, lazer e cultura, circulação, saúde, abastecimento e convívio com a natureza;
- IV - conservação do patrimônio ambiental do Município, através da proteção ecológica, paisagística e cultural;
- V - integração da ação governamental municipal com a dos órgãos e entidades federais, estaduais e microrregionais e, ainda, com a iniciativa particular;
- VI - participação comunitária no processo de planejamento, garantindo a gestão democrática, participativa e descentralizada;
- VII - ordenação do uso e ocupação do solo, em consonância com a função social da propriedade urbana.

Portanto, a partir da localização dos lotes inicia-se a análise dos condicionantes limitadores para projeto.

Figura 46. Mapa de zoneamento PDDI Lajeado



Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Lajeado adaptado pela autora

A quadra de inserção do projeto proposto é formada pela Rua Silva Jardim, Avenida Benjamin Constant, Rua Osvaldo Aranha e Rua João Abott, e pelas diretrizes da lei municipal está localizado no Setor 2, Quadra 01 e Unidade Territorial de Planejamento (UTP) 7 pertencentes a zona de Polo de Comércio e Serviço (PCS). Portanto, aplicando as diretrizes têm-se os seguintes índices:

Tabela 10. Índices condicionantes do Plano Diretor

CONDICIONANTE	ÍNDICE CORRESPONDENTE
Atividade	Serviços de lazer e cultura, comunitários e sociais; Equipamentos de lazer de uso permanente; Estabelecimentos de ensino formal; Estabelecimento de ensino informal; Serviços comunitários e sociais;

	Centro culturais;
Índice de Aproveitamento	Código 07 - Índice de comércio e serviço = 6,00
Taxa de Ocupação	Código 03 - S/ recuo = 2/3 S/ recuo de frente e com recuo lateral desde o térreo de 1,5 m = 3/4 C/ recuo mínimo de 2,0 m = 3/4 C/ recuo mínimo de 2,0 m de frente e c/ recuo lateral desde o térreo de 1,5 m = 4/5 C/ recuo mínimo de 4,0 m = 4/5
Alturas	Código 06 – <i>quando nos bairros Centro e Americano exclusivamente, quando o zoneamento for Polo Comércio e Serviço, será utilizado o código 02 para altura</i> – Código 02 = Livre, todos os prédios com mais de 3 pavimentos deverão manter a partir do 4º pavimento exclusive, afastamentos laterais equivalentes a 2m.
Recuo de Ajardinamento	Código 05 – Jardinagem Comércio e Serviços = Isento

Fonte: do autor

Os índices possuem as seguintes observações:

- I. Índice de aproveitamento: As áreas inundáveis terão os seus respectivos reduzidos para 2/3 do seu valor.
- II. Taxa de ocupação: As quadras ao longo das ruas Júlio de Castilho, Benjamin Constant, Bento e Pasqualini, poderão ocupar 100% do lote para subsolo com uso de estacionamento.
- III. Altura: Para construções no recuo de fundos, a altura máxima será de 5,00 m, inclusive com telhado.
- IV. Recuo de ajardinamento: Nos terrenos fronteiros às linhas demarcatórias dos Polos de Comércio e Serviço, Corredores de Comércio e Serviço e Unidades Territoriais de Comércio e Serviço, também poderão ser construídos prédios comerciais e mistos no alinhamento, observados os demais dispositivos de controle das edificações da respectiva Unidade Territorial de Planejamento. O recuo de fundos será de 1/10 da profundidade do lote e nunca inferior a 3 m. Terrenos de esquina terão de prever além dos recuos acima, mais um recuo de ajardinamento de 1,5 m.

4.3.2 Código de Edificações

O Código de Edificações de Lajeado foi criado em 1997 com sua última atualização em 28 de setembro de 2018, e especifica que:

Art. 1º - este código disciplina as regras gerais e específicas a serem obedecidas no projeto, construção, uso e manutenção de edificações, sem prejuízo do disposto nas legislações estadual e federal pertinentes.

Art. 2º - O objetivo básico deste Código é garantir níveis mínimos de qualidade nas edificações, traduzido através de exigências de:

- I. Habitabilidade, compreendendo adequação ao uso, higiene, conforto higrométrico, térmico, acústico e lumínico;
- II. Durabilidade;
- III. Segurança;

Portanto foram analisados e separados trechos deste Código pertinentes ao projeto proposto.

I. Título VII – Capítulo V: Jiraus e Mezaninos.

- a. Art. 51 - É permitida a construção de Jiraus e Mezaninos em compartimentos que tenham pé-direito mínimo de 4,65 m, desde que em boas condições de iluminação e ventilação e ainda:
 - i. permita passagem livre, na parte inferior, com altura mínima de 2,40 m;
 - ii. possua na parte superior: parapeito, escada de acesso, ventilação que permita a renovação adequada de ar e pé-direito mínimo de 2,10 m;
 - iii. cubra, no máximo 1/3 da área do compartimento em que for instalado.

§ 1º - Quando o piso do mezanino se estender além do compartimento considerado (sobre um corredor, garagem, circulação) a área total do mezanino não pode ultrapassar o dobro da área por ele coberta no compartimento.

- b. Art. 52 - É permitida a construção de jiraus, e mezaninos cobrindo até um máximo de 50% da área do compartimento em que for instalado, quando:
 - i. permita passagem livre, na parte inferior, com altura mínima de 2,60 m;
 - ii. possua, na parte superior, pé-direito mínimo de 2,40 m, parapeito, escada de acesso e ventilação que ser calculada acrescentando também a sua superfície;

§ 1º - Quando o piso do mezanino se estender além do compartimento considerado (sobre um corredor, garagem, circulação) a área total do

mezanino não pode ultrapassar ao dobro da área por ele coberta no compartimento.

- c. Art. 53 - Não ser permitido o fechamento de jiraus com paredes ou divisões de qualquer espécie (compartimentação).

II. Título VIII – Capítulo I: Escadas.

- a. Art. 63 - As escadas deverão ter largura de acordo com as exigências da NBR nº 9.077, que regulamenta a Lei de Prevenção Contra Incêndio. (Vide Lei nº 5994/1997)

§ 3º - As escadas devem permitir passagem livre com altura mínima de 2,10 m. (Vide Lei nº 5994/1997)

- b. Art. 64 - O dimensionamento dos degraus será feito de acordo com a fórmula de Blondel: $2h + b = 0,63$ a $0,64$ (onde h é altura de degraus e b é a largura), obedecendo aos seguintes limites:

- i. altura entre 15 cm e 18 cm;
- ii. a largura mínima de 15 cm e altura máxima de 20 cm para as escadas descritas no artigo 65, Parágrafo Único (uso secundário).

- c. Art. 67 - Todas as escadas deverão ter corrimão contínuo em, no mínimo 1 (uma) das laterais, obedecendo as seguintes condições:

- i. - Ter altura mínima de 75 cm e máxima de 85 cm, em relação a qualquer ponto dos degraus;
- ii. - Permitir que a mão possa correr livremente na face superior e nas laterais.

III. Título VIII – Capítulo III: Corredores.

- a. Art. 71 - Os corredores deverão ter de pé direito 2,40m e obedecerão às seguintes larguras mínimas:

- i. 90 cm quando forem internos de uma economia;
- ii. 1,20 m quando forem comuns a mais de uma economia e para edifícios residenciais;
- iii. 1,50 m para edifícios comerciais, de serviços, educacionais, sociais, culturais, de hospedagem, de saúde;
- iv. 2,20 m para hospitais e clínicas com internação.

IV. Título VIII – Capítulo IV: Passagens.

- a. Art. 72 - As passagens terão:

- i. Pé-direito mínimo de 2,40 m.;
- ii. Largura mínima de 0,90 m.;
- iii. Largura mínima de 3 unidades de passagem quando constituírem acesso a mais de uma loja.

V. Título X – Tipos Edifícios e Atividades:

- a. § 3º - Ser permitido edificar somente acima da cota 24,00 (RN), tomando-se por base o levantamento aerofotogramétrico do município, e nas seguintes condições:
 - i. Em alvenaria;
 - ii. A altura mínima do piso do pavimento útil dever estar acima da cota 27,00 (RN);
 - iii. O vão inundável não poderá ser usado para fins residenciais.

VI. Título X – Capítulo II – Edifícios Não Residenciais, Seção II – Edifícios Escritórios:

- a. Art. 114 - Os edifícios de escritórios, além das disposições da Seção I deste Capítulo, deverão:
 - i. ter portaria quando a edificação contar com mais de 20 salas ou conjuntos;
 - ii. ter, no mínimo, um compartimento principal com área de 9,00 m² por unidade autônoma;
 - iii. ter cada pavimento sanitário separado por sexo, sendo o número total calculado na proporção de um conjunto de vaso, lavatório (e mictório quando masculino), para cada grupo de 20 pessoas ou fração, na razão de uma pessoa para cada 7,5 m² de área de sala.
- b. Parágrafo Único - Ser exigido apenas um sanitário quando privativo, nos conjuntos ou unidades autônomas com área máxima de 75,00 m².

VII. Título X – Capítulo II – Edifícios Não Residenciais, Seção VIII – Cinemas, Teatros, Auditórios, Ginásios e Assemelhados:

- a. Art. 125 - As edificações destinadas a cinemas, teatros, auditórios e assemelhados, além das disposições que lhe forem aplicáveis, satisfazer as seguintes condições:

- i. ter parede de material incombustível;
- ii. ter as galerias, quando existentes, um pé-direito, no ponto mais desfavorável, um mínimo de 2,60 m e ocupando, no máximo, 1/4 da área da sala de projeção ou sala dos espectadores;
- iii. ter vãos que permitam a ventilação permanente através de pelo menos 1/10 de sua superfície;
- iv. ter instalações sanitárias para uso de ambos os sexos, devidamente separados, com fácil acesso, obedecendo as seguintes proporções mínimas, para a metade da lotação:
 - a) Homens: um vaso sanitário para cada 300 pessoas; um lavatório para cada 250 pessoas; um mictório para cada 150 pessoas;
 - b) Mulheres: um vaso sanitário para cada 250 pessoas; um lavatório para cada 250 pessoas;
- v. ter os corredores completa independência, relativamente às economias contíguas e superpostas;
- vi. quando teatro, ter sala de espera contígua de fácil acesso à sala de espetáculos com área mínima de 0,20 m² por pessoa, calculada sobre a capacidade total;
- vii. ser equipados, no mínimo, com renovação mecânica de ar;
- viii. ter instalação de energia elétrica de emergência;
- ix. ter isolamento acústico;
- x. ter acessibilidade em 2% das acomodações e dos sanitários para portadores de deficiência física.

§ 1º - Em auditórios de estabelecimentos de ensino, poderá ser dispensada a exigência dos incisos I, II, IV e VI, devendo haver possibilidade de uso dos sanitários existentes em outras dependências do prédio.

§ 2º - Em ginásios para prática de esportes, ter vestiários com vasos, lavatórios, mictórios e chuveiros, separados por sexo, de uso exclusivo para os atletas.

4.3.3 Código de Incêndio

A Lei Complementar Nº 14.376 de 26 de dezembro de 2013 estabelece as normas sobre segurança, prevenção e proteção de incêndio a nível estadual. Por meio desta Lei se classifica a edificação proposta que define as obrigações que se deverá seguir.

Portanto, analisando a legislação classificou-se o Centro em três usos específicos, sendo eles, Local para prestação de serviço profissional ou condução

de negócios (D-1), Escola Especial (E-2) e Recreação Pública (F-9). A partir disso inicia-se a análise de tabelas que determinarão as obrigações para projeto.

Tabela 11. Classificação das edificações quanto a altura

Tipo	Altura
I	Térrea
II	$H \leq 6,00$ m
III	$6,00 \text{ m} < H \leq 12,00$ m
IV	$12,00 \text{ m} < H \leq 23,00$ m
V	$23,00 \text{ m} < H \leq 30,00$ m
VI	Acima de 30,00 m

Fonte: Lei Complementar Nº 14.376/2013, p. 21.

Tabela 12. Classificação das edificações e áreas de risco quanto à carga de incêndio

Risco	Carga de Incêndio MJ/m²
Baixo	até 300MJ/m ²
Médio	Entre 300 e 1.200MJ/m ²
Alto	Acima de 1.200MJ/m ²

Fonte: Lei Complementar Nº 14.376/2013, p. 21.

Tabela 13. Classificação das edificações e áreas de risco quanto à carga de incêndio

Ocupação/Uso	Descrição	Divisão	Carga de Incêndio (qfi)
Serviços profissionais	Escritórios	D-1	700
Educacional e cultura física	Escolas em geral	E-1/E-2/E-4/E-6	300
Recreação pública	Parques recreativos	F-9	Não há

Fonte: Adaptação à tabela 3.1 da Lei Complementar Nº 14.376/2013.

Tabela 14. Exigências para edificações com área menor ou igual a 750 m² e altura inferior ou igual a 12,00 metros

Medidas de Segurança contra Incêndio	A, D, E e G	B	C	F			H		I e J	L
				F1 F2, F3, F4, F7 e F8	F5 e F6	F9 e F10	H1, H4 e H6	H2, H3 e H5		
Controle de Materiais de Acabamento	-	X	-	X ⁴	X	-	-	X	-	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X ¹	X ²	X ¹	X ³	X ³	X ³	X ¹	X ¹	X ¹	-
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Brigada de Incêndio	X ⁶	-	-	X ⁴	X ⁴	X ⁴	-	X	-	X
Plano de Emergência				X ⁴	X ⁴					
Deteção Automática				X ⁷	X ⁵⁻⁷			X		
Controle de Fumaça					X ⁵					

NOTAS ESPECÍFICAS:

- 1 – Somente para as edificações com mais de 2 pavimentos;
 2 – Estão isentos os motéis que não possuam corredores internos de serviços;
 3 – Para edificação com lotação superior a 50 pessoas ou edificações com mais de dois pavimentos.
 4 – Exigido para lotação superior a 200 pessoas.
 5 – Exigido somente para F-5 e F-6 para lotação superior a 200 pessoas, locais sem ventilação natural (janelas) permanente e para locais em subsolos ocupados, devem possuir alarme setorizado na central de segurança.
 6 – Para E-5 e E-6
 7- Exigido somente para F-5 e F-6 para lotação superior a 200 pessoas
 Obs.: Para F-5 F-6 F-7 observar ainda as exigências da Resoluções Técnicas (RTCBMRS) específicas.

NOTAS GERAIS:

- a – Para o Grupo M (especiais) ver tabelas específicas;
 b – Para a Divisão G-5 (hangares): prever sistema de drenagem de líquidos nos pisos para bacias de contenção à distância. Não é permitido o armazenamento de líquidos combustíveis ou inflamáveis dentro dos hangares;
 c – Para a Divisão L-1 (Explosivos), atender a RTCBMRS específica. As Divisões L-2 e L-3 somente serão avaliadas pelo Corpo de Bombeiro Militar do Rio Grande do Sul através do seu Corpo Técnico;
 d – Os subsolos das edificações devem ser compartimentados com PCF P-90 em relação aos demais pisos contíguos. Para subsolos ocupados ver Tabela 7;
 e – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;
 f – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas normas técnicas específicas;
 g – Depósitos em áreas descobertas, observar as exigências da Tabela 6J;
 h – No cômputo de pavimentos, desconsiderar os pavimentos de subsolo quando destinados a estacionamento de veículos, vestiários e instalações sanitárias, áreas técnicas sem aproveitamento para quaisquer atividades ou permanência humana.
 i – Para lotação superior a 500 pessoas, do grupo F-6 com Carga de Incêndio de Risco Médio e Alto será exigido sistema de chuveiros automático – podendo a reserva ser para 30 minutos.
 j - Para edificações sem ventilação natural (janelas) exige-se controle de fumaça.

Tabela 15. Edificações do grupo D com área superior a 750 m² ou altura superior a 12,00 metros

Grupo de ocupação e uso	GRUPO D – SERVIÇOS PROFISSIONAIS					
Divisão	D-1, D-2, D-3 e D-4					
Medidas de Segurança contra Incêndio	Classificação quanto à altura (em metros)					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Horizontal (áreas)	X ¹	X ¹	X ¹	X ²	X ²	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X ^{6,7}	X ³	X ⁸
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X ⁵
Plano de Emergência	-	-	-	-	-	X ⁴
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X
Deteção de Incêndio	-	-	-	X	X	X
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	-	X	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X ⁴

NOTAS ESPECÍFICAS:

- 1 – Pode ser substituída por sistema de chuveiros automáticos;
2 – Pode ser substituída por sistema de deteção de incêndio e chuveiros automáticos;
3 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, deteção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;
4 – Edificações acima de 60 metros de altura;
5 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;
6 – Pode ser substituída por sistema de deteção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;
7 – Deve haver controle de fumaça nos átrios, podendo ser dimensionados como sendo padronizados conforme RTCBMRS pertinente.
8 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, deteção de incêndio e chuveiros automáticos, até 60 metros de altura, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações, sendo que para altura superior deve-se, adicionalmente, adotar as soluções contidas em RTCBMRS própria.

NOTAS GERAIS:

- a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;
b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;
c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS .

Tabela 16. Edificações do grupo E com área superior a 750 m² ou altura superior a 12,00 metros

Grupo de ocupação e uso	GRUPO E – EDUCACIONAL E CULTURAL					
Divisão	E-1, E-2, E-3, E-4, E-5 e E-6					
Medidas de Segurança contra Incêndio	Classificação quanto à altura (em metros)					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X ¹	X ¹	X ²
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X ³
Plano de Emergência	X	X	X	X	X	X
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X
Deteção de Incêndio	-	-	-	X ⁵	X	X
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emergência.	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	-	-	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X ⁴

NOTAS ESPECÍFICAS:

- 1 – A compartimentação vertical será considerada para as fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;
- 2 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, deteção de incêndio e chuveiros automáticos, até 60 metros de altura, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações, sendo que para altura superior deve-se, adicionalmente, adotar as soluções contidas nas RTCBMRS pertinentes;
- 3 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;
- 4 – Acima de 60 metros de altura.
- 5- Nas áreas de apoio (biblioteca, laboratórios, escritórios, reprografia, casas máquinas, refeitórios etc.)

NOTAS GERAIS:

- a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;
- b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;
- c – Os locais destinados a laboratórios devem ter proteção em função dos produtos utilizados;
- d – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS;
- e – O sistema de hidrante e mangotinhos será exigido para edificações com área construída superior a 750m².

Fonte: Lei Complementar Nº 14.376/2013, p. 42-43.

Tabela 17. Edificações do grupo F com área superior a 750 m² ou altura superior a 12,00 metros

Grupo de ocupação e uso	GRUPO F – LOCAIS DE REUNIÃO DE PÚBLICO											
	F-3 e F-9						F-4					
Medidas de Segurança contra Incêndio	Classificação quanto à altura (em metros)						Classificação quanto à altura (em metros)					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X ¹	X ¹	X	-	-	-	X ¹	X ²	X
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X ⁵	X	X	X	X	X	X ⁵
Plano de Emergência	X ⁴	X ⁴	X ⁴	X ⁴	X ⁴	X ⁴	X ³	X ³	X ³	X ³	X ³	X
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	-	-	-	-	-	X ⁹	X ⁹	X ⁹	X ⁹	X ⁹	X ⁹
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	X ⁷	X ⁷	X ⁷	X ⁸	X ⁸	X ⁸	X ⁸	X	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X ⁶	-	-	-	-	-	X ⁶

NOTAS ESPECÍFICAS:

- 1 – A compartimentação vertical será considerada para as fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;
- 2 – Pode ser substituída por controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;
- 3- somente para locais com público acima de 1000 pessoas – (terminais de passageiros e assemelhados)
- 4 – Somente para a divisão F-3;
- 5 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;
- 6 – Acima de 60 metros de altura;
- 7 – Não exigido nas arquibancadas. Nas áreas internas, verificar exigências conforme o uso ou ocupação específica. Para divisão F-3, verificar também a Instrução Técnica pertinente;
- 8 – Exigido para áreas edificadas superiores a 10.000 m². Nas áreas internas, verificar exigências conforme o uso ou ocupação específica;
- 9 – Para os locais onde haja carga de incêndio como depósitos, escritórios, cozinhas, pisos técnicos, casa de máquinas etc., e nos locais de reunião onde houver teto ou forro falso com revestimento combustível.

NOTAS GERAIS:

- a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;
- b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;
- c – Os locais de comércio ou atividades distintas das divisões F-3, F-4 e F-9 terão as medidas de proteção conforme suas respectivas ocupações;
- d – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas Resoluções Técnicas.

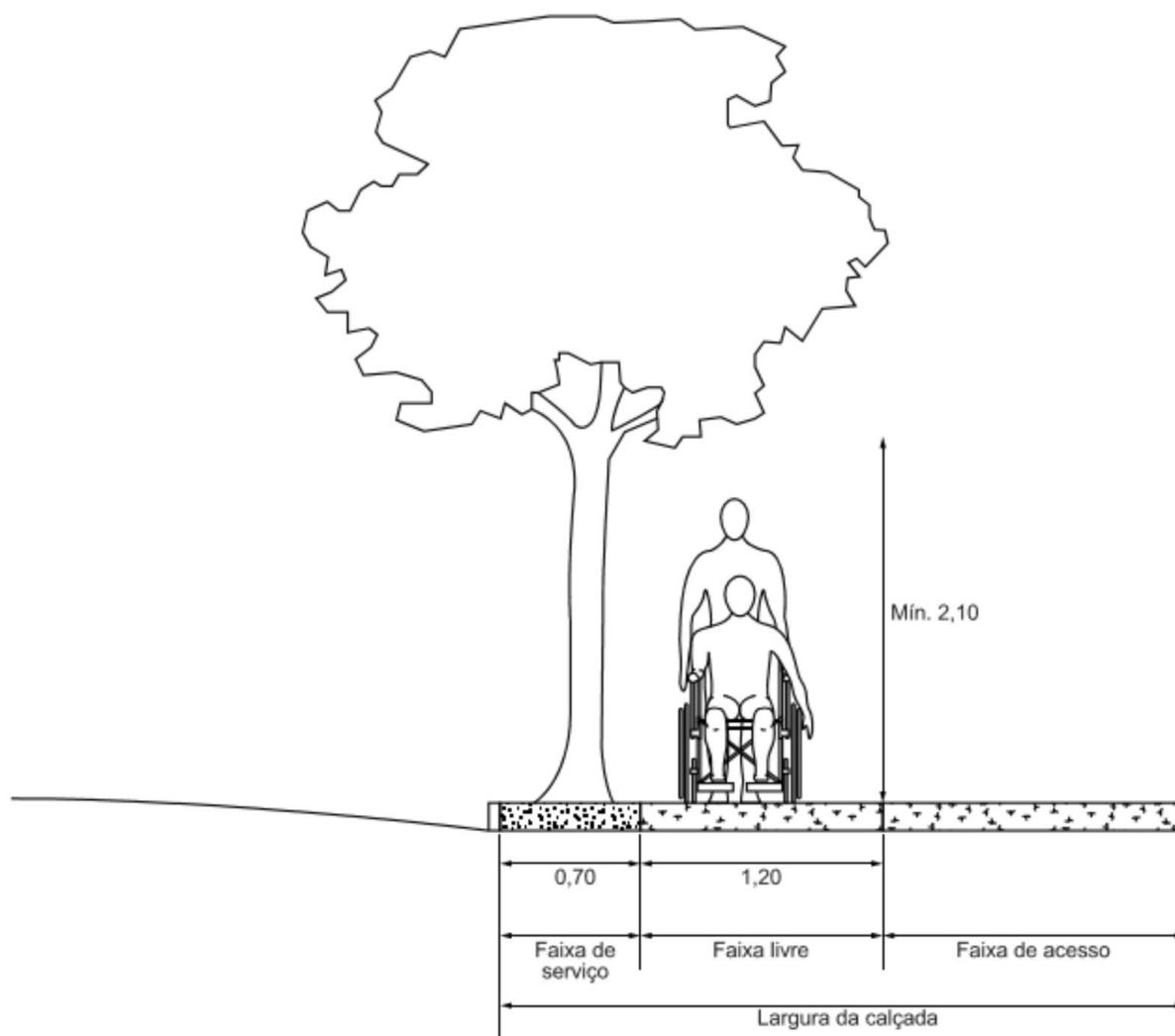
4.3.4 ABNT NBR 9050 – Norma de Acessibilidade

A norma brasileira 9050 de 11 de outubro de 2015 regulamenta a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos e estabelece os “critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação ao meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade” (2015, p. 15).

Em relação a acessos, circulações e rampas a norma estabelece que:

- I. Nas edificações e equipamentos urbanos, todas as entradas, bem como as rotas de interligação às funções do prédio do edifício, devem ser acessíveis.
- II. A distância entre cada entrada acessível e as demais não pode ser superior a 50 metros;
- III. As rampas devem possuir inclinação entre 6,25% e 8,33, recomendando-se a utilização de área de descanso, em patamares de 1,20 metros, a cada 50 metros de percurso. O cálculo de inclinação é feito através da fórmula $i = h \times 100 / c$, sendo i a inclinação, h a altura e c o comprimento;
- IV. Os corredores deverão possuir as seguintes dimensões:
 - a. 0,90 metros para corredores de uso comum com extensão até 4,00 metros;
 - b. 1,20 metros para corredores de uso comum com extensão até 10,00 metros; e 1,50 metros para corredores acima de 10,00 metros;
 - c. 1,50 metros para corredores de uso público;
- V. As portas deverão ter um vão livre de 0,80 metros de largura e 2,10 metros de altura;
- VI. As calçadas deverão possuir uma faixa de serviço, composta por mobiliário urbano, canteiros, árvores e postes de iluminação, com largura mínima de 0,70 metros. A faixa livre de passeio deverá possuir no mínimo 1,20 metros e inclinação transversal de 3%;

Figura 47. Corte representativo das faixas de uso da calçada



Fonte: ABNT NBR 9050/2004, p. 75.

Em relação a banheiros, sanitários e vestiários a norma estabelece que:

- I. Deverão estar localizadas em rotas acessíveis;
- II. Recomenda-se que a distância máxima a ser percorrida de qualquer ponto da edificação até o sanitário ou banheiro acessível seja 50 metros;
- III. O número mínimo de sanitários acessíveis é definido pela tabela abaixo:

Tabela 18. Número mínimo de sanitários acessíveis

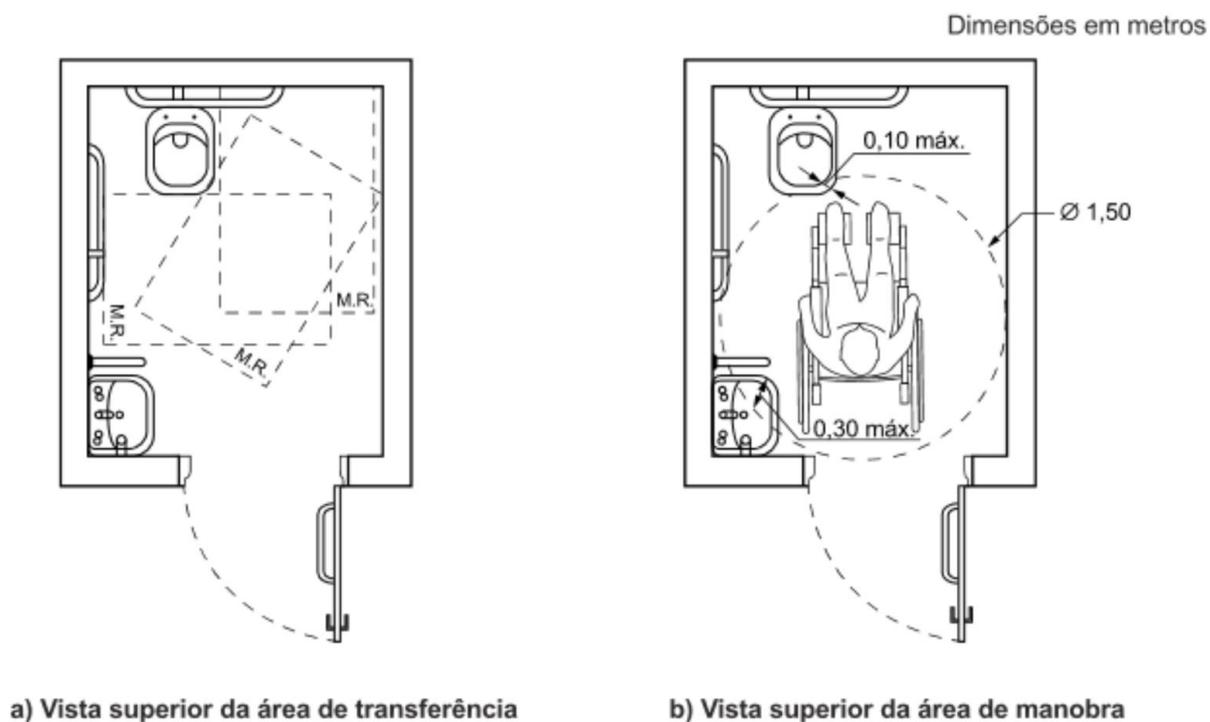
Edificação de uso	Situação da edificação	Número mínimo de sanitários acessíveis com entradas independentes
Público	A ser construída	5 % do total de cada peça sanitária, com no mínimo um, para cada sexo em cada pavimento, onde houver sanitários
	Existente	Um por pavimento, onde houver ou onde a legislação obrigar a ter sanitários
Coletivo	A ser construída	5 % do total de cada peça sanitária, com no mínimo um em cada pavimento, onde houver sanitário
	A ser ampliada ou reformada	5 % do total de cada peça sanitária, com no mínimo um em cada pavimento acessível, onde houver sanitário
	Existente	Uma instalação sanitária, onde houver sanitários
Privado áreas de uso comum	A ser construída	5 % do total de cada peça sanitária, com no mínimo um, onde houver sanitários
	A ser ampliada ou reformada	5 % do total de cada peça sanitária, com no mínimo um por bloco
	Existente	Um no mínimo
NOTA As instalações sanitárias acessíveis que excederem a quantidade de unidades mínimas podem localizar-se na área interna dos sanitários.		

Fonte: ABNT NBR 9050/2004, p. 84.

IV. Suas dimensões deverão levar em consideração:

- a. Circulação com o giro de 360°;
- b. Área necessária para garantir a transferência lateral, perpendicular e diagonal para a bacia sanitária;
- c. Deverá ser instalado colunas de apoio para manobras;

Figura 48. Áreas de transferência e manobra para uso da bacia sanitária



Fonte: ABNT NBR 9050/2004, p. 86.

- V. A norma ainda estipula dimensionamentos para usos específicos, como trocadores, vestiários e similar, que será analisado caso seja necessário na tipologia proposta;
- VI.

Referente à parques, praças e locais turísticos, estabelece que:

- I. Para parques, praças e locais turísticos, que possuam pavimentação, mobiliários ou equipamentos edificados devem possuir rotas acessíveis;
- II. Nos locais onde as características ambientais sejam legalmente preservadas, deve-se buscar grau de acessibilidade com mínima intervenção no meio-ambiente;

4.3.5 ABNT NBR 9077 – Norma de Saídas de Emergência

A norma brasileira de dezembro de 2001 regulamenta as saídas de emergências dos edifícios de modo a facilitar a fuga dos indivíduos em caso de sinistros e o acesso de socorristas. Portanto, após a classificação de uso do edifício por meio do Código de Incêndio a norma estabelece que:

- I. Cálculo de população: As saídas de emergências são dimensionadas em função da população do edifício, sendo calculadas através da Tabela abaixo e levando em consideração o uso da edificação, conforme analisado no Código de Incêndio:

Tabela 19. Dados para o dimensionamento das saídas

Ocupação		População ^(A)	Capacidade da U. de passagem		
Grupo	Divisão		Acessos e descargas	Escadas ^(B) e rampas	Portas
A	A-1, A-2	Duas pessoas por dormitório ^(C)	60	45	100
	A-3	Duas pessoas por dormitório e uma pessoa por 4 m ² de área de alojamento ^(D)			
B	-	Uma pessoa por 15,00 m ² de área ^(E) ^(G)	100	60	100
C	-	Uma pessoa por 3,00 m ² de área ^(E) ^(H)			
D	-	Uma pessoa por 7,00 m ² de área			
E	E-1 a E-4	Uma pessoa por 1,50 m ² de área ^(F)	30	22	30
	E-5, E-6	Uma pessoa por 1,50 m ² de área ^(F)			
F	F-1	Uma pessoa por 3,00 m ² de área	100	75	100
	F-2, F-5, F-8	Uma pessoa por m ² de área ^(I) ^(G)			
	F-3, F-6, F-7	Duas pessoas por m ² de área ^(G) (1:0,5 m ²)			
	F-4	† ^(I)			
G	G-1, G-2, G-3	Uma pessoa por 40 vagas de veículo	100	60	100
	G-4, G-5	Uma pessoa por 20 m ² de área ^(E)			
H	H-1	Uma pessoa por 7 m ² de área ^(E)	60	45	100
	H-2	Duas pessoas por dormitório ^(C) e uma pessoa por 4 m ² de área de alojamento ^(D)			
	H-3	Uma pessoa e meia por leito + uma pessoa por 7,00 m ² de área de ambulatório ^(F)	30	22	30
	H-4, H-5	† ^(I)			
I	-	Uma pessoa por 10,00 m ² de área	100	60	100
J	-	Uma pessoa por 30,00 m ² de área ^(J)			

Fonte: ABNT NBR 9077/2001, p. 29.

- I. Para o dimensionamento das larguras das saídas de emergências deve-se levar em consideração a população encontrada, e posteriormente aplicar os dados na fórmula $N = P / C$, sendo N o número de unidades de passagem, P a população segundo a tabela superior e C a capacidade da unidade de passagem, também conforme a tabela superior;

- II. As larguras mínimas são estabelecidas em 1,10 metros, correspondente a duas unidades de passagem, e 2,20 para passagem de macas;
- III. As portas deverão ser abertas no sentido da rota de fuga;
- IV. Os acessos deverão permitir o escoamento fácil de todos os ocupantes do prédio;
- V. As distâncias máximas as serem percorridas são determinadas pela tabela abaixo:

Tabela 20. Distâncias máximas a serem percorridas

Tipo de edificação	Grupo e divisão de ocupação	Sem chuveiros automáticos		Com chuveiros automáticos	
		Saída única	Mais de uma saída	Saída única	Mais de uma saída
X	Qualquer	10,00 m	20,00 m	25,00 m	35,00 m
Y	Qualquer	20,00 m	30,00 m	35,00 m	45,00 m
Z	C, D, E, F, G-3, G-4, G-5, H, I	30,00 m	40,00 m	45,00 m	55,00 m
	A, B, G-1, G-2, J	40,00 m	50,00 m	55,00 m	65,00 m

Fonte: ABNT NBR 9077/2001, p. 30.

- VI. As portas das rotas de saídas deverão possuir capacidade acima de 50 pessoas, tendo sua abertura no sentido do fluxo de pessoas. As portas deverão ter as seguintes dimensões:
 - a. 0,80 metros, valendo para uma unidade de passagem;
 - b. 1,00 metros, valendo para duas unidades de passagem;
 - c. 1,50 metros, em duas folhas, valendo por três unidades de passagem;
 - d. Acima de 2,20 metros, exige-se coluna central;
- VII. Para dimensionamento e definição do tipo de escada deve-se analisar as duas tabelas abaixo:

/continuação

Dimensão		P (área de pavimento ≤ 750 m ²)										Q (área de pavimento > 750 m ²)																					
Altura		K			L			M			N			O			K			L			M			N			O				
Ocupação		N ^{sa}	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	Tipo esc.	N ^{sa}	Tipo esc.													
Gr.	Div.																																
I	I-1	2	2	NE	2	NE	2	EP	2	PF	2	2	NE	2	EP	2	PF	2	2	NE	2	EP	2	PF	2	2	NE	2	EP	2	PF	2	PF
	I-2	2	2	NE	2	PF***	2	PF	2	PF	2	2	NE	2	PF	2	PF	2	2	NE	2	PF	2	PF	2	2	NE	2	PF	2	PF		
	I-3	2	2	NE	2	PF	2	PF	3	PF	2	2	EP	2	PF	3	PF	3	PF														
J	-	1	1	NE	1	NE	1	NE	2	PF	2	2	NE	2	EP	2	PF	2	2	NE	2	EP	2	PF	2	2	NE	2	EP	2	PF		

Notas: a) Para o uso desta tabela, devem ser consultadas as tabelas anteriores, onde são dadas as significações dos códigos alfabéticos e alfanuméricos utilizados, e mais as dos a seguir indicados.

b) Abreviaturas dos tipos de escadas (conforme 3.24, 3.25 e 3.26):

NE = Escada não enclausurada (escada comum);

EP = Escada enclausurada protegida (escada protegida);

PF = Escada à prova de fumaça.

c) Outros símbolos e abreviaturas usados nesta Tabela:

N^{sa} = Números de saídas mínimos obrigatórios, em qualquer caso;

Tipo esc. = Tipo de escada;

Gr. = Grupo de ocupação (uso) - conforme Tabela 1;

Div. = Subdivisão do grupo de ocupação - conforme Tabela 1;

† = Símbolo que indica necessidade de consultar normas e regulamentos específicos (ocupação não coberta por esta Norma);

* = Ressalvado o disposto em 4.5.3.2, que admite saída única nas habitações multifamiliares (A-2), não havendo mais de quatro unidades autônomas por pavimento.

** = Em edificações de pequena área - Cód. "T" -, isto é, com área total inferior a 750 m², admite-se o uso de escadas não enclausuradas (NE).

*** = As escadas à prova de fumaça (PF) podem ser substituídas por escadas pressurizadas, conforme 4.7.15.

Fonte: ABNT NBR 9077/2001, p. 30.

4.4 Diretrizes

A pauta feminista é atual, pertinente e necessário, então após as análises da escolha do lugar, seu entorno, e das legislações vigentes, definiu-se diretrizes projetuais para o espaço. Empoderar mulheres e grupos pertencentes ao movimento feminista na região é o meio de desenvolver pessoalmente os indivíduos e conscientizar a população.

O Centro Teia será um espaço permeável, com uma conexão interna entre a Rua Silva Jardim e a Avenida Benjamin Constant de modo a criar um espaço de contemplação e troca neste térreo livre. Considerando os condicionantes legais e naturais, se define para este espaço aberto:

- Mobiliário externo fixo pré-fabricado resistente a cheias
- Mobiliário externo solto leve de fácil armazenamento em caso de cheias
- Piso de concreto pigmentado de material resistente e baixa manutenção

Em relação as pré-existências definiu-se alocar os setores de Saúde e Apoio, Economia Criativa e Cultural e Educacional, com a criação de mezaninos e divisórias internas. Para as intervenções nestas edificações serão utilizadas materiais e soluções construtivas contemporâneas, para demarcar a diferenciação do novo com o existente, a fim de evitar o conceito de falso histórico.

Já o setor Especial e o setor Administrativo serão alocados em uma nova edificação de térreo livre sob pilotis criando uma relação com todo o espaço. Se busca com esta nova edificação atender a demanda do programa do Centro de forma a complementar o conjunto, sem que esta nova edificação sobressaia-se em relação ao patrimônio construído e ao entorno.



TEIA



5 ANÁLISE DE REFERENCIAIS

Com o objetivo de aprimorar o repertório arquitetônico e buscar soluções a fim de estudo serão analisadas referências de excelência relacionadas ao tema do Centro Teia como também projetos que buscaram a requalificação e restauração de galpões históricos preservando o valor patrimonial e ressignificando o uso. Os projetos apresentados a seguir se diferenciam tanto pela escala projetual quanto pelo local de inserção, sendo cidades interioranas ou grandes centros urbanos.

5.1 Praça das Artes

Ficha Técnica:

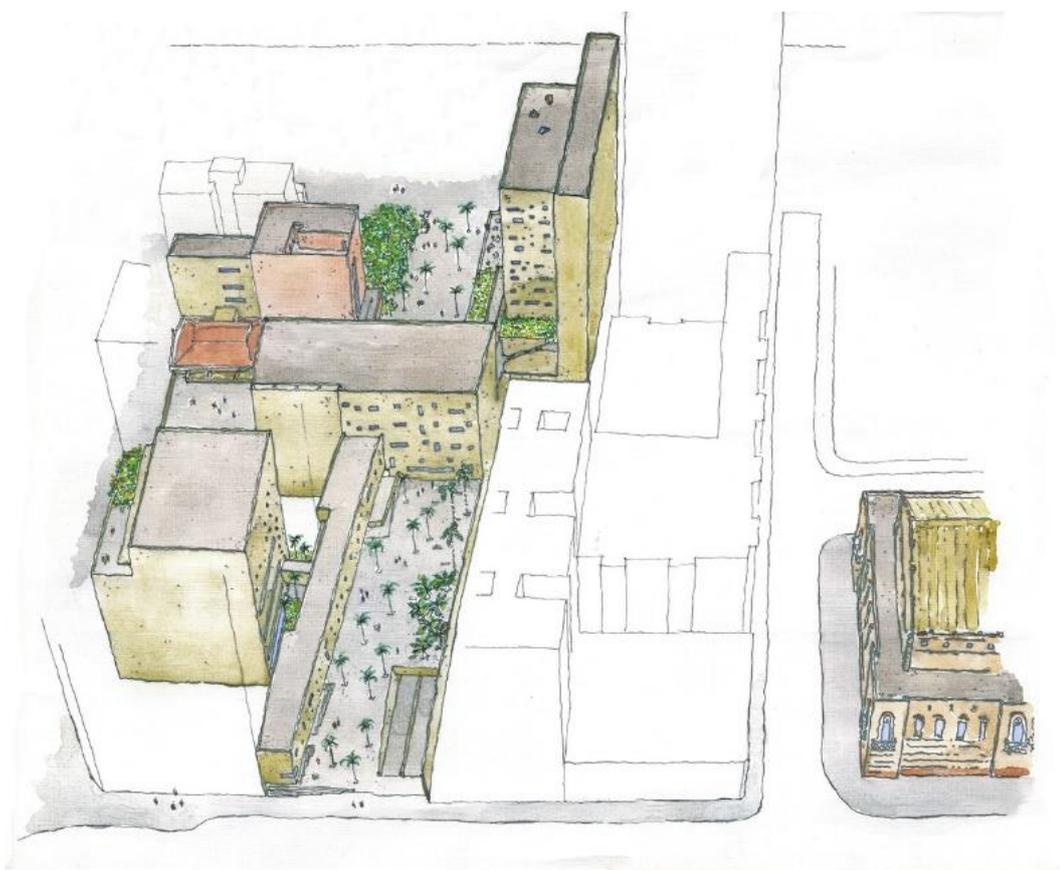
- Arquitetos: Brasil Arquitetura
- Autores: Francisco Fanucci, Marcelo Ferraz
- Ano: 2012
- Localização: São Paulo - SP
- Área construída: 28500m²
- Programa: Focado no estudo e na prática ligados à música e dança, com caráter público de convivência.

A Praça das Artes está inserida no Centro Histórico de São Paulo, uma região que ao longo do tempo tornou-se vazia e obsoleta em razão do crescimento da cidade para outras regiões. As tentativas de retomar essa região têm sido feitas com ênfase na recuperação econômica, uma vez que o local já possui demasiada infraestrutura e equipamentos, porém a Praça das Artes surge com o objetivo de revalorização do Centro Histórico, uma região com rica diversidade arquitetônica e cultural.

A necessidade surgiu para suprir a demanda do Theatro Municipal, que se trata de uma edificação do século XX portanto não suportaria grandes intervenções e expansões. O estudo para ocupação da quadra parte do restauro das principais

edificações históricas ali presente. A Praça das Artes surge como potencial transformador da paisagem urbana. Conforme Álvaro Siza “...uma coisa é o lugar físico, outra coisa é o lugar para o projeto. E o lugar não é nenhum ponto de partida, mas é um ponto de chegada. Perceber o que é o lugar é já fazer o projeto”.

Figura 50. Croqui de implantação do Conjunto



Fonte: Brasil Arquitetura

O projeto de intervenção é composto por diversos lotes que se interligam no miolo de quadra e possuem fachadas para três ruas do quarteirão, Rua Formosa no Vale do Anhangabaú, Avenida São João e Rua Conselheiro Crispiniano. Seu entorno é marcado por diferentes épocas que são representadas nas fachadas históricas de importantes edifícios da cidade.

Figura 51. Fachada voltada para a Rua São João



Foto: Nelson Kon | Fonte: Archdaily, 2013

A implantação do conjunto se dá por meio da ocupação do centro do terreno e se desenvolve em três direções, as três ruas que permitem o acesso, ocupando espaços e criando vazios, e assim, formando uma praça pública que relaciona-se diretamente com o programa do conjunto e seu entorno.

Os novos edifícios em concreto aparente pigmentado na cor ocre são elementos de contraste e afim de estabelecer um novo diálogo com edificações históricas que foram integradas ao conjunto. A intervenção busca ser, a um só tempo, cuidadosa, delicada e incisiva. (Ferraz, 2013).

Figura 52. Praça voltada para o Vale Anhangabaú



Foto: Nelson Kon | Fonte: Archdaily, 2013

Figura 53. Acesso pela Rua Conselheiro Crispiniano



Foto: Nelson Kon | Fonte: Archdaily, 2013

A decisão projetual de implantação permite criar um espaço agregador para a cidade, foi preciso compreender seu espaço, entorno e conflitos de interesses para atender à demanda de um programa de diversos usos.

Figura 54. Vista Interna do miolo de quadra

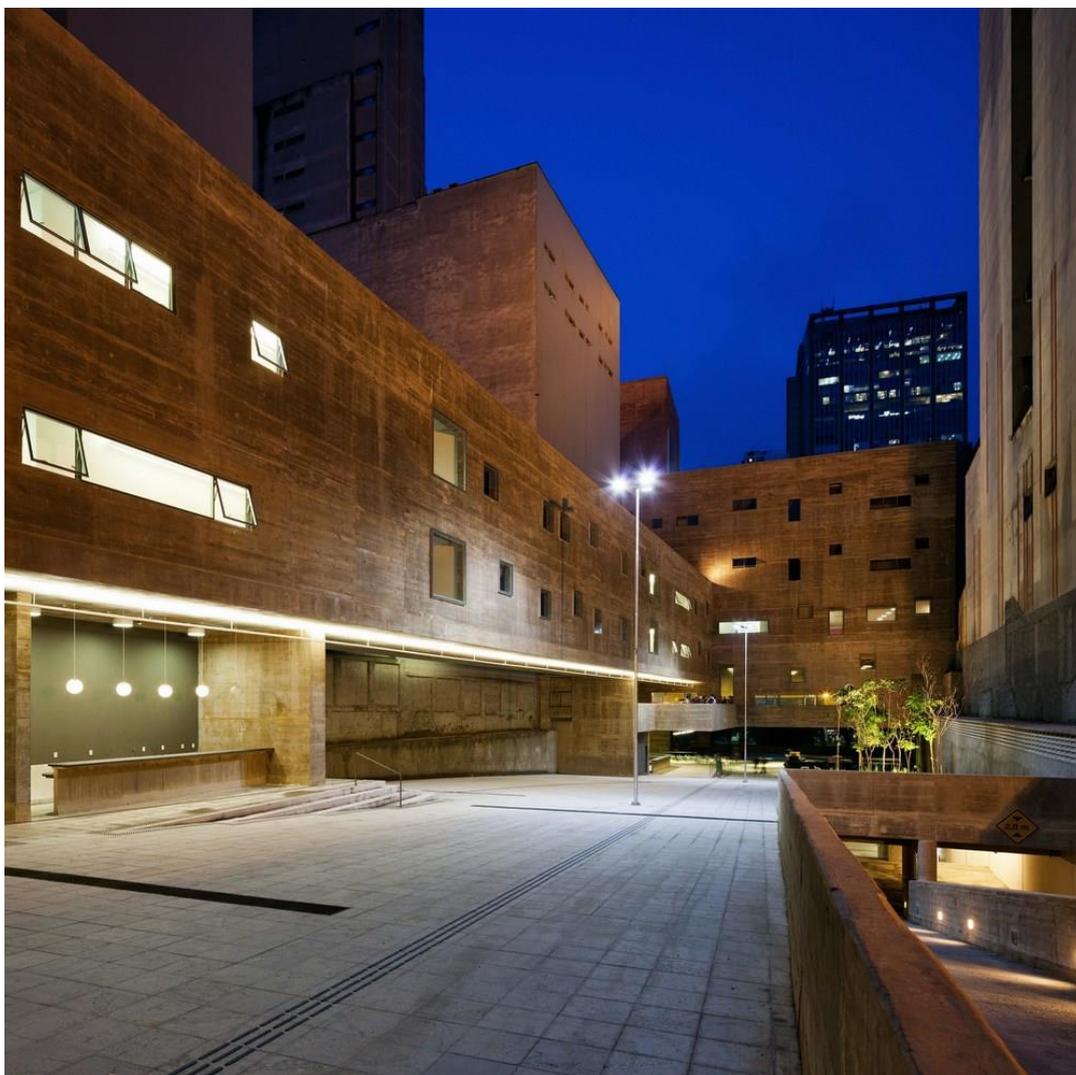


Foto: Nelson Kon | Fonte: Archdaily, 2013

Percebe-se que apesar da grande escala projetual e de programa, o projeto consegue criar espaços convidativos e de interação, e por tratar-se de um miolo de quadra foi possível criar-se três acessos, por meio de diferentes vias, promovendo a permeabilidade e ocupação do local.

5.2 Conjunto KKKK

Ficha Técnica:

- Arquitetos: Brasil Arquitetura
- Autores: Francisco Fanucci, Marcelo Ferraz
- Ano: 1996
- Localização: Registro-SP
- Área construída: 152900m²

Figura 55. Conjunto KKKK



Foto: Nelson Kon | Fonte: Brasil Arquitetura

O objetivo deste projeto foi recuperar o conjunto bastante deteriorado e para isso recebeu apoio da Prefeitura da cidade de Registro e do Governo Estadual de São Paulo. A propriedade é tombada pelo patrimônio estadual pela sua importância histórica do município e origem de sua população.

O projeto não só restaurou e recuperou as edificações históricas, mas também implantou o Memorial da Imigração Japonesa do Vale do Ribeira, considerado um projeto de referência histórica, que acerva obras e objetivos de artistas plásticos japoneses radicados no Brasil, além de fotografias, ferramentas, peças industriais e objetos doados pela população.

Figura 56. Vista da implantação do conjunto

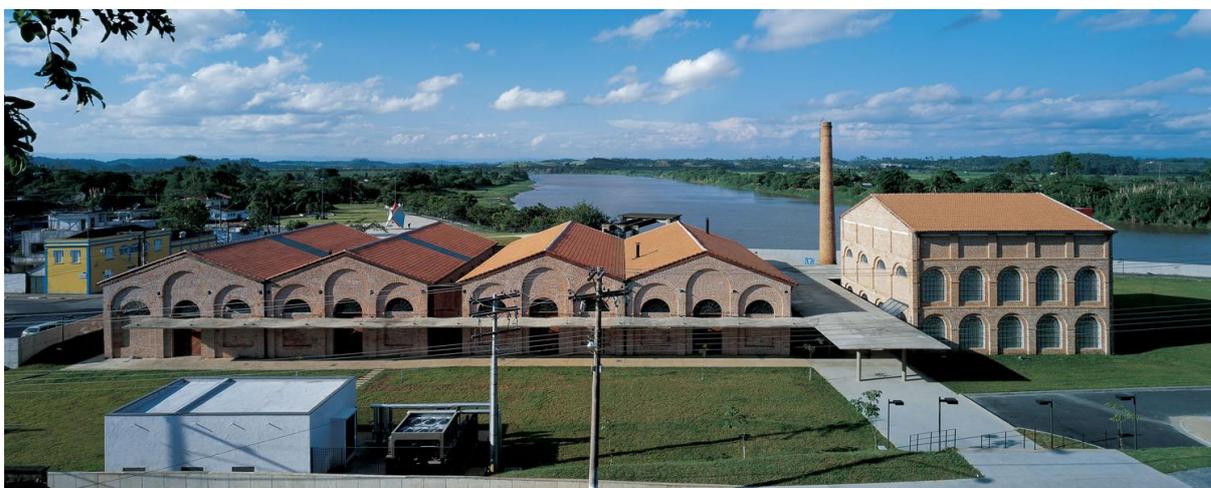


Foto Nelson Kon | Fonte: Nelson Kon

O projeto de intervenção conectou os Galpões KKKK ao Prédio do Engenho por meio de uma cobertura de concreto que demarca os caminhos e eixos, além da recuperação buscar a retomada de sua paisagem histórica ambiental, relacionando-se com o Rio Ribeira de Iguape.

A restauração manteve as fachadas com as características originais, e seus materiais industriais aparentes, e para contrastar e destacar o novo do existente se utilizou do concreto aparente e cores. A intervenção com poucos elementos recuperou o local trazendo a contemporaneidade por meio dos materiais e técnicas construtivas, mas manteve a característica principal das fachadas estilo industrial.

Figura 57. Vista dos caminhos demarcados



Foto: Nelson Kon | Fonte: Nelson Kon

Figura 58. Prédio do Engenho com anexo



Foto: Nelson Kon | Fonte: Brasil Arquitetura

Figura 59. Intervenções internas

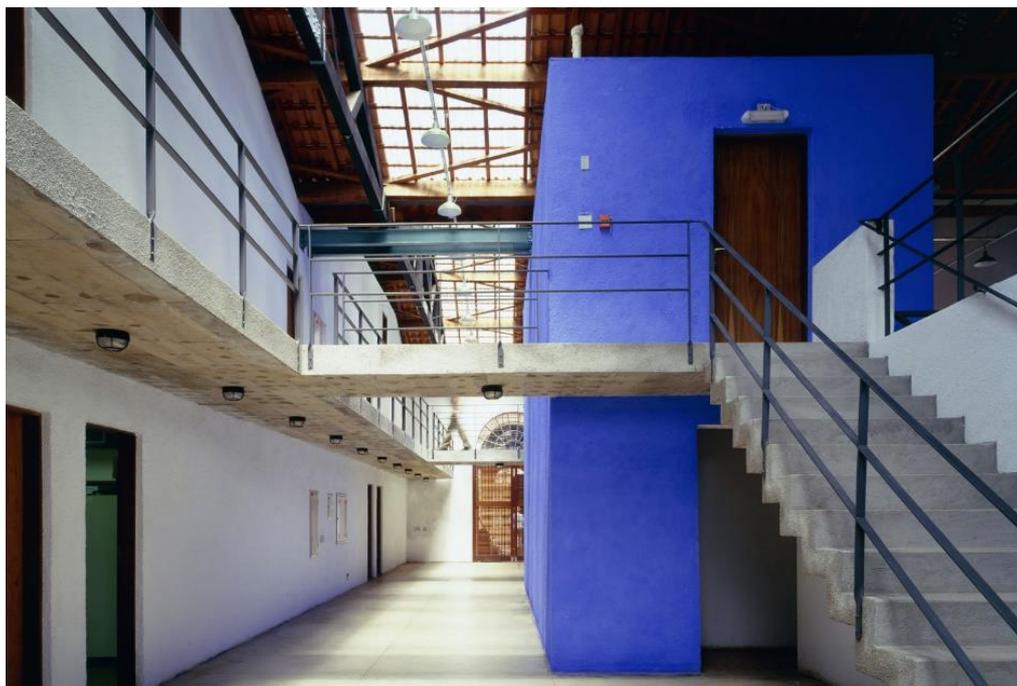


Foto: Nelson Kon | Fonte: Brasil Arquitetura

5.3 Sesc Pompéia São Paulo

Ficha Técnica:

- Arquiteta: Lina Bo Bardi
- Ano: 1982
- Localização: São Paulo-SP
- Programa: Centro de lazer em uma antiga fábrica de tambores.

O bairro Pompéia onde está inserido o complexo tornou-se ao longo da história um bairro operário e no conjunto posteriormente transformado por Lina Bo Bardi funcionava uma fábrica de tambores. Hoje, o bairro se caracteriza pelo uso residencial e comercial com bastante infraestrutura e lazer, e muito se associa esta situação atual ao projeto de intervenção da arquiteta italiana.

Após Lina mudar seu escritório para o canteiro de obras para vivenciar o local e sentir suas necessidades de perto, foi inaugurada em 1982 a primeira etapa do projeto, a readequação da antiga fábrica de tambores dos Irmãos Mauser. Ali foi descoberto uma estrutura moldada por um dos pioneiros do concreto armado no país, tornando-se este um elemento direcionador de projeto, portanto se iniciou o processo de desnudamento do edifício para retomar sua essência.

Figura 60. Retirada do reboco para retomar a estrutura original



Fonte: Vitruvius, 2008

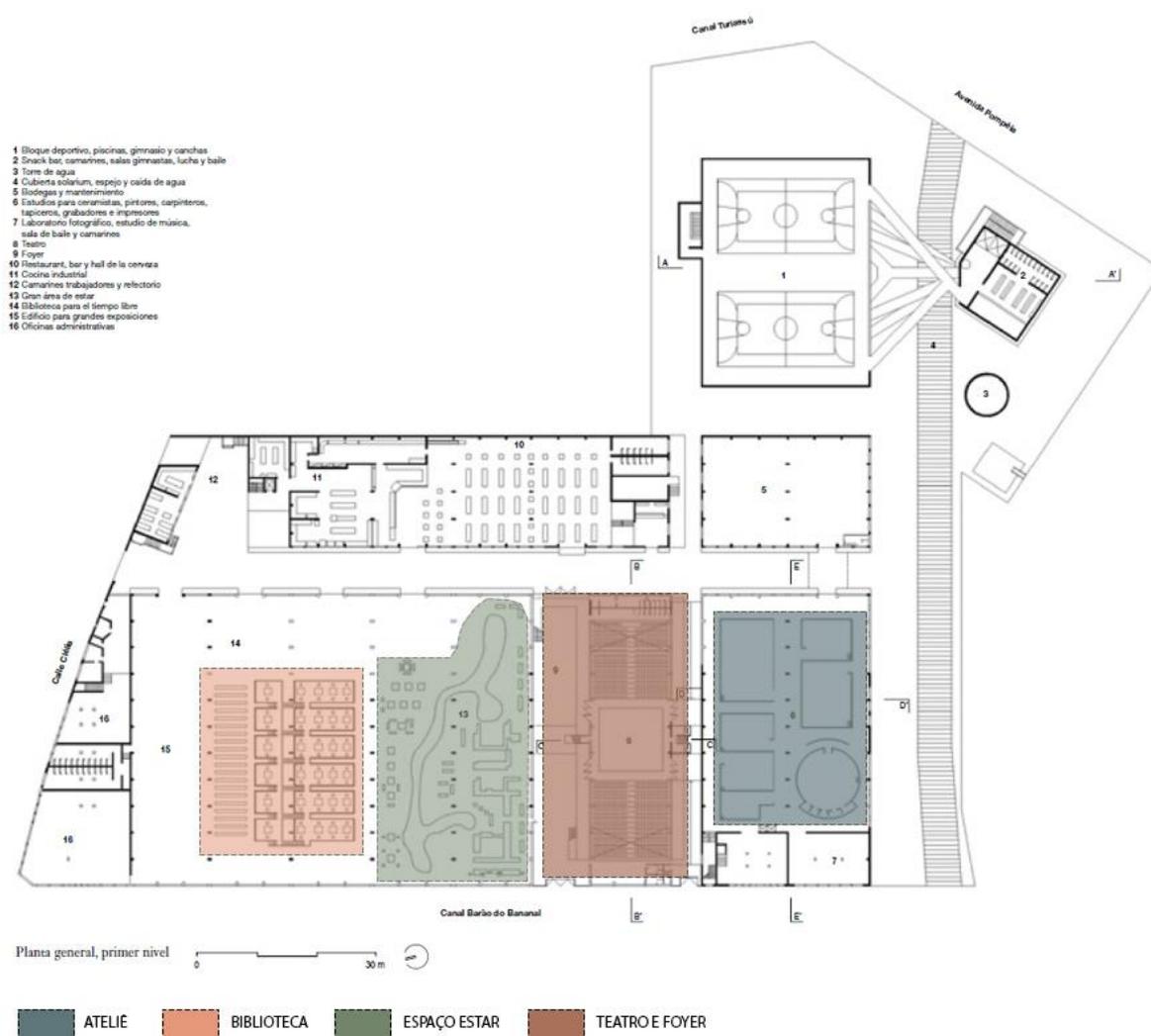
Figura 61. Antigo pavilhão



Fonte: Vitruvius, 2008

O antigo pavilhão agora abriga atividades do Centro de Lazer, como espaços de ateliês, biblioteca, espaços de estar e contemplação e teatro. O local atualmente proporciona oficinas, exposições e eventos.

Figura 62. Planta baixa do pavilhão com intervenções

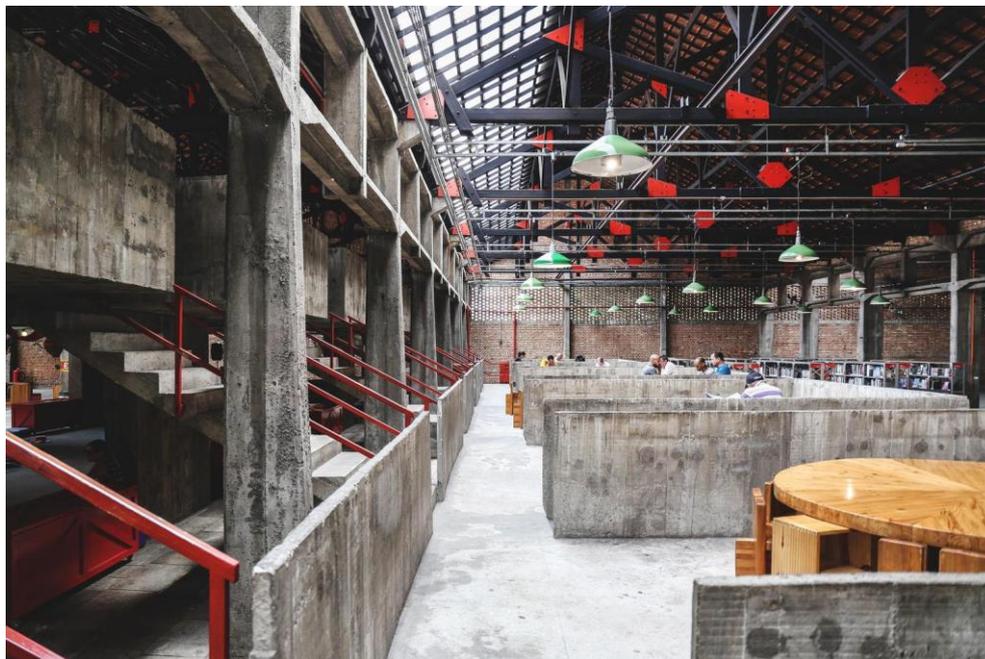


Fonte: Archdaily 2013, modificado pelo autor

As intervenções no pavilhão acontecem de forma cuidadosa para que a história do local fosse mantida e notável, seja nas paredes, piso, telhado ou estruturas complementares, e que as novas intervenções mantenham uma linguagem diferenciada para que uma nova história e caráter seja criada.

As paredes de meia altura de concreto criam espaços individuais e privados, mas não isola o indivíduo dentro do todo. A escolha por deixar os materiais brutos aparentes segue a premissa de diferenciar o novo do existente.

Figura 63. Espaço individuais da biblioteca



Fonte: Archdaily 2019

Figura 64. Ateliês com blocos aparentes

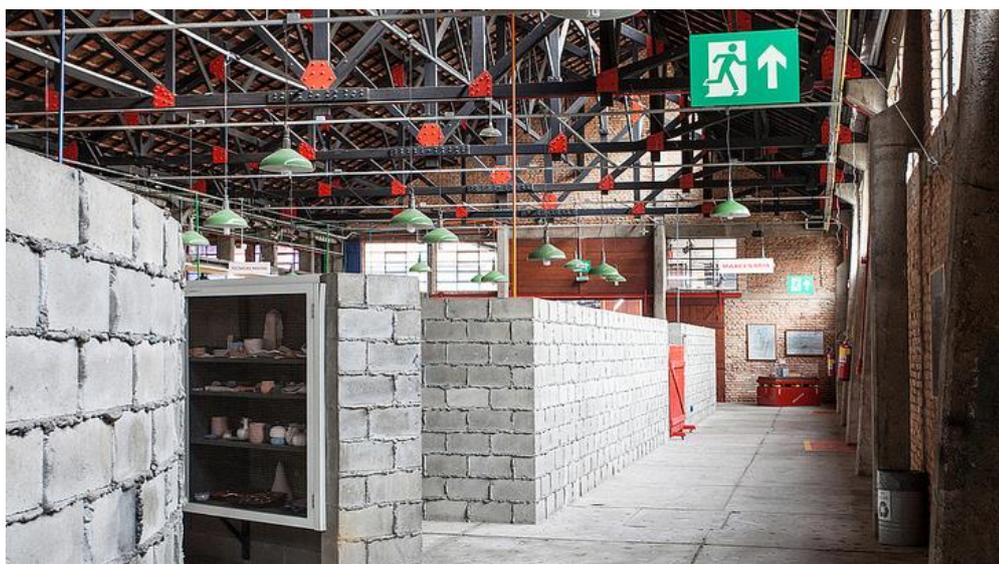


Foto: Marco Antônio | Fonte: SESC SP

Nota-se que a rua tem grande importância na concepção do projeto, o complexo transformou-se um equipamento para a cidade com espaços de lazer e contemplação, e a arquiteta percebeu esta importância da rua e dos espaços abertos quando mudou seu escritório para a obra para sentir o local, portanto o espaço aberto torna-se parte do todo.

Figura 65. Uso do espaço aberto antes da intervenção



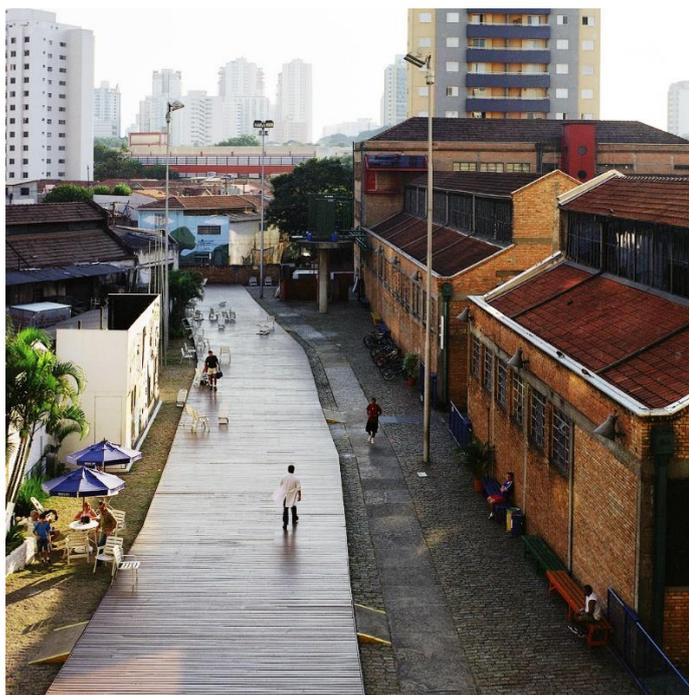
Fonte: Archdaily, 2019

Figura 66. Uso do espaço aberto após intervenção



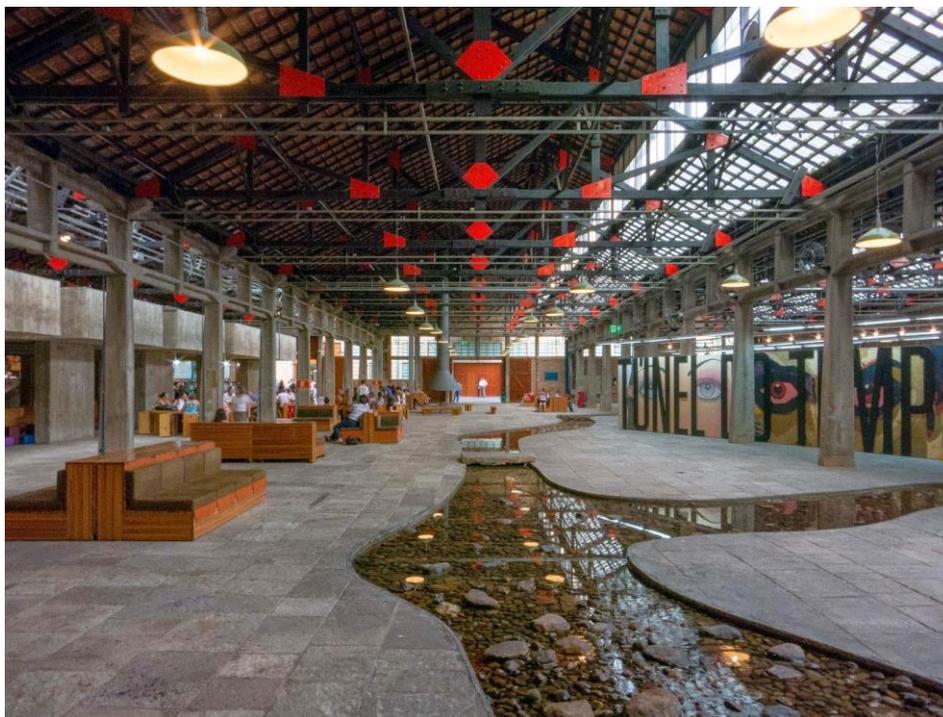
Fonte. Vivadecora

Figura 67. Rua interna após intervenção



Fonte: Archdaily 2019

Figura 68. Interno do pavilhão



Fonte: Archdaily 2019

Portanto, após análise nota-se a sensibilidade em intervir no existente, preocupar-se em preservar a história do local e em oferecer algo para a cidade. O conjunto se torna referência para o Centro Teia no quesito da sensibilidade do programa e na forma de ocupar o espaço interno, preservando as características originais.

5.4 Teatro Erotídes de Campos

Ficha Técnica:

- Arquitetos: Brasil Arquitetura
- Autores: Francisco Fanucci, Marcelo Ferraz
- Ano: 2012
- Localização: Engenho Central, Piracicaba-SP
- Área construída: 2850m²
- Programa: Restauro e adaptação de galpão no Engenho Central de Piracicaba para abrigar teatro, salas de ensaio e restaurante.

Figura 69. Teatro Erotídes de Campos



Foto: Nelson Kon | Fonte: Archdaily, 2012

O local de inserção do projeto trata-se de um conjunto do Engenho Central da cidade de Piracicaba em São Paulo considerado uma marca da cidade. O projeto busca preservar a memória do antigo engenho e implementar um teatro multifuncional contemporâneo, mesclando as tecnologias de construção da época com inovações contemporâneas.

Figura 70. Croqui interno do teatro



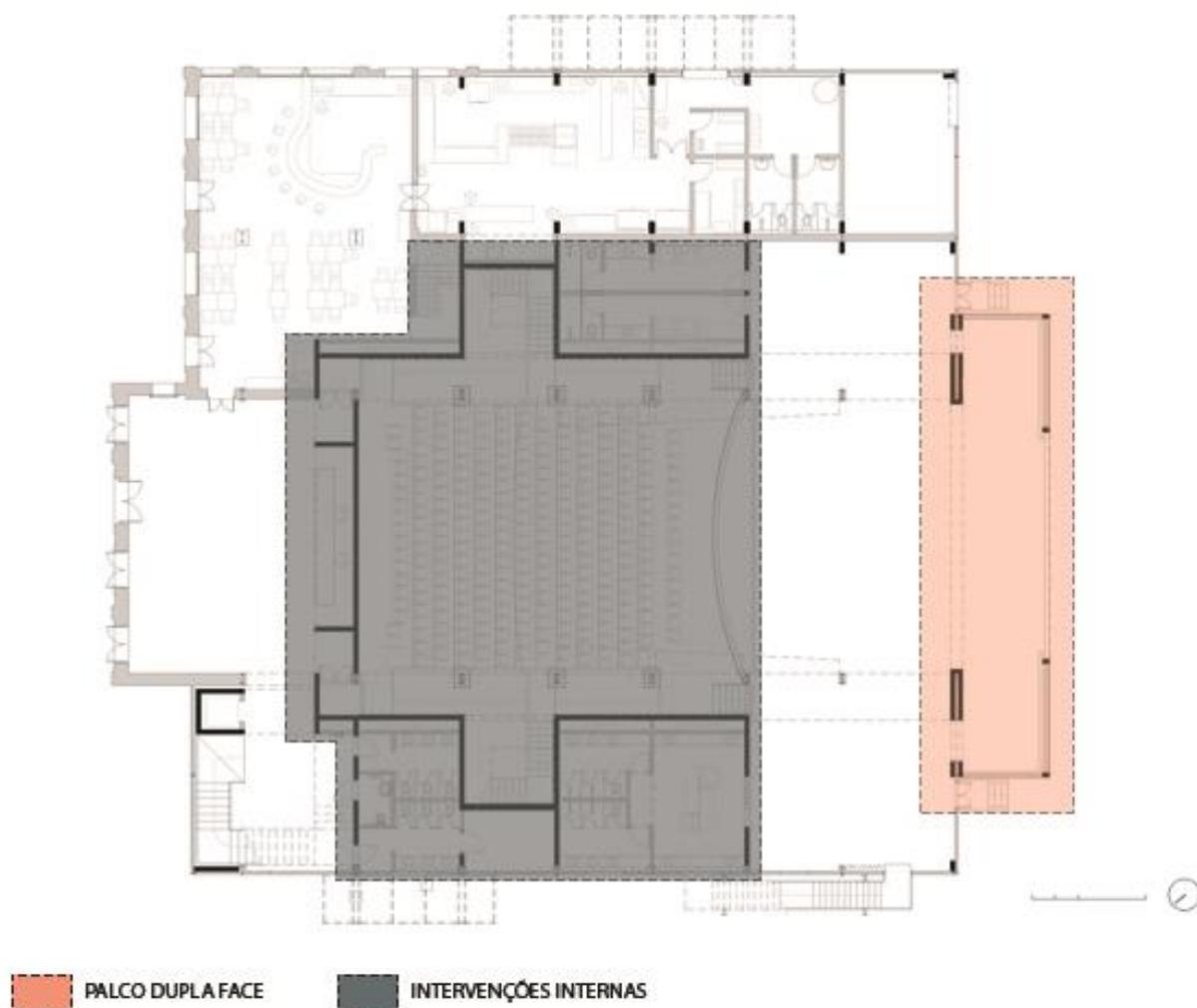
Foto: Nelson Kon | Fonte: Archdaily, 2012

Figura 71. Croqui da relação entre palco e praça



Fonte: Archdaily, 2012

Figura 72. Planta baixa teatro



Fonte: Archdaily 2012 modificado pelo autor

Por meio de intervenções internas, com criação de divisórias e reforços com estrutura metálica criou-se um teatro com palco dupla face que se abre tanto para a praça central, tornando-se um equipamento urbano e de apoio à eventos, quanto para o interior do auditório tradicional. O palco com função dupla face tem como objetivo ser um aliado das interações na praça interna do conjunto.

Manteve-se a casca do edifício, preservando e inclusive, evidenciando seu telhado e fachada aparente com materiais de características industriais e originais. Mas as novas instalações, tanto internas quanto externas, são diferenciadas pela sua materialidade e cor atraente.

A memória e as características principais do antigo galpão, edifício tombado pelo patrimônio, que antes funcionava como depósito de tonéis e destilaria de álcool foram mantidas através de suas dimensões industriais, com pé direito alto e vão central, e ainda nos materiais empregados nas intervenções. Neste antigo galpão foram alocadas salas de dança, música, cinema e lazer, além do teatro.

Figura 73. Palco dupla face aberto para a praça



Foto: Nelson Kon | Fonte: Archdaily, 2012

Figura 74. Foyer do teatro

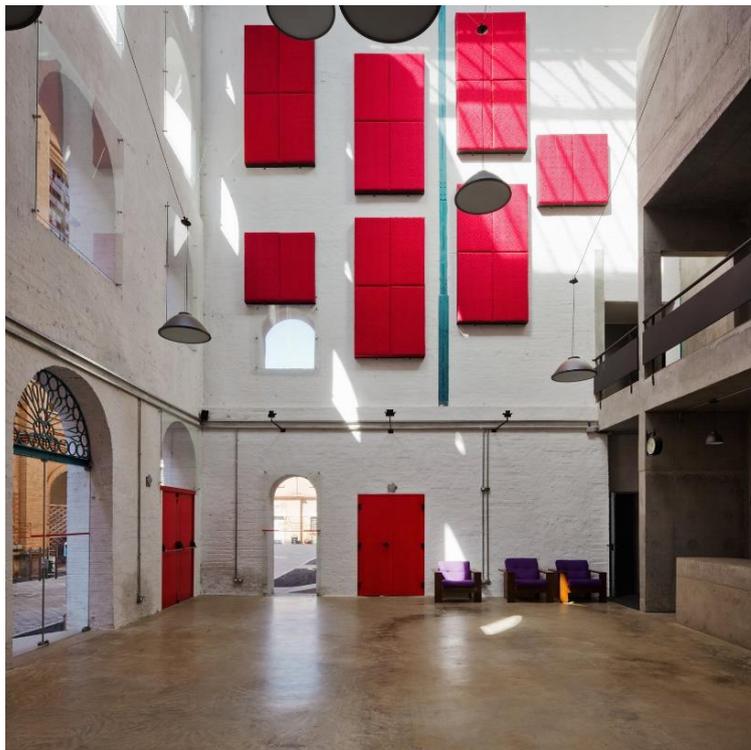


Foto: Nelson Kon | Fonte: Archdaily, 2012

Figura 75. Entrada do teatro

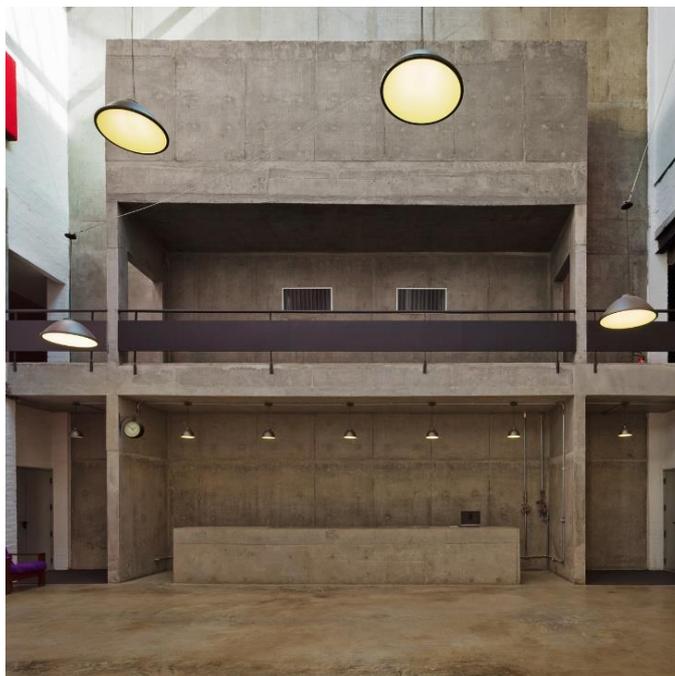


Foto: Nelson Kon | Fonte: Archdaily, 2012

A imagem acima do foyer do teatro exemplifica o cuidado em intervir no existente, demarcando o novo uso. A entrada para o teatro em materiais brutos e contemporâneos se diferencia do existente, utiliza novas tecnologias e demarca a divisão entre o antigo galpão preservado e transformado em foyer, do novo uso que é o teatro multifuncional.

Figura 76. Restaurante do complexo



Foto: Nelson Kon | Fonte: Brasil Arquitetura

Nota-se que a estrutura metálica foi fundamental para execução desta intervenção, com a decisão de destacá-la por meio de pintura dentro do projeto para marcar a execução e diferenciação do novo com o existente.

Portanto, destaca-se deste projeto o cuidado em intervir e preservar a memória do lugar tão importante para a cidade, promovendo um novo uso ressignificando a existência dele.

5.5 Centro de Oportunidade para Mulheres

Ficha Técnica:

- Arquitetos: Sharon Davis Design
- Ano: 2013

- Localização: Kayonza - Ruana
- Área construída: 2200m²
- Programa: Capacitação da comunidade local

O projeto localizado na Ruanda assemelha-se com a proposta Centro Teia por ser direcionado a capacitação e desenvolvimento de um grupo de mulheres em situação de vulnerabilidade social, em uma região afetada por conflitos sociais. A cidade de inserção semirrural, apesar de muito devastada por conflitos é muito promissora, as mulheres da comunidade se dedicam a produção de subsistência, busca de água fresca e lenha para combustível.

O projeto foi idealizado em conjunto com a organização *Women for Women International*, organização humanitária já citada aqui anteriormente, e busca através da fazenda demonstrativa ajudar as mulheres a produzir e comercializar seus próprios bens. Por meio da arquitetura vernacular os pavilhões de escala humana têm como objetivo criar um ambiente de segurança para essa comunidade de 300 mulheres. Com o uso da arquitetura se busca criar oportunidades econômicas, reconstruir infraestrutura social, e restaurar o patrimônio Africano

Figura 77. Agricultura como meio de subsistência da comunidade



Figura 78. Fazenda demonstrativa da comunidade



Foto: Elizabeth Felicella | Fonte: Archdaily, 2013

O programa conta com salas de aula, espaço comunitário, mercado da fazenda e espaço cívico, além da fazenda demonstrativa que ajuda as mulheres a produzirem a partir da terra com técnicas orgânicas voltadas para a produção comercial. A aldeia permite criar uma conexão entre patrocinadores e as iniciativas, expandindo o âmbito social e criando uma rede sustentável.

Figura 79. Mulheres da comunidade africana



Foto: Elizabeth Felicella | Fonte: Archdaily, 2013

Figura 80. Espaço cívico



Foto: Elizabeth Felicella | Fonte: Archdaily, 2013

Figura 81. Interno do espaço de troca



Foto: Elizabeth Felicella | Fonte: Archdaily, 2013



TEIA

MI

6 A REFLEXÃO CONTINUA

Os dados mostram, as notícias assustam e a voz inquieta. O cansaço em ser mulher na sociedade hoje é constante, a sensação de insegurança é cada vez maior e cada vez mais somos caladas nos nossos direitos e desejos. Toda ação que temos diariamente é uma escolha visando a consequência que isto vai nos trazer, se seremos julgadas, silenciadas ou vitimadas somente por sermos mulheres ou nos identificarmos como uma.

O Centro Teia buscar ser uma rede de apoio para auxiliar nestas escolhas diárias, desenvolvendo o empoderamento por meio de diversos eixos de atuação e respeitando o tempo de cada uma em descobrir seu valor na história e direitos perante a Constituição e a sociedade.

Portanto, o projeto para o Centro Teia surge para continuar e dar voz a reflexão tímida existente sociedade hoje, para que o assunto alcance e envolva o maior número de pessoas possível, de todas as condições e situações. O desejo é que a reflexão não termine aqui, que a nossa voz ganhe cada vez mais força e representatividade, enfrentando os paradigmas e preconceitos que nos são impostos.

REFERÊNCIAS

FAHS, Ana C. Salvatti. Movimento Feminista: história no Brasil. Politize, 2018. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/movimento-feminista/>>. Acesso em: 24 de mar. 2020.

FLORESTA, Nísia. Direitos das mulheres e injustiça dos homens. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

PORFÍRIO, Francisco. "Feminicídio"; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/feminicidio.htm>>. Acesso em: 02 de abr. 2020.

NAGAMINE, Lucas Civile. Parcerias Público – Privadas (PPP'S): O que são e como funcionam. Politize, 2019. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/parcerias-publico-privadas-o-que-sao/>>. Acesso em: 20 de abr. 2020.

GARCIA, Carla Cristina. Breve História do Feminismo. Edição 3. Editora Claridade 2018.

TIBURI, Márcia. Feminismo em comum: Para todas, todes e todos. Edição 9. Editora Rosa dos Tempos 2018.

MOREIRA, Susanna. "o que é reuso adaptativo?". ArchDaily Brasil, 2010. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/926724/o-que-e-reuso-adaptativo>>. Acesso em: 22 de abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 09 de abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.140, de 09 de março de 2015. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em: 23 de abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm>. Acesso em: 23 de abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.650, de 17 de maio de 2012. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/Lei/L12650.htm>. Acesso em: 23 de abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm>. Acesso em: 23 de abr. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990

FERNANDES, Marcella. Os 13 projetos de lei prioritários sobre direitos LGBT que estão parados no Congresso. Huffpost, 2018. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/06/os-13-projetos-de-lei-prioritarios-sobre-direitos-lgbt-que-estao-parados-no-congresso_a_23450721/?guccounter=1>. Acesso em: 23 de abr. 2020.

FACCHINI, Regina & LINS FRANÇA, Isadora. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro, 2009. *Sexualidad, Salud y Sociedad* – Revista Latinoamericana, Edição 3, pg. 54-81. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=2933/293322974004>>. Acesso em: 24 de abr. 2020.

CANABARRO Ronaldo. História e direitos sexuais no Brasil: o movimento LGBT e a discussão sobre a cidadania. In: Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional; 2013 Jun 1- 15; Rio Grande do Sul, Brasil.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil Contemporâneo. Bagoas, Edição 5, pg. 131-147, 2010.

SILVA, Ana Marina Ribeiro - Requalificação urbana: o exemplo da intervenção Polis em Leiria. Coimbra: [s.n.], 2011

LAJEADO, Lei Municipal Nº. 5.848 de 19 de novembro de 1997. Código de Edificações. Disponível em < <https://leismunicipais.com.br/codigo-de-obras-lajeado-rs>> Acesso em: 03 de jun. 2020.

LAJEADO, Lei Municipal Nº. 7.650 de 10 de outubro de 2006. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Lajeado. Disponível em < <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-lajeado-rs>> Acesso em: 03 de jun. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro. 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9077: Saídas de emergências em edifícios. Rio de Janeiro. 2001.

MORAES, Sofia Royer. Mapeamento das áreas e edificações atingidas pelas inundações do Rio Taquari na área urbana do município de Lajeado/RS. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Ambiental) – Universidade do Vale do Taquari UNIVATES, Lajeado, 2015.

DELAQUA, Victor. "Teatro Erotídes de Campos - Engenho Central / Brasil Arquitetura" 31 Out 2012. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-78395/teatro-erotides-de-campos-engenho-central-brasil-arquitetura?ad_medium=gallery> Acesso em: 17 de jun. 2020.

Praça das Artes / Brasil Arquitetura 20 Abr 2013. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/626025/praca-das-artes-brasil-arquitetura> Acesso em: 24 de jun. 2020.

Centro de Oportunidade para Mulheres / Sharon Davis Design [Women's Opportunity Center / Sharon Davis Design] 08 Dez 2013. ArchDaily Brasil. Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/158650/centro-de-oportunidade-para-mulheres-slash-sharon-davis-design> > Acesso em: 30 de jun. 2020.

Conjunto KKKK, 2005. Brasil Arquitetura. Disponível em: < <http://brasilarquitetura.com/projetos/conjunto-kkkk-e-parque-beira-rio> > Acesso em: 30 de jun. 2020.

Praça das Artes, 2013. Brasil Arquiteura. Disponível em: <http://brasilarquitectura.com/projetos/praca-das-artes> . Acesso em: 30 de jun. 2020.

Teatro Engenho Central, 2009. Brasil Arquitetura. Disponível em: <<http://brasilarquitectura.com/projetos/teatro-engenho-central>> . Acesso em: 30 de jun. 2020.

FRACALOSSI, Igor. "Clássicos da Arquitetura: SESC Pompéia / Lina Bo Bardi", 2013. ArchDaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/153205/classicos-da-arquitetura-sesc-pompeia-slash-lina-bo-bardi>. Acesso em: 30 de jun. 2020.

FERRAZ, Marcelo. "Numa velha fábrica de tambores. Sesc Pompeia comemora 25 anos", 2008. Vitruvius. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/08.093/1897>> Acesso em: 30 de jun. 2020.

ONU Brasil. "17 objetivos para transformar nosso mundo. Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas." 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods5/>>. Acesso em: 30 de jun. 2020.

IPEA. "Atlas da Violência" 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784> Acesso em: 30 de jun. 2020.

IPHAN, Carta de Burra, 1980. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>>. Acesso em: 30 de jun. 2020.

IPHAN, Carta de Veneza, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 30 de jun. 2020.

ANEXO

ANEXO A – Termo de consentimento de entrevista

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, CLISABERE C. BARRETO MÜLLER...cuja atividade/função exercida/cargo é...PROFESSORA UNIVERSITÁRIA / UNIVATES..., no Município de Lajeado/RS, aceito, pelo presente Termo, participar de entrevista para o trabalho "TEIA: Centro de Cultura, Educação, Economia Criativa e Empoderamento" da acadêmica/o/estudante do Curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Univates, de Lajeado/RS, Ana Paula Feldens Gerhardt, orientada/orientado pela Professora Dra. Jamile Weizenmann

Pelo presente Termo fico ciente que:

1. A atividade/o trabalho tem por objetivo estudar e conhecer programas já existentes na cidade em relação ao enfrentamento de violência doméstica.
2. A coleta de informações será feita mediante entrevista não-estruturada; a entrevista será anotada pela acadêmica;
3. Posso pedir esclarecimentos sobre quaisquer aspectos da atividade antes e durante o seu desenvolvimento;
4. Posso abandonar a entrevista antes e durante o seu curso, sem quaisquer prejuízos para mim;
5. Por este trabalho se espera como benefício contribuir para esclarecimento de dúvidas em relação ao tema e agregar ao trabalho com exemplos apresentados
6. As informações coletadas serão interpretadas e gerarão uma parte do trabalho de aula da acadêmica Ana Paula Feldens G., cujo resultado será apresentado no mês de junho de 2020, garantindo-se o sigilo da fonte das informações;
7. Caso a atividade/trabalho, após sua apresentação/defesa em aula/evento, seja enviada para a Biblioteca da Univates, este Termo não a acompanhará, devendo ser enviado para o Arquivo Central de documentos da Instituição. Ficará como Anexo da atividade uma cópia em branco deste Termo;
8. Frente a qualquer dúvida, o professor orientador e a acadêmica estarão à disposição pelo telefone (51) 99653-4390 – Ana Paula Feldens G., ou pelo e-mail ana.gerhardt@universo.univates.br

Assim, este Termo será expedido em duas vias, sendo uma via Acadêmica Ana Paula Feldens G. para inserção na atividade/trabalho de aula e outra do entrevistado.

Lajeado, 04 de março de 2020

Acadêmica/estudante

Ana Paula Feldens Gerhardt

Entrevistado

ANEXO B – Formulário enviado via internet

Formulário desenvolvido pela autora e enviado pela internet para grupos de divulgação e relacionados ao tema. Foram obtidas 161 respostas no total.

Espaço dedicado ao feminismo

Pesquisa para concepção de Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Proposta para criação de um espaço dedicado às mulheres e todos aqueles que se identificam com o gênero feminino.

***Obrigatório**

1. Qual sua idade? *

Marcar apenas uma oval.

- 0-15
- 16-23
- 24-35
- Mais de 35

2. Você mora no Vale do Taquari? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Outro: _____

3. O quanto você considera que conhece sobre o feminismo? *

Marcar apenas uma oval.

- Sei muito
- Sei pouco
- Não sei nada, mas tenho interesse em conhecer
- Não sei nada e não tenho interesse

4. Você se sente ameaçada por ser mulher na sua cidade? Já sofreu algum tipo de assédio? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, me sinto ameaçada, mas nunca sofri assédio
- Sim, me sinto ameaçada e já sofri assédio
- Não, nunca me senti ameaçada e não sofri assédio

5. Se na sua cidade existisse um espaço/evento dedicado ao empoderamento feminino, você frequentaria? *

Marcar apenas uma oval.

- Às vezes
- Não
- Sim

6. O quão importante você acha existir um espaço dedicado à assistência e ao empoderamento feminino? *

Marcar apenas uma oval.

- Necessário, mas não frequentaria
- Necessário, e frequentaria
- Não acho necessário

7. O que você considera importante acontecer nesse local? Quais tipos de atividades? *

Marque todas que se aplicam.

- Oficinas profissionalizantes
 Palestras educadoras
 Espaço de trabalho
 Espaço de lazer
 Acolhimento

Outro: _____

8. Qual sua idade? *

Marcar apenas uma oval.

- 0-15
 16-23
 24-35
 Mais de 35

9. Você mora no Vale do Taquari? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Outro: _____

10. O quanto você considera que conhece sobre o feminismo? *

Marcar apenas uma oval.

- Sei muito
 Sei pouco
 Não sei nada, mas tenho interesse em conhecer
 Não sei nada e não tenho interesse

11. Você se sente ameaçada por ser mulher na sua cidade? Já sofreu algum tipo de assédio? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, me sinto ameaçada, mas nunca sofri assédio
- Sim, me sinto ameaçada e já sofri assédio
- Não, nunca me senti ameaçada e não sofri assédio

12. Se na sua cidade existisse um espaço/evento dedicado ao empoderamento feminino, você frequentaria? *

Marcar apenas uma oval.

- Às vezes
- Não
- Sim

13. O quão importante você acha existir um espaço dedicado à assistência e ao empoderamento feminino? *

Marcar apenas uma oval.

- Necessário, mas não frequentaria
- Necessário, e frequentaria
- Não acho necessário

14. O que você considera importante acontecer nesse local? Quais tipos de atividades? *

Marque todas que se aplicam.

- Oficinas profissionalizantes
- Palestras educadoras
- Espaço de trabalho
- Espaço de lazer
- Acolhimento

Outro: _____

